

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Violência doméstica e de gênero: perfil
sociodemográfico e psicossocial de mulheres
abrigadas**

Paula Licursi Prates

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção do
título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Materno Infantil
Orientadora: Profa. Dra. Augusta Thereza
Alvarenga

**São Paulo
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Violência Doméstica e de Gênero: Perfil Sociodemográfico e Psicossocial de Mulheres Abrigadas

Paula Licursi Prates

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Materno Infantil
Orientadora: Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga

São Paulo
2007

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Agradecimentos

À Profa. Augusta, querida mestra, que me aceitou como sua aluna, me acolheu afetuosamente e orientou como aquelas professoras que já não existem mais, com quem aprendi muito.

À Wilza Villela, quem me iniciou nos caminhos da pós-graduação, acreditou e apostou em mim. Tornou-se uma grande amiga, que admiro profundamente pelo seu caráter e sabedoria.

À Simone Diniz, com quem tive uma empatia imediata, pelas causas em comum, pelas ricas discussões que tivemos, pela porta sempre aberta, sempre disponível e divertida.

À Fundação Francisca Franco, pela aprendizagem que me propiciou nos anos em que trabalhamos juntos, pela confiança depositada em mim e pela autorização para a realização deste estudo.

Aos meus amores, Guilherme e Arthur, por estarem ao meu lado nesta empreitada que tantas vezes interferiu em nossas rotinas, fazendo me ausentar da convivência com vocês.

À minha mãe, que segurou todas as pontas para que eu pudesse concluir este trabalho, tanto sendo uma segunda mãe para o Arthur, quanto cuidando de mim e da minha casa.

Aos meus sogros, Cida e Eros, por estarem sempre presentes me apoiando, torcendo para que tudo desse certo e pela atenção e cuidados dedicados ao Arthur neste período.

À Lídia, minha cunhada, pelos sábados que passamos em frente ao Epi Info.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

Prates, PL. **Violência Doméstica e de Gênero: Perfil Sociodemográfico e Psicossocial de Mulheres Abridadas.** [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2007.

Resumo

Introdução: A violência contra a mulher tem sido considerada uma violação dos direitos humanos e um importante problema de saúde pública, tanto no que se refere aos cuidados, quanto com as relações de gênero que permeiam o fenômeno. Após este reconhecimento, serviços de atendimento às mulheres em situação de violência foram criados no âmbito das políticas públicas, entre eles os abrigos para mulheres que sofreram violência doméstica e se encontram em risco. **Objetivo:** Descrever e analisar o perfil sociodemográfico e psicossocial de usuárias de um destes abrigos da cidade de São Paulo. **Método:** Estudo quantitativo realizado por meio de consulta aos prontuários da instituição. Foram coletados dados de natureza sociodemográfica, de violência, de saúde e aspectos do abrigamento de 72 mulheres atendidas no período de 2001 a 2005. **Resultados:** A violência perpassa todas as faixas de idade (17 a 46 anos) e tempos de união. A predominância de escolaridade está no ensino fundamental. 66,7% das mulheres mantinha relacionamentos estáveis, o que aponta para a maior incidência da violência contra a mulher no espaço doméstico e conjugal. 40,3% das mulheres eram donas de casa quando entraram no abrigo. Os tipos de violência mais relatados foram a física, a psicológica e a sexual. 86,1% das mulheres recebeu acompanhamento jurídico, dos quais 43,5% eram processos criminais, 5% familiares e 46,5% ambos. A maioria dos tratamentos de saúde foi de natureza psicológica. Após o abrigamento, 51,4% das mulheres iniciaram vida nova e/ou retornaram para família e 27,8% retornou para o companheiro. As mulheres que iniciaram vida nova apresentaram relacionamento interpessoal adequado, adesão à proposta do abrigo e condições para o desligamento. As mulheres que retornaram para os parceiros, na maioria não aderiram à proposta do abrigo e não apresentavam condições para o desligamento. Os motivos para o retorno parecem estar relacionados a uma concepção de feminilidade que marca a subjetividade das mulheres. **Considerações Finais:** Os dados apontam para a complexidade da violência e sugerem a existência de condições de diferentes ordens, envolvidas na definição do destino da abrigada. A realização de acompanhamento pós-abrigamento, de formação e de supervisão para as equipes é fundamental neste tipo de serviço. É necessário ainda que o abrigo encontre-se inserido numa política pública de assistência integral à mulher para que promova autonomia.

Palavras-chave: mulheres abrigadas, casa abrigo, violência doméstica, relações de gênero, aspectos sociodemográficos, aspectos psicossociais.

Prates, PL. **Violência Doméstica e de Gênero: Perfil Sociodemográfico e Psicossocial de Mulheres Abridadas./Domestic and Gender Violence: Sociodemographic and psychosocial profile of sheltered women.** [dissertation]. São Paulo (BR): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2007.

Abstract

Introduction: Violence against women has been considered a violation of human rights and an important public health problem concerning both care and gender relationships that involve the phenomenon. After this acknowledgement, centers to care for women subjects of violence were created within public policies, comprising shelters for women at risk and victims of intimate partner violence. **Objective:** To describe the sociodemographic and psychosocial aspects of users of one shelter in the city of Sao Paulo. **Method:** Quantitative and qualitative study performed by reviewing records of the shelter. Were collected sociodemographic, violence and health-related data and sheltering aspects of 72 women seen in the period between 2001 and 2005. **Results:** Violence comprises all age ranges (17 to 46 years) and duration of relationship. Educational level was predominantly elementary school level. Out of the total, 66.7% of the women maintained stable relationships, which pointed towards higher incidence of domestic violence perpetrated at home and by intimate partner. When they first came to the shelter, 40.3% of the women were housewives. The most frequently reported types of violence were physical, psychological and sexual. 86.1% of the women received legal support, comprising 43.5% criminal lawsuits, 5% family court matters and 46.5% combined matters. The most frequently required health treatment was psychological. After joining the shelter, 51.4% of the women started a new life and/or went back to their families and 27.8% made up with their former spouse. Women that started a new life presented appropriate interpersonal relationship, compliance with the shelter proposal and good conditions to be unsheltered. Most women who made up with former spouses did not comply with the shelter proposal and had no conditions to be unsheltered. The reasons for making up with former spouses seem to be related with a concept of feminineness that stresses the subjectivity of women. **Closing Remarks:** The data point out the complexity of violence and suggest the existence of conditions of different orders involved in the decision of the women about their destination. Post-shelter accompanying and training and supervision for the teams are essential in this type of center. The shelter should also be part of women-oriented public policies that promote autonomy.

Key words: sheltered women, shelter house, domestic violence, gender relationships, sociodemographic aspects, psychosocial aspects.

ÍNDICE

1 SOBRE A ESCOLHA DO TEMA E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	8
2 INTRODUÇÃO	10
2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
2.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	17
2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA	20
2.4 MULHER, CULTURA E SOCIEDADE: OS LUGARES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	23
2.4.1 A perspectiva de gênero como contribuição para o estudo da violência	23
2.4.2 Mudanças na relação entre homens e mulheres na família e na sociedade	26
2.4.3 Caracterização sociodemográfica e psicossocial das mulheres: estudos anteriores	29
2.5 SOBRE O LÓCUS DO ESTUDO, SEU HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS	39
2.5.1 Histórico do abrigo onde foi realizado o estudo	39
2.5.2 Características do abrigamento	42
3 OBJETIVO	45
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	45
4.1 NATUREZA DA PESQUISA	45
4.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO E SUJEITOS DA PESQUISA	45
4.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PSICOSSOCIAIS	46
4.4 TRATAMENTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	48
5 ASPECTOS ÉTICOS	49
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
6.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	50
6.2 CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR, CIVIL E CONJUGAL DA MULHER	62
6.3 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E SUA TRAJETÓRIA NA VIDA DAS MULHERES	74
6.4 VIOLÊNCIA E SAÚDE	84
6.5 SOBRE O ABRIGO, O COTIDIANO E O SENTIDO DA VIDA DAS MULHERES	92
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
8 REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	120
Anexo 1 - Ficha de coleta	121
Anexo 2 - Autorização da instituição	123
Anexo 3 - Aprovação do Comitê de Ética	125

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de mulheres abrigadas segundo ano	50
Tabela 2 - Mulheres abrigadas segundo a procedência	50
Tabela 3 - Mulheres abrigadas segundo idade	51
Tabela 4 - Faixas de idades dos parceiros de mulheres abrigadas	52
Tabela 5 - Escolaridade das mulheres abrigadas e companheiros	52
Tabela 6 - Escolaridade das mulheres abrigadas segundo faixas de idade	53
Tabela 7 - Mulheres abrigadas e companheiros segundo a cor	54
Tabela 8 - Escolaridade das mulheres segundo cor	56
Tabela 9 - Ocupação das mulheres segundo CBO (2002) no momento da entrada no abrigo	57
Tabela 10 - Ocupação das mulheres segundo CBO (2002) no momento da saída do abrigo	58
Tabela 11 - Ocupação dos companheiros segundo CBO (2002)	58
Tabela 12 - Número de mulheres abrigadas desempregadas no início e na saída do abrigo segundo tempo de permanência	61
Tabela 13 - Estado civil e tipo de união conjugal das mulheres abrigadas	62
Tabela 14 - Tempo da última união das mulheres abrigadas	63
Tabela 15 - Idade das mulheres segundo tempo da sua última união	65
Tabela 16 - Escolaridade das mulheres abrigadas segundo tempo de união	66
Tabela 17 - Número de filhos das mulheres abrigadas	67
Tabela 18 - Idade das mulheres abrigadas segundo número de filhos	71
Tabela 19 - Escolaridade mulheres abrigadas segundo número de filhos	72
Tabela 20 - Cor das mulheres abrigadas segundo número de filhos	73
Tabela 21 - Tipos de violência vivenciados pelas mulheres abrigadas segundo prontuários	74
Tabela 22 - Início das agressões	76
Tabela 23 - Tipo de acompanhamento jurídico das mulheres abrigadas	78
Tabela 24 - Tipo de registro criminal	79
Tabela 25 - Tipo de queixa criminal segundo BO e TC das mulheres abrigadas	79

Tabela 26 - Motivos das agressões segundo registros criminais das mulheres abrigadas	81
Tabela 27 - Acompanhamento jurídico-familiar das mulheres abrigadas	82
Tabela 28 - Tratamentos de saúde realizados pelas mulheres abrigadas, segundo especialidade médica	87
Tabela 29 - Consumo de álcool e drogas das mulheres abrigadas e seus companheiros, segundo modalidade de uso	89
Tabela 30 - Órgãos de encaminhamento das mulheres abrigadas	92
Tabela 31 - Tempo de permanência das mulheres no abrigo	94
Tabela 32 - Destinos das mulheres que permaneceram até um mês no abrigo	95
Tabela 33 - Cursos profissionalizantes realizados pelas mulheres abrigadas	98
Tabela 34 - Destino das mulheres após saída do abrigo	98
Tabela 35 - Características das mulheres abrigadas que iniciaram “vida nova”, segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento	100
Tabela 36 - Características das mulheres que retornaram para “família de origem”, segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento	102
Tabela 37 - Características das mulheres abrigadas que retornaram para os companheiros segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento	104
Tabela 38 - Características das mulheres abrigadas que abandonaram o abrigo segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento	107
Tabela 39 - Características das mulheres abrigadas que foram transferidas, segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento	108

1 SOBRE A ESCOLHA DO TEMA E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Em 1999 iniciei meu percurso profissional num abrigo para mulheres “vítimas” (ainda para mim) de violência. Nesta época, muitas das reivindicações do movimento feminista já haviam sido conquistadas, como o reconhecimento da violência contra a mulher ser uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, bem como após a implantação de políticas públicas para mulheres. Eu não tinha consciência desta trajetória histórica, mas estava formada em Psicologia, tinha empatia com o feminismo e vontade de “pôr a mão na massa”.

Assim, de 1999 a 2004 trabalhei em um dos três abrigos especializados para mulheres em situação de violência doméstica existentes na cidade de São Paulo. Durante este período, ocupei sucessivamente os cargos de técnica e coordenadora do abrigo. A partir desta experiência, algumas questões relativas às mulheres e a este tipo de atendimento foram se colocando para mim.

No que se refere às mulheres, chamava-me atenção principalmente a dificuldade das mesmas em romper o vínculo com os companheiros agressores, na medida em que o abrigo oferecia toda estrutura necessária para uma suposta superação da violência: o abrigo arcava com todos os custos relativos à subsistência da mulher e filhos e ainda oferecia apoio logístico e profissional de técnicas e educadoras que realizavam os encaminhamentos e acompanhamentos pertinentes aos casos, tanto dentro como fora do abrigo.

A dificuldade das mulheres no rompimento era expressa no seu retorno aos companheiros e na reinstalação da situação de violência, o que implicava na perda das conquistas alcançadas durante o abrigamento e em abandono da assistência jurídica, dos atendimentos psicológicos, algumas vezes de colocação profissional e até evasão escolar tanto da mulher quanto de seus filhos. Tal situação era fonte de frustração para a equipe, que sentia que o investimento no caso não tinha valido a pena.

Algumas características das mulheres também se apresentaram de forma recorrente: ambivalência quanto as suas escolhas, sensação de estarem presas,

dificuldade em manter o sigilo, de adaptação ao abrigo, de educar os filhos no ambiente institucional, perda da privacidade e o medo do futuro.

No que se refere ao trabalho no abrigo, da mesma forma, algumas questões também foram se colocando, como a necessidade constante em administrar o relacionamento interpessoal entre as mulheres, entre as mesmas e a equipe, o estabelecimento de relações de poder e hierarquia nas relações, a realização de um trabalho técnico de qualidade no contexto do abrigo, onde a convivência é muito próxima, a detecção de uma situação de risco de morte que justifique o abrigamento, a desarticulação das políticas públicas que dificultam os encaminhamentos e o desabrigamento e a necessidade de capacitação e supervisão para a equipe, diante das expectativas de resolução dos casos baseadas no senso comum, entre outras.

Assim, apesar da estrutura oferecida e dos avanços para lidar com o fenômeno, algumas dificuldades e desafios apresentam-se com relação ao abrigamento de mulheres em situação de violência.

Tal percepção motivou a pesquisadora a realizar uma investigação sobre o tema e, diante dos vários aspectos envolvidos neste processo, considerou importante investigar o perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas nesta dissertação, como forma de ampliar o conhecimento sobre esse fenômeno, contribuir para a elaboração de estratégias mais eficazes no âmbito institucional e subsidiar políticas públicas na área.

No que se refere a estudos sobre esta população, em âmbito nacional foram encontrados apenas duas pesquisas a respeito de “mulheres vitimizadas”, atendidas em abrigos das cidades de Porto Alegre-RS (MENEGHEL et al., 2000) e Belo Horizonte - MG (ALVES e COURA-FILHO, 2001). Este panorama indica a escassez de informações sistematizadas sobre o perfil desta população e revela a importância em se considerar a violência contra a mulher como questão complexa, interdisciplinar e intersetorial.

2 INTRODUÇÃO

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, consta que todos têm direito a um conjunto de benefícios econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais. Explicita que não se tolerará qualquer forma de discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura ou quaisquer outros atributos. No entanto, a percepção sobre a mulher, enquanto sujeito de direitos, ficou por um longo tempo esquecida.

Na década de 1960, um conjunto de Convenções Internacionais, no âmbito das Nações Unidas, substituiu a expressão “todos”, por “homens” e “mulheres”.

Na década de 1970, a Convenção das Nações Unidas sobre a “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, de 1979, constituiu-se em um marco histórico na definição internacional dos direitos humanos das mulheres, por ser um instrumento jurídico para erradicar, especificamente, as políticas estatais ou qualquer forma de discriminação que perpetuasse a situação de subordinação e marginalização das mulheres e que impedissem o exercício pleno de sua cidadania (CLADEM, 2003).

No entanto, a questão da mulher na legislação internacional só se consolidou na década de 1990, por força do movimento internacional de mulheres, com o Ciclo das Conferências das Nações Unidas, voltadas para questões sociais. Todas as Conferências dessa década reconheceram a importância das mulheres no processo de desenvolvimento em igualdade com os homens assim como em todas as esferas da vida pública e privada.

Segundo GARCIA-MORENO (2002), a violência contra a mulher fez parte das agendas e debates no âmbito internacional, inicialmente como um tema de direitos humanos, como foi reconhecido na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993) e na Declaração das Nações Unidas sobre a Erradicação da Violência contra as Mulheres, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1993.

No âmbito regional realizou-se a “Convenção Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará” que foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos, em 1994.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994) tratou da violência contra a mulher em sua relação com a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada em Beijing (1995) e em sua plataforma de ação dedicou um capítulo sobre a violência contra a mulher.

Na Declaração de Beijing, aprovada pela IV conferência, os estados-membros das Nações Unidas, além de confirmarem que os direitos das mulheres são direitos humanos, concordaram em assumir uma série de compromissos voltados para o fortalecimento das mulheres e de sua plena participação em todas as esferas da vida, em condições de igualdade com os homens.

Dessa forma, de acordo com BARSTED (2002), os Tratados, Convenções, Pactos, bem como os Planos de Ação das diversas Conferências Internacionais promovidas pelas Nações Unidas, preocuparam-se não apenas com a consolidação dos direitos de cidadania das mulheres, mas também com a diminuição das disparidades entre homens e mulheres.

No que se refere ao Brasil, de acordo com a mesma autora, a Constituição Federal de 1988 encontra-se em sintonia com o conteúdo dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos e não só reconhece a igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada (art. 5º, I), como também prevê envidar esforços para coibir a violência doméstica, nos termos do § 8º do artigo 226.

O reconhecimento de que a violência contra a mulher se caracteriza como violação dos direitos humanos teve como consequência a elaboração de políticas e a criação de serviços públicos voltados à prevenção dessa violência e para apoio às vítimas.

De acordo com relatório da OMS (2002), nos países desenvolvidos os centros para mulheres em crise e abrigos têm sido a base dos programas para vítimas de violência doméstica. Em 1995, havia aproximadamente 1800 programas desse tipo nos Estados Unidos, sendo que 1200 deles forneciam abrigo de emergência, além de apoio emocional, legal e material para as mulheres e seus filhos. Esses centros oferecem

grupos de apoio e aconselhamento individual, capacitação, programas para as crianças, assistência social e legal, bem como encaminhamentos para tratamento de abuso de álcool e drogas.

A maioria dos abrigos e centros de apoio na Europa e Estados Unidos foram criados por mulheres ativistas, apesar de atualmente muitos deles serem dirigidos por profissionais e receberem financiamento do governo (OMS 2002).

No Brasil, durante a década de 1970 o movimento de mulheres, articulado com o discurso feminista, tornou pública a questão da violência contra a mulher, até então não reconhecida como problema ou crime. Os assassinatos de mulheres eram justificados pela “legítima defesa da honra” dos homens.

Nesta época vivia-se ainda sob o regime militar e, segundo PITANGUY (2003), a principal pauta de reivindicação da sociedade civil, no tocante à violência, dizia respeito às violações da integridade dos presos políticos e dos direitos civis e políticos da população. Questões ligadas às agressões que ocorriam no espaço privado não eram consideradas pertinentes pelas entidades de direitos humanos

De acordo com a autora, o assassinato perpetrado por marido contra mulher não era considerado como tal, se houvesse suspeita de infidelidade por parte da mulher. E que, ainda hoje, advogados recorrem ao argumento da legítima defesa da honra, utilizando considerações ligadas à posse e controle do homem sobre a mulher.

Já na década de 1980 a violência contra a mulher foi tratada como uma questão da Justiça e da Segurança Pública. Vista como crime, foi possível retirá-la da esfera privada, visibilizá-la e desnaturalizá-la.

A naturalização, de acordo com PITANGUY (2003), refere-se a um processo de transposição das diferenças biológicas para o plano social, a cultura estabelecendo uma série de características diferenciais que se verificariam no plano da personalidade, da alma, da essência e mesmo da saúde dos indivíduos. Essas construções têm por objetivo legitimar a assimetria e impedir a efetivação da idéia da igualdade social. A naturalização da desigualdade é o instrumento principal para sua aceitação social e sua incorporação em leis, práticas ou comportamentos que se estendem a diversos campos.

SAFFIOTI (1995), a respeito da naturalização da desigualdade entre homens e mulheres, coloca que:

“a dominação masculina sobre a mulher expande-se no terreno da ideologia, sendo este conjunto de idéias apresentado como a verdade. A melhor maneira de apresentar qualquer ideologia, inclusive a de gênero, como a verdade, consiste em situar suas raízes fora do único lugar em que elas nascem: o tecido social. Assim ocorre também com as explicações ideológicas de qualquer fenômeno social: suas origens são sempre postas fora da sociedade, ou seja, no reino da natureza ou no plano divino”.
(p.199)

Como consequência da visibilidade da violência contra a mulher e da ação política do movimento feminista foram criados, a partir da década de 1980, um conjunto de serviços voltados para o atendimento às mulheres vítimas de violência, o que também ocorreu em muitos outros países emergentes.

O primeiro deles foi o SOS Mulher, criado em outubro de 1980, em São Paulo, e, logo em seguida, em Campinas e no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Todas as entidades eram autônomas e tinham como objetivo atender mulheres vítimas de violência, com um serviço de voluntárias que incluía psicólogas e advogadas. Além de atender mulheres, os serviços criados organizaram grupos de reflexão sobre violência e procuraram os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública. (DINIZ, 2006)

Com relação às políticas públicas, entre 1983 e 1986, pode-se citar a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram criados o Conselho Estadual da Condição Feminina, as primeiras Delegacias da Mulher e o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento. (BARSTED, 1994)

Estas institucionalizações foram rapidamente efetuadas por estados e municípios ao longo da década de 80. Ainda em 1983, foi criado, no Ministério da Saúde, o PAISM- Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. (SUÁREZ e BANDEIRA, 2002)

Em São Paulo, em 1992, foram criados a Assessoria Especial das Delegacias de Defesa da Mulher, o primeiro abrigo Comvida, a Casa Eliane de Grammont - primeiro centro de atendimento psicossocial e jurídico à mulher e o serviço de aborto legal no Hospital Jabaquara. (BARSTED, 1994)

No que se refere às Delegacias da Mulher, de acordo com GREGORI (2006), as mesmas foram criadas como deliberação governamental, a partir da demanda feminista e do movimento de mulheres pela contenção da violência contra a mulher. Tal necessidade surgiu a partir da experiência dos SOSs.

E ainda de acordo com PITANGUY (2003):

“(...) a criação das delegacias especializadas em atender mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, e que hoje já são mais de 300 em todo país, reflete a dinâmica dos movimentos de mulheres no sentido de redefinir os conceitos de crime e castigo. Tratava-se de qualificar criminalmente e penalizar os espancamentos, as agressões, as torturas e as tentativas de assassinato que, ao ocorrerem no espaço do lar, freqüentemente não eram percebidas como formas de violência e em geral, não eram tratadas pelas instâncias competentes como delitos.”
(p.324)

A criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher, além de permitir uma visibilidade estatística dos casos de violência, fez com que homens e mulheres, na maioria casais envolvidos em situações de violência, passassem a ser chamados de “réus” e “vítimas”.

Segundo GREGORI (2006), a definição de violência contra a mulher desta época foi elaborada a partir da experiência dos SOSs, tanto por uma compreensão acerca da opressão sofrida pelas mulheres com base no Patriarcalismo (o que estava de acordo com as discussões feministas do cenário internacional) quanto com a prática diária de atendimento que o serviço realizava. De acordo com a autora, gênero não era uma categoria empregada nesta definição, mas mesmo com uma conotação de violência universal e um tanto essencializante, foi possível tornar pública uma interpretação sobre conflitos e violência na relação entre homens e mulheres como resultante de uma estrutura de dominação. No entanto, tal interpretação não estava presente nos discursos e nas práticas jurídicas e judiciárias no enfrentamento de crimes contra a mulher.

No que se refere às atribuições das Delegacias da Mulher, segundo SANTOS (2001), a competência da delegacia especializada, inicialmente, seria investigar e

apurar, entre outros, delitos de lesão corporal, ameaça, constrangimento ilegal, atentado violento ao pudor e adultério. Desde 1985, lesão corporal e ameaça constam como os tipos de crimes mais registrados nas delegacias da mulher em São Paulo e nos demais estados. Somente em 1996 o homicídio se inseriu na competência das delegacias da mulher. Também merece destaque o fato de que, ao contrário dos distritos policiais, as delegacias da mulher não dispõem de cadeia e, portanto, não realizam serviço de carceragem.

Em 1989, ampliou-se também a competência das delegacias da mulher, com a inclusão dos crimes contra a honra, tais como calúnia, injúria e difamação, e o crime de abandono material. Em 1996, além dos crimes contra a mulher, essas delegacias passaram também a investigar e apurar os delitos contra a criança e o adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A essas delegacias coube, ainda, apurar mais crimes contra a mulher, como, por exemplo, homicídio ocorrido no âmbito doméstico e de autoria conhecida. Por outro lado, sua competência estendeu-se aos crimes de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, aborto provocado por terceiro e infanticídio, entre outros crimes adicionais. Nesses casos, a mulher passou de vítima a criminoso, as delegacias da mulher não mais lhe servindo necessariamente de defesa. (SANTOS, 2001)

Finalmente, outra mudança importante nas atribuições das delegacias da mulher de São Paulo deu-se em 1997, que conferiu a essas delegacias competência para "o cumprimento dos mandados de prisão civil por dívida do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia". (SANTOS, 2001)

No que se refere aos abrigos para mulheres, o primeiro deles foi criado em 1986 no Estado de São Paulo, pela Secretaria da Segurança Pública. Era o Comvida – Centro de Convivência para mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

Em seguida, novos abrigos foram implantados: a Casa Abrigo de Santo André e a Casa Helenira Rezende em São Paulo. A primeira foi aberta em 1990, desativada em 1992 devido à mudança de governo e reaberta somente em 1997 em outro governo. A Casa Helenira Rezende de Souza Nazareth foi aberta em 1991 e desativada em 1992 para a realização de uma reforma que, depois de concluída, resultou no fim do contrato de aluguel, sendo a mesma reinaugurada em outro endereço apenas em 2001.

A partir da segunda metade da década de 1990, ocorre no Brasil uma multiplicação das casas-abrigo, fomentada por financiamento do Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Esta expansão de abrigos foi fundamental para atender os casos de violência mais agudos. (SILVEIRA, 2006)

MAZONI et al. (1997), conforme solicitação do CNDM, elaboraram um “Termo de Referência para Implementação de Casas-Abrigo” no qual definiram as mesmas como:

“Uma das ações de um programa de políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência doméstica e de gênero. São locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias permanecem por tempo determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.”

O atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero enquanto construção histórico-cultural dos papéis femininos e masculinos, que tem legitimado as desigualdades e a violência contra as mulheres.”
(p.66-67)

O Município e o Estado de São Paulo atualmente contam com aproximadamente 16 abrigos e no Brasil contabiliza-se que os mesmos já são mais de 70. No entanto, de acordo com SILVEIRA (2006), este número é insuficiente para a realidade brasileira, seu monitoramento ainda é frágil e persiste o questionamento se de fato o abrigo seria o modelo mais adequado para proteger as mulheres em risco de morte.

Já os Centros de Referência, de acordo com a mesma autora, também foram inspirados pelos SOSs e constituem-se em núcleos de atendimento multiprofissional. Ocupam na rede de atendimento o espaço de promoção de “escuta” da violência contra a mulher de forma integral, além de realizar as orientações e os encaminhamentos necessários. Em geral oferecem atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos; em alguns casos contam com outros profissionais (terapeutas ocupacionais e pedagogas). Os atendimentos são individuais ou em grupo. O trabalho desenvolvido pelo centro de

referência tem um caráter processual, ou seja, de intervir no ciclo da violência em que está aprisionada grande parte das mulheres nesta situação.

A autora coloca que a demanda das mulheres que buscam os centros se caracteriza pela indefinição quanto ao melhor caminho para romper a relação violenta e muitas vezes pela recusa em realizar a queixa policial. Seu trabalho permite à mulher recuperar a história de violência, posicionar-se e reconhecer seus limites para lidar com a situação. Faz parte do trabalho a discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade, a recuperação da cidadania, auto-estima e confiança. A ambigüidade é acolhida, se aposta no desejo da mulher e a ênfase é no processo de superação da relação violenta o que não necessariamente significa a separação conjugal.

Assim, atualmente existem várias instituições governamentais e não-governamentais que oferecem para as mulheres em situação de violência os serviços de abrigos, de centros de referência, assistência jurídica e psicológica, entre outros. No entanto, segundo BARSTED (2002), dada à magnitude do país e as necessidades destas mulheres, estes serviços ainda são poucos. Muitos deles prestam inestimável apoio às mulheres, mas outros não conseguem atingir seus objetivos, seja pela falta de recursos materiais e humanos, seja pela falta de capacitação de seus funcionários, muitas vezes não sensibilizados para a dimensão, gravidade e delicadeza da violência específica que recai sobre as mulheres.

2.2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

A definição mais utilizada de violência contra a mulher é a adotada pela “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher de Belém do Pará” de 1994, que em seu artigo I a definiu como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

As violências contra a mulher ocupam grande âmbito podendo ser de natureza física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, entre outras, e, freqüentemente, como não excludentes, as mulheres sofrem várias formas ao mesmo tempo. Algumas expressões são usadas para designar os tipos de violência. Por exemplo, o termo violência doméstica é empregado para se referir àquela que ocorre no espaço da casa,

violência intrafamiliar diz respeito àquela que ocorre entre os membros da mesma família, violência conjugal é usada para expressar as agressões que ocorrem entre parceiros íntimos ou ex-parceiros. Finalmente, o termo violência de gênero refere-se a todo tipo de violência contra a mulher, baseada na desvalorização do feminino.

Estas formas de violência constituem-se em obstáculo ao desenvolvimento e acarretam um alto custo econômico e social para os países onde tal violência tem caráter endêmico.

No Brasil, foi realizada uma pesquisa nacional de caráter oficial, sobre violência no país, elaborada a partir de uma metodologia que permite comparabilidade, produzida em 1988 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito da Pesquisa nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Os resultados mostraram que, para as mulheres, 63% das agressões foram praticadas por parentes e conhecidos, na maioria homens do círculo afetivo e social da vítima. Quanto ao local da agressão, em 55% dos casos a violência ocorreu dentro de casa. As 83% das agressões contra os homens foi praticada na rua, provocadas por conhecidos e estranhos e apenas 17% na residência. Esta pesquisa permitiu demonstrar a questão de gênero na ocorrência do fenômeno da violência ao apontar que as mulheres, mais do que os homens, são vítimas da violência intrafamiliar.

Temos ainda no Brasil dois estudos de base populacional, o da Fundação Perseu Abramo (2001) e o Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica (2005).

Os resultados obtidos pela Fundação Perseu Abramo referentes à questão da violência mostram que 43% das mulheres já sofreram violência por algum homem. Um terço das mulheres (33%) admitiu ter sido vítima de alguma forma de violência física, 27% sofreram violência psicológica e 11% sofreram assédio sexual.

Se considerarmos que entre as que admitiram ter sido espancadas, 31% declararam que a última vez foi no período dos 12 meses anteriores, e projetarmos esse dado para a população, temos que cerca de 2,1 milhões de mulheres foram espancadas, no ano de 2001, no país. São 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora ou 4 por minuto, portanto, uma a cada 15 segundos.

Como principal agressor é citado o marido ou o parceiro, responsável por uma taxa entre 53% e 70% das ocorrências de violência em qualquer das modalidades,

exceto o assédio. Os outros agressores comumente citados são o ex-marido, ex-companheiro e o ex-namorado, que, se somados ao marido ou parceiro, constituem a maioria em todos os casos.

O Estudo Multipaíses sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica (OMS 2005) trata-se da mais ampla pesquisa conduzida no Brasil sobre esta questão. A pesquisa foi realizada simultaneamente em dez países, sob a coordenação da OMS, e em todos os estudos foram pesquisadas uma grande cidade e uma região de características rurais. No Brasil foram visitados 4299 domicílios da cidade de São Paulo e da Zona da Mata, em Pernambuco, e entrevistadas 2645 mulheres de 15 a 49 anos.

Segundo SCHRAIBER et al. (2005), esta pesquisa possibilitou demonstrar o contraste entre a realidade das grandes cidades e a de pequenos municípios de culturas de base mais rural. Por exemplo, na cidade de São Paulo (zona urbana) 27,3% das mulheres de 15 a 49 anos relataram violência física cometida por parceiro ou ex-parceiro pelo menos uma vez na vida, e 22,1% sofreram agressão por outra pessoa. Em Pernambuco (zona rural) estes números são 33,8% e 13,5% respectivamente. E ainda 9,5% em São Paulo, e 6,6% em Pernambuco, são mulheres que sofreram violência física por ambos os tipos de agressores. Se forem considerados todos os possíveis agressores, a cidade de São Paulo e os municípios de Pernambuco estudados apresentam a mesma taxa de ocorrência, que aponta para a elevada frequência com que ocorrem as violências físicas e/ou sexuais contra as mulheres no país (41% e 40,6%). O fato é que, em ambas as situações, que apresentam contrastes socioeconômicos e culturais, não só a violência contra a mulher é muito frequente, como também encontra na forma da violência doméstica sua maior expressão.

De acordo com a OMS (2002), a forma mais comum de violência contra as mulheres é a praticada por um marido ou um parceiro íntimo. O fato de as mulheres estarem, em geral, emocionalmente envolvidas com homens que as vitimizam tem grandes implicações tanto para a dinâmica do abuso, quanto para as abordagens para se lidar com o problema. Além disso, este tipo de violência é um fenômeno que ocorre em todos os países, independentemente do grupo social, econômico, religioso ou cultural, embora adquira peculiaridades conforme estas variáveis.

2.3 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA

Em 1996, de acordo com GARCIA-MORENO (2002), a Assembléia Mundial da Saúde, órgão da OMS, reconheceu a violência, inclusive a violência contra as mulheres, como um problema de saúde pública que requer ação urgente por parte dos Estados-Membros.

Segundo MINAYO e SOUZA (2005), a violência transforma-se em problema para a saúde pública porque afeta a saúde individual e coletiva e exige, para sua prevenção e tratamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor.

Em outro trabalho, MINAYO & SOUZA (1999) apontam que a violência é um problema da sociedade que, desde a modernidade, tem sido tratado no âmbito da justiça, da segurança pública, e também como objeto de movimentos sociais. No entanto, dois fortes motivos tornam o assunto preocupação da área da saúde: primeiro porque tudo o que significar agravo e ameaça à vida, às relações interpessoais e à qualidade da existência, faz parte do universo da saúde pública e, em segundo lugar, a violência afeta a saúde e frequentemente produz a morte.

Por estes motivos, para TAVARES (2000), é importante que a violência doméstica seja tratada como uma questão de saúde pública, com um *locus* privilegiado de amparo às mulheres e com políticas claras de atendimento, para que esta possa ser uma das formas de coibir essa prática.

No que se refere às implicações da violência sobre a saúde da mulher, algumas relações podem ser estabelecidas, tanto no que diz respeito à demanda criada para o atendimento médico em função dos danos diretos causados pela violência sofrida, quanto pelas conseqüências indiretas e “invisíveis” deixadas por este tipo de abuso. Ou seja, suas conseqüências não se dão apenas na saúde física e mental das mulheres, mas acometem a sociedade como um todo na medida em que seus efeitos interferem na capacidade criativa e produtiva das mulheres.

Segundo ELLSBERG e HEISE (2005), a violência de gênero está associada a sérios problemas de saúde que afetam tanto mulheres quanto crianças, trazendo

prejuízos para a saúde física, mental e reprodutiva. A violência, além de ter conseqüências diretas sobre a saúde da mulher, pode aumentar o risco de doenças futuras.

De acordo com as autoras, nos EUA estudos indicam que 40 a 75% das mulheres que são fisicamente abusadas por seus parceiros, referem danos à saúde em algum momento de suas vidas. Os danos mais comuns decorrentes de violência de gênero são as desordens fisiológicas, que freqüentemente não tem causas identificadas, como, por exemplo, disfunções gastrintestinais e doenças crônicas. Estudos permitem demonstrar relação entre estas desordens e histórico de abuso físico e sexual. Enfim, “mulheres abusadas” tendem a ter um funcionamento físico agravado, mais sintomas e mais dias acamadas do que mulheres que não são abusadas.

No entanto, para muitas mulheres, as conseqüências psicológicas da violência são mais sérias do que os efeitos físicos. A violência freqüentemente afeta a auto-estima e expõe a mulher a um maior risco para vários problemas de saúde mental como, por exemplo, depressão, ansiedade, fobias, abuso de álcool e drogas, stress pós-traumático.

Além disso, a violência e o abuso sexual estão por trás de muitos problemas de saúde reprodutiva como, por exemplo, gravidez não desejada, DSTs/Aids e complicações no parto. Isto significa, na prática, que o sexo forçado pode trazer infecções, o abuso na infância pode aumentar o comportamento de risco na idade adulta e adolescência e a mulher temer solicitar o uso de método contraceptivo são situações comuns para muitas mulheres.

Ainda segundo ELLSBERG e HEISE (2005), estudos mostram que a gravidez torna-se, comumente, um agravante para a violência, e as conseqüências para a saúde podem ser: atraso na realização do pré-natal, ganho de peso inadequado, abuso de cigarro e drogas, infecções vaginais, trabalho de parto prematuro, hemorragias, DSTs, abortos, sofrimento fetal e baixo peso ao nascer.

Com relação às mortes decorrentes de violência, pode-se dizer que 40% a 70% dos homicídios, no mundo, são cometidos por parceiros íntimos, freqüentemente num contexto de relação abusiva. Na África do Sul, por exemplo, 41% das mortes de mulheres são cometidas pelo parceiro, o que representa um assassinato a cada 6 horas. Sabe-se ainda que a violência está associada à ocorrência de suicídio. (ELLSBERG e HEISE, 2005)

Os dados apresentados por ELLSBERG e HEISE (2005) são importantes para considerar que, além de a violência apresentar fatores de risco, a mesma deve ser entendida como fenômeno multifacetado cujas implicações se dão em diferentes níveis, mas de maneira interligada

O Estudo Multipaíses sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica (OMS 2005) demonstrou que, no Brasil, a tentativa de suicídio foi mais freqüente entre mulheres que sofreram violência. Tanto em São Paulo quanto na Zona da Mata as mulheres que sofreram violência relataram de duas a três vezes mais a intenção e a tentativa de suicídio do que aquelas que não sofreram violência.

Além disso, as mulheres que relataram violência declararam com maior freqüência o uso diário de álcool e problemas relacionados à bebida nos últimos doze meses.

Por isto, para MINAYO e SOUZA (2005), as informações sobre as hospitalizações não dão conta do mal profundo que os abusos e os maus tratos causam a saúde das mulheres. As conseqüências, sejam quais forem as circunstâncias e formas de violência sofridas, manifestam-se, em primeiro lugar, em forma de vergonha e culpabilidade.

Pode-se dizer que o setor saúde é uma grande porta de entrada dos casos de violência, já que é a única instituição pública que provavelmente interage com todas as mulheres em algum período de suas vidas, sendo por isso um *locus* privilegiado para identificar e referir as vítimas. (BARSTED, 2002)

Muito embora a questão das relações entre violência e saúde possa ser complexa em sua apreensão, é importante que estudos específicos sejam feitos do ponto de vista da Saúde Pública, pois atuando apenas sobre as conseqüências da violência e não sobre ela própria, ou seu passado, a situação que causa os agravos à saúde permanecerá intocada e produzindo seus efeitos.

2.4 MULHER, CULTURA E SOCIEDADE, OS LUGARES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

2.4.1 A perspectiva de gênero como contribuição para o estudo da violência

A forma contemporânea de se ampliar o foco da discussão da violência contra a mulher consiste em compreendê-la como uma das formas de violência de gênero. Tal termo tem ligação direta com o feminismo e está vinculado com o movimento de mulheres.

De acordo com SUÁREZ, MACHADO & BANDEIRA (1999), vivemos em uma sociedade onde persiste ainda a definição de gênero feminino referida à esfera familiar, doméstica e à maternidade, em que a feminilidade é freqüentemente descrita com base em atributos naturais. A mulher é socializada para casar e ter filhos e a função principal da sexualidade é ainda a procriação.

De acordo com VILLELA e ARILHA (2003), é recente o reconhecimento de que as características atribuídas às mulheres como dons ou virtudes naturais, derivadas de sua vocação para a maternidade, são armadilhas para sua opressão e dominação. Assim, desde o final do século XIX e ao longo do século XX, teóricas e militantes feministas têm buscado produzir instrumentos que permitam desvelar e transformar os mecanismos de produção e reprodução das relações desiguais entre homens e mulheres.

A partir da década de 80, o conceito de gênero passou a ser usado por estudiosas feministas com o intuito de dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito. Gênero não seria o mesmo que sexo, pois sexo se refere à identidade biológica e gênero tem uma ligação com a construção social do sujeito como masculino ou feminino. Daí, a expressão gênero tornou-se relevante para se compreender a interação e a cumplicidade com que se constroem as relações entre homens e mulheres, ambos marcados pela cultura.

SCOTT (1995), em texto clássico, definiu gênero como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Assim, para LOURO (1995), ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber e estar no mundo de formas diferentes, e nisso há diferenças quanto à distribuição do poder, o que significa que gênero está implicado na concepção e na construção do poder, bem como enfatiza que se trabalhe com as relações e não com as mulheres. Foucault, segundo esta mesma autora, propõe o entendimento do poder como uma relação e não como um elemento que se possui ou detém, de modo que não haveria um lugar privilegiado e fixo do poder, mas múltiplos lugares onde o mesmo é exercido.

Para a autora, esta visão não significa deixar de perceber o Estado como exercendo poder sobre os indivíduos, mas perceber que há outras formas e fontes de poder que são socialmente exercidas e que se cruzam. Além disso, também não significa o abandono das idéias de desigualdade entre grupos e classes sociais, mas significa a não elevação da luta entre as classes como luta central.

Segundo SAFFIOTI (2002), a estruturação da sociedade realiza-se simultaneamente a partir de dois eixos: por um lado, distribuição/conquista do poder e, por outro, gênero, classe e etnia. A autora também aponta que as diferenças entre homens e mulheres devem ser entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura e não como naturais (SAFFIOTI, 1994).

Dessa forma, gênero pode ser entendido como a construção social do masculino e feminino, isto é, o processo pelo qual, a partir da diferença física, a cultura constrói uma trama de valores, crenças, sentimentos e comportamentos que definem cada gênero, naturalizando suas atribuições. Essas interpretações do que é ser masculino e feminino passam, sobretudo pelo processo de socialização, a ser internalizadas e aceitas pelos indivíduos, geralmente de forma naturalizada. Assim, em nossa sociedade, características como força, virilidade e dominação são atribuídas ao masculino, assim como fragilidade, dependência e submissões se tornaram atributos femininos.

SAFFIOTI (1994), fazendo alusão à definição de gênero proposta por Scott, sugere que a afirmação de que o gênero vem em primeiro lugar significa atribuir-lhe primazia sobre os demais eixos de estruturação social, e que as categorias raça/etnia e classe social são também filtros de percepção que servem de parâmetros para a organização das relações de poder. Dessa forma, não ordena os eixos de estruturação social, apontando que a conjuntura do momento determinará qual dos três eixos deterá a

proeminência nos sujeitos em interação, embora admita que o gênero tem um grande peso na construção da subjetividade das pessoas.

Dessa forma o gênero, assim como a classe social e a raça/etnia condicionam a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva da sua maneira específica de compreendê-lo. Esta postura não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também raça/etnia e a classe social são fundantes das relações sociais, pois regulam as relações homem-mulher, homem-homem e as relações mulher-mulher. (SAFFIOTI 1995)

Além disso, ainda que atribua o mesmo estatuto teórico aos conceitos de classe social e de relações de gênero, a autora também prefere utilizar o conceito de poder formulado por Foucault (SAFFIOTI, 1992), pois o mesmo permite a análise do fenômeno aos níveis macro e micro, principalmente porque os espaços de poder da mulher se inscrevem mais no plano micro.

Isto quer dizer que o poder, tanto desenvolvido no plano macro quanto no micro, tem sempre a mesma natureza. Além disso, a autora acredita que o macro e o micro só se distinguem para fins analíticos, pois todos os fenômenos ocorrem simultaneamente nestas duas instâncias. (SAFFIOTI, 1995)

VILLELA e ARILHA (2003) ressaltam ainda que gênero não é uma estrutura fixa, estando em constante transformação a partir das demandas concretas que se colocam na vida de homens e mulheres. E também que as relações entre indivíduos concretos não reproduzem, em todos os instantes e na mesma intensidade as estruturas de opressão e exploração das mulheres que vigoram na sociedade. O modo como gênero opera numa dada relação é específico e flexível, devendo ser levada em conta a dinâmica de cada relação, personalidade de cada pessoa e até as resistências por parte das mulheres.

Segundo SUÁREZ, MACHADO & BANDEIRA (1999), o estereótipo aparentemente inocente de que os homens são ativos, agressivos e objetivos e que as mulheres são passivas, receptivas e emotivas, pelo fato de a diferença sexual fixar atributos distintos nas pessoas, apresenta repercussões concretas na valoração diferenciada dos gêneros, na construção da identidade, nos riscos de agredir e ser agredido, bem como no acesso aos meios de enfrentamento de tais riscos.

Assim, as ocorrências e impactos da violência doméstica estariam relacionados a tais estereótipos. De acordo com as autoras, a explicação mais plausível para que uma pessoa possa conviver com a violência encontra-se na formação de hábitos e valores adquiridos durante o processo de socialização.

2.4.2 Mudanças na relação entre homens e mulheres na família e na sociedade

Segundo JELIN (1995), a família se constituiu como um espaço paradoxal; como o lugar tanto do afeto e da intimidade, quanto da violência. Todavia, a violência que ocorre entre os membros da mesma família é algo que pouco se fala, é secreta e vergonhosa, escapa ao conhecimento público. As únicas testemunhas são os membros da família, que mantêm o silêncio, por medo de represália ou para preservar a imagem idealizada da família.

De acordo com SAFFIOTI (1995), se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso “legítimo” da força física. O domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres e crianças de ambos os sexos, especialmente as meninas. Assim, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos das humilhações e atos libidinosos graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. É com esta estrutura que a família se mantém, plena de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos. Constrói-se em virtude da sacralidade da família, um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo. Em nome da privacidade, a sociedade em geral, com exceção a alguns grupos, não atua no sentido de alterar as violentas formas de sociabilidade desenvolvidas pela família. A autora coloca que:

“Teoricamente, podem-se desenrolar diferentes sociabilidades: desde a mais democrática até a mais facista. O que se observa empiricamente são práticas extremamente autoritárias, tanto na direção adulto-criança quanto no sentido homem-mulher. Pode-se afirmar, sem muita margem de

erro, que a família constitui umas das instituições sociais mais autoritárias e castradoras, não apenas em virtude de sua organização interna e do papel que desempenha na sociedade como um todo, mas também porque perdura ao longo de toda vida do socius.” (SAFFIOTI, 1995, p.34).

No entanto, de acordo com MINAYO e SOUZA (2005), a maior consciência de seus direitos, pelas mulheres, e o aprimoramento dos registros vem fazendo com que a violência cometida contra as mulheres adquira maior visibilidade na sociedade brasileira. Isso indica que está ocorrendo expressiva mudança no comportamento das mulheres que sofrem violência e da sociedade, trazendo a público um problema antes tratado como do âmbito do privado.

A esse respeito, SCHRAIBER et al. (2005) cita alguns processos que impulsionaram mudanças na relação homem-mulher na família, tais como: o processo de individualização e autonomia das mulheres, a separação entre sexualidade e reprodução, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da escolarização das mulheres.

Segundo VILLELA e ARILHA (2003), os avanços das mulheres na conquista por sua autonomia correspondem a novos arranjos na estrutura de gênero. Ou seja, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a mudança em sua posição social, bem como a visibilidade e crescente consciência social do fenômeno da violência traz como consequência, entre outras coisas, mudanças na maneira como as mesmas posicionam-se em relação aos parceiros

Na economia, a grande mudança nas últimas décadas reside no aumento da participação das mulheres na força de trabalho, mas segundo JELIN (1995), isso não significa necessariamente uma reorganização das relações de gênero e, sim, uma dupla jornada de trabalho para as mulheres, pois as mesmas continuam cuidando dos filhos e das tarefas domésticas.

Ademais, nas últimas décadas novos arranjos familiares estão ocorrendo, entre eles o de mulheres chefes de família, anteriormente mais comum entre as classes populares, o que sugere que cada vez mais as famílias se distanciam do modelo tradicional de família nuclear.

Segundo SCHRAIBER et al. (2005), o fenômeno das chefias femininas tende a ser mais expressivo nas regiões urbanas e pobres e se deve, neste caso, às más condições de vida e a instabilidade das relações familiares e afetivo-conjugais. Já nas camadas médias, este aumento se refere a processos como a modernização, individualização e a abertura de diferentes possibilidades de vida para as mulheres.

Da mesma forma, FONSECA (2006) aponta que é possível que o recente aumento do número de famílias chefiadas por mulheres esteja ligado, entre as camadas médias, ao movimento feminista e a nova autonomia da mulher. No entanto, não se deve projetar esta mesma explicação para as mulheres das camadas populares, cuja alta taxa de mulheres chefes de família tem sido historicamente ligada à pobreza.

Tais mudanças, entretanto, não redundam necessariamente na diminuição da violência. Ao contrário, pois de acordo com SCHRAIBER et al. (2005) a violência entre homens e mulheres se deve exatamente a “rupturas nos tradicionais padrões culturais de base patriarcal presentes na maioria das sociedades”, e tais padrões referem-se ao controle e domínio masculinos exercido sobre as mulheres, devido ao poder conferido aos mesmos pela sociedade.

SAFFIOTI (1995) considera que o trabalho remunerado da mulher e suas implicações - as possibilidades de maior autonomia, a constituição de novas relações, a ausência prolongada do lar, as expectativas familiares frustradas relativas às tarefas domésticas não-realizadas - constituem fatores de recrudescimento das tensões na relação conjugal.

SUÁREZ, MACHADO & BANDEIRA (1999) também colocam que, atualmente, apesar de a grande maioria das mulheres estar presente na força de trabalho e com mais escolaridade, participando nas atividades do mundo público, a presença e a distribuição social da violência constituem-se em um dos espelhos da divisão tradicional dos papéis e dos espaços. Portanto, as práticas de violência apontam para uma articulação real e simbólica entre a divisão e naturalização dos lugares/papéis masculinos e femininos nos espaços físicos e socioculturais.

No que se refere aos setores sociais mais pobres, de acordo com JELIN (1995), é freqüente o abandono material do homem devido a situações de crise no mercado de trabalho e a falta de valorização de seu papel como provedor econômico de seu núcleo familiar. Nestes casos, o aumento de mulheres sozinhas com filhos, nas situações em

que as mesmas são as únicas provedoras econômicas da família e responsáveis pelas tarefas domésticas, torna estes núcleos familiares vulneráveis.

Segundo SILVEIRA (2006), para esta população, a saída de uma relação conjugal violenta envolve uma série de obstáculos objetivos: por exemplo, o desemprego e/ou informalidade do trabalho do companheiro, que pode dificultar o pagamento de pensão alimentícia para os filhos. Já o desemprego e/ou informalidade de emprego da própria mulher, pode dificultar sua saída de casa e o sustento familiar. Além disso, são muito comuns as condições precárias de moradia (em geral cedida ou emprestada) muitas vezes construída em terrenos ilegais ou de propriedade de familiares do companheiro.

Considerando que o abrigo onde a pesquisa foi realizada trata-se de um serviço público conveniado, fato a observar é que a grande maioria das mulheres atendidas são de camadas excluídas ou de baixa renda. O drama das usuárias se desenrola ainda no cruzamento de pelo menos dois eixos de exclusão - gênero e classe social, quando não do eixo racial, no caso das mulheres negras.

Existe também um grande número de aspectos subjetivos envolvidos nesta situação: sentimentos da mulher de que a família deve permanecer unida, preocupação com os filhos, afeto pelo companheiro, histórico de violência em sua família de origem, medo e insegurança, entre outros. Tais aspectos serão problematizados a seguir.

2.4.3 Caracterização sociodemográfica e psicossocial das mulheres: estudos anteriores

Como citado anteriormente, poucos estudos foram encontrados na literatura especializada a respeito de mulheres em situação de violência abrigadas.

O estudo realizado no abrigo para mulheres “Viva Maria” em Porto Alegre mostrou que o perfil da clientela estudada (110 mulheres) era composto por mulheres jovens, em média 29 anos, todas de baixa renda, 12% analfabetas, 21% negras, 80% com histórico de violência freqüente e que 18% retornaram para o companheiro do qual haviam sofrido violência. (MENEGUEL et al., 2000)

No estudo sobre avaliação das ações de atendimento às mulheres sob violência de Belo Horizonte de 1996 a 1998 (ALVES e COURA-FILHO 2001), 86% das abrigadas estavam em idade produtiva (16-48 anos), 68% eram “não brancas” e 32% brancas. No que se refere à escolaridade, 70% havia cursado o ensino fundamental e 85% tinha trabalho remunerado, a maioria inserida no mercado informal. Com relação ao número de filhos, 90% eram mães de até cinco filhos.

A respeito do tempo de abrigamento, 66% das mulheres abrigadas não chegaram ao período máximo de permanência no abrigo (90 dias) e 27% ultrapassaram o período limite. Destas, 38% regressaram ao antigo lar e 62% fizeram outras opções.

Constatou-se que as abrigadas buscavam novas perspectivas de vida, mas apesar da satisfação com relação ao atendimento recebido, também se sentiam presas e sem liberdade. Mostraram ainda dependência institucional, pois declararam sentir medo de não conseguir resolver seus problemas sozinhas e mais da metade das mulheres solicitou atendimento psicológico.

Em outro estudo, ALVES e COURA-FILHO (2001), constataram que a casa abrigo protege e socorre as mulheres, porém acreditam ser importante atentar para os estreitos limites entre prevenir e socorrer, assistir e tutelar.

Alguns estudos procuram investigar associações entre características sociodemográficas de homens e mulheres para verificar associação destas com o aumento do risco para ocorrência da violência contra a mulher.

Segundo JEWKES (2002), com exceção da pobreza, muitas características não estão associadas com o aumento do risco para ocorrência da violência por parceiro íntimo. A idade, por exemplo, tem ocasionalmente sido percebida como fator de risco para a violência, com um risco mais elevado na juventude. No entanto, em muitas pesquisas a relação com a idade de um dos parceiros não tem sido encontrada. Da mesma forma, a idade ao casar não é um fator associado.

A relação entre o estado civil e a ocorrência da violência por parceiro íntimo pode variar de acordo com a sociedade investigada, por exemplo, em culturas em que é comum que a relação sexual entre os casais ocorra antes do casamento, o estado civil não é associado com a ocorrência de violência. Já nas sociedades em que os relacionamentos íntimos só ocorrem dentro do casamento, ocorre uma relação entre estado civil e violência.

O número de filhos tem sido freqüentemente associado com a violência por parceiro íntimo. Na Nicarágua, por exemplo, o primeiro ato de violência, em quase todos os casos de relacionamentos violentos, ocorreu durante os dois primeiros anos de casamento. Este fato sugere que neste caso, o número de filhos não foi causa da violência, mas sua conseqüência.

No entanto, podemos pensar que o número de filhos também pode ser causa da violência, na medida em que o cuidado dirigido aos mesmos exige a dedicação de muito tempo, trabalho, responsabilidade e energia. Tal demanda, somada às dificuldades econômicas e as relações de gênero, são geradoras de stress e podem levar à ocorrência da violência doméstica.

Alguns outros aspectos se apresentam como relevantes para a compreensão da dinâmica dos relacionamentos violentos, entre eles, os motivos apontados para manutenção do relacionamento, as condições relacionadas ao seu término, o tempo de permanência nos relacionamentos e os determinantes relacionados à ocorrência de violência, abordados em algumas investigações.

Segundo a OMS (2002), estudos qualitativos em profundidade sobre as mulheres nos Estados Unidos, na África, na América Latina, na Ásia e na Europa mostram que a manutenção do relacionamento pode ser determinada por medo de represálias, dependência econômica, preocupação com as crianças, dependência emocional, falta de apoio da família e amigos e pela esperança de que o homem mude.

Alguns desses estudos também indicam que há um conjunto de condições que levam as mulheres a se separarem definitivamente de seus parceiros abusivos. Isso ocorreria quando a violência se tornasse grave o bastante para demonstrar que o parceiro não mudará, quando a situação afeta os filhos e quando há apoio emocional e logístico da família ou amigos. Ainda apontam que deixar um relacionamento abusivo é um processo e não uma ruptura abrupta que resulta em um evento definitivo. Assim, a maioria das mulheres deixa e retorna várias vezes ao relacionamento antes de, finalmente, decidir dar um fim à relação. O processo incluiria períodos de negação, de culpar a si mesma e de sofrimento antes de a mulher chegar a reconhecer a realidade do abuso e identificar-se com outras mulheres em situação semelhantes. (OMS, 2002)

De acordo com as pesquisas do POPULATION REPORTS (2006) na Nicarágua, o tempo médio em que as mulheres permanecem em um relacionamento violento é de

cinco anos e naquela realidade, as mulheres mais jovens seriam mais propensas a abandonar mais cedo os relacionamentos, o que indica um diferencial de gênero em função da geração e a importância de se considerar nesses estudos essa perspectiva de análise.

Estudos realizados em vários países permitiram, segundo o POPULATION REPORTS (2006), identificar uma lista de eventos que provocam a violência, como: não obedecer ao marido, responder ao mesmo, não ter a comida pronta na hora certa, não cuidar adequadamente dos filhos ou da casa, questionar o marido sobre dinheiro ou namoradas, ir a qualquer lugar sem permissão, recusar-se a ter relações sexuais e outros. Estes são eventos que significam transgressões das normas que regem o relacionamento entre os sexos, baseados na dominação do homem.

O mesmo trabalho aponta que a maioria das mulheres agredidas não são vítimas passivas, mas usam estratégias ativas para maximizar sua segurança e a de seus filhos. Algumas mulheres resistem, outras fogem de casa e outras ainda tentam manter a paz rendendo-se às exigências do marido. No entanto, o abandono do relacionamento muitas vezes não garante a segurança da mulher, pois a violência pode continuar e até aumentar em decorrência desta atitude. Neste particular, a autonomia da mulher é um aspecto relevante.

Algumas das abordagens apresentadas até o momento referem-se a uma perspectiva do tipo funcionalista e de risco. Segundo ALVARENGA (1994), a abordagem de risco apresenta limites, dada sua característica de reduzir fenômenos complexos a variáveis ou fatores de risco. Vale observar que embora sejam importantes, do ponto de vista empírico e descritivo, para auxiliar na compreensão da violência doméstica contra mulheres, o fenômeno pode ser reduzido se for analisado de maneira fragmentada e desvinculado de seu contexto sócio-histórico e cultural. Para evitar tal reducionismo é importante levar em conta outras abordagens para analisar o fenômeno da violência, que tentam se articular ou avançar nas perspectivas de gênero.

Da mesma forma, de acordo com GROSSI (1998), a maior parte das análises e explicações do fenômeno da violência contra a mulher tendem a privilegiar aspectos socioeconômicos como a pobreza, as desigualdades sociais entre homens e mulheres, a dificuldade das mulheres de acessar o mundo do trabalho e a cultura tradicional. No

entanto, para a autora, tais explicações são generalizantes e não explicam porque as mulheres permanecem com seus parceiros violentos.

A violência contra a mulher, por ser um fenômeno complexo, admite diversas análises, não necessariamente concordantes e muitas vezes complementares. Algumas abordagens compreensivas sobre este fenômeno serão problematizadas a seguir.

SAFFIOTI (2002), ao analisar 290 entrevistas de mulheres que registraram boletins de ocorrência, constatou que a maioria das vítimas situa-se na matriz dominante de gênero, ou seja, de obediência ao macho e tendem a diminuir suas próprias qualidades, exaltando as do companheiro. Segundo a autora, por mais que um sujeito seja tratado como objeto por outro, jamais deixará de ser sujeito, e sujeitos tanto podem ser algozes como vítimas, e, quase sempre, são os dois. Dessa forma, não se pode identificar os homens como algozes e as mulheres como vítimas, mas homens e mulheres em relações de diferentes ordens.

De acordo com a autora (SAFFIOTI 1992), apesar de homens e mulheres serem socializados de acordo com o código da ordem patriarcal de gênero, nem todos se adequam à matriz dominante de suas respectivas categorias de gênero, pois, se assim fosse, todos os homens seriam agressores e todas as mulheres vítimas.

Afirma ainda que, nas relações violentas estabelece-se a co-dependência, ou a dependência compulsiva, o que torna impossível o estabelecimento de uma relação de cumplicidade, já que o contrato nas relações de violência se dá entre desiguais.

Segundo a autora, as mulheres oscilam da onipotência à impotência da mesma forma que os homens, mas vivenciam estes sentimentos de maneiras diversas. As mulheres acreditam que podem promover mudanças (onipotência), e isto faz com que permaneçam na relação. Apesar disso, estão mais acostumadas às vivências de impotência, já os homens têm autorização social para converter a agressividade em agressão e o fazem quando se sentem impotentes. De qualquer forma, a resposta de uma mulher ao abuso é limitada pelas opções que lhe são disponíveis. (SAFFIOTI 2002)

Com relação à dificuldade das mulheres em romperem os vínculos com os companheiros, as mesmas podem demonstrar um desejo de mudança do relacionamento e não necessariamente o seu fim. Maria Luiza Heilborn, antropóloga, no Seminário Nacional Preparatório à Conferência de Pequim, tratando do tema Violência Contra a Mulher (1994) afirmou:

“(...) algumas mulheres, particularmente as mulheres de camadas populares, vão às delegacias da mulher fazer sua denúncia (...) mas o que se deseja não é uma clareza, uma nitidez de que há um propósito de punir, de impetrar o início de um processo, uma queixa-crime contra o marido, mas se reivindica a intervenção de uma autoridade que possa regular as relações domésticas”. CAMARGO e AQUINO (2003, p. 41)

A este respeito, SAFFIOTI (1995) coloca que, no que tange às vítimas, a ambigüidade integra sua forma de emersão no plano público, enquanto sujeito de direitos:

“De fato, seu estatuto de esposa e mãe sobrepuja o de cidadã. Denunciar a violência e ir às últimas conseqüências no plano jurídico-formal e manter-se como referência familiar central, num contexto onde a baixa auto-estima e a culpabilização são prevaletentes, são tarefas tendencialmente inconciliáveis.” (p.64)

Uma mensagem ambígua é transmitida aos protagonistas de relações de violência: como se trata de uma situação existencial limite, deve ser enfrentada e resolvida, no entanto, devem também preservar a instituição familiar como lugar sacralizado de desenvolvimento de relações de solidariedade e afeto.

Para a autora, no que tange às relações de gênero, a violência apresenta as seguintes características:

“1) visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino; 2) amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado; 3) é mesclada com outras paixões como sedução, afeto, desejo, esperança e 4) denuncia a fragilizada auto-estima de ambos os cônjuges, que tendem a se negar reciprocamente o direito à autonomia nas mínimas ações”. (p.159)

Retraçando a complexidade do fenômeno, GREGORI (1988), ao analisar entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência e reconstituir as cenas onde as mesmas se desenvolvem, apresenta outro modo de apreender o fenômeno, para além de uma descrição típica de relacionamento violento e a conseqüente construção dualidade "vítima" e "alcoz".

Para a autora, tais relacionamentos constituem-se em relações de parceria e a violência pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre os parceiros. Nessa medida, a agressão funcionaria como uma espécie de luta na qual os parceiros tomam suas posições diante de um conflito e, por meio desta luta, os papéis de cada um são redeterminados e a ordem conjugal é restituída.

Acredita ser importante pensar na violência conjugal como um fenômeno mais complexo do que a questão da violência contra a mulher, devido à especificidade do vínculo afetivo existente entre o casal. Além disso, nesses casos ainda se torna necessário distinguir as diversas configurações familiares tais como: famílias com filhos pequenos, com filhos criados, mulheres que são donas de casa, que trabalham fora, mulheres que tem sociabilidade além da família, mulheres que convivem apenas com familiares, universos socioculturais, etc.

Em seu trabalho, GREGORI (1988) aponta que as razões apresentadas pelas mulheres sobre os homens serem agressores giram em torno do consumo de álcool e de famílias de origem desestruturadas. Já as posturas adotadas pelas mulheres diante da violência se referem a um silenciamento quando ocorrem apenas com elas e as mobilizam um pouco mais no sentido de tomar alguma providência quando as agressões são estendidas aos filhos.

Quando é feita, a solicitação de ajuda é dirigida a médicos, familiares, governos e a instâncias religiosas: as mulheres não acreditam que o casamento deva acabar na delegacia. As mulheres dão um grande valor ao "suportar", acreditam que os maus momentos são passageiros e que serão recompensadas por isso. A idéia norteadora é a de que as fraquezas dos maridos serão superadas com a virtude delas.

Além disso, assinala que as mulheres não se responsabilizam pela questão da ocorrência da violência, colocam o problema no outro, fora delas. Nesse sentido, a queixa teria um lado perverso, pois além de revelar seu conteúdo, existiria a função e o

desejo de enlaçar o outro e se auto-aprisionar em um modelo em que nada se exige de si mesmo, pois é no outro que reside o dever de proteção, do amparo e da benevolência.

GROSSI (1998) acredita que os estudos realizados a respeito da violência contra a mulher parecem remeter a dois grandes paradigmas teóricos, um centrado nas teorias do patriarcado e outro na perspectiva da violência como parte da relação afetivo-conjugal. A visão do patriarcado, segundo a autora, mistura a noção de fragilidade natural das mulheres com a crença na universalidade da subordinação das mulheres aos homens, toda explicação sobre o uso da violência recai sobre o pólo masculino, isentando a mulher da relação que a constitui.

Quanto aos limites de uma abordagem patriarcal de gênero, CASTRO e RIQUER (2003), afirmam que muitos estudos realizados reduziram o caráter estrutural do patriarcado a indicadores individuais, o que impediu o estudo das mediações entre os fenômenos estruturais e sua expressão na conduta individual. Esta redução contribuiu para que se criasse uma visão caricatural da violência doméstica, apresentada por personagens com papéis rígidos de vítimas e algozes.

Segundo os autores, o patriarcado pode ser identificado em pesquisas específicas como um fator de risco para que as mulheres sejam tratadas com violência e que os homens sejam agressores. No entanto, para que isto tenha lugar, é necessário ir além no processo interpretativo, ou seja, identificar a ocorrência de determinados vínculos e interações para que ambos entrem na trama da violência de gênero. A questão seria, portanto relacional, de acesso e uso desigual de diferentes recursos, desequilíbrio de poder e a tensão decorrente disto entre os parceiros. Daí os autores concluírem pela relevância da investigação do aspecto relacional da violência em diferentes contextos, como a família e o casal.

O segundo paradigma, de acordo com GROSSI (1998), tem como pressuposto que não se pode isolar a mulher para entender a violência em uma relação afetivo-conjugal, que é necessário percebê-la tanto a partir do vínculo construído a partir da comunicação de cada casal, quanto a partir do contexto cultural no qual se insere este casal. Tal enfoque aproxima-se da compreensão apresentada por GREGORI (1988), citada anteriormente.

De acordo com GROSSI (1998), uma das novas formas de entender a violência doméstica sugere que a mesma seja uma linguagem que estrutura o contrato conjugal de muitos casais.

Uma das teorias que tem abordado a violência como parte dos impasses da comunicação entre um casal é a teoria do ciclo da violência doméstica. Trata-se de um modelo teórico que permite compreender a dificuldade de ruptura da relação abusiva, ao colocar que a violência doméstica apresenta um padrão cíclico com três fases: período de tensão, explosão da violência e lua-de-mel. Esta teoria, segundo GROSSI (1998), permite perceber que há uma circulação do poder no interior do casamento e não uma divisão estanque do mesmo.

A autora, ao considerar a tradição judaico-cristã, acredita ser possível pensar também no casamento como um jogo com regras e um imaginário que carrega em si a própria ambigüidade do modelo ocidental moderno de paixão que significa sofrimento e entrega:

“Partindo deste pressuposto, os atos de violência no vínculo conjugal remetem a um cenário pré-estabelecido, no qual marido e mulher conhecem seus papéis e retêm na maior parte do tempo um texto socialmente conhecido, texto que oscila entre amor e dor, texto aprendido no processo de socialização, mas também escrito e reescrito por ambos os parceiros, uma vez que constatamos diferentes representações da violência nas narrativas que escutamos.” (p.308)

Estas considerações sugerem que não há um caso exemplar de violência, ou um modelo interpretativo único, cada caso tem características que dizem respeito ao fenômeno da violência contra a mulher, mas não apresentam todas as características ao mesmo tempo. Em geral há culpa, confusão, valores morais, falta de diálogo e um não reconhecimento do outro como um ser inteiro e o conseqüente respeito a esta diferença entre os casais.

MIRIM (2005), em seu texto sobre a violência contra a mulher na perspectiva da saúde mental, coloca que:

“a violência doméstica é um processo cíclico, a mulher tem dificuldade em reconhecer esse fato, só o faz, na maioria das vezes, após algum tempo de estar submetida à violência. A mulher tem uma relação de intimidade com o agressor, ele desfruta de sua confiança, sendo assim, o autor da agressão está misturado com o objeto de amor. Ele é ao mesmo tempo objeto de amor e ódio. A violência incide na relação com o outro, ele usa de sua confiança e de sua intimidade nos episódios de violência, proporcionando que o medo se instaure.(p.275)

A respeito da caracterização da mulher como vítima ou cúmplice da violência, a autora entende que, no princípio da luta feminista, perceber a mulher como vítima permitiu abrir a discussão para a sociedade; contudo a condição de vítima é paralisante e redutora, porque implica na dependência do outro para sair da situação. Quando a mulher é vista como estando em situação de violência, implica que ocupa um lugar de passagem e pode ser colocada como sujeito da relação. Assim, estar em situação de violência oferece a possibilidade da mudança, de pensar que as mulheres não são vítimas, mas estão vivendo uma situação específica.

Diante da ampla gama de questões que envolvem a violência contra as mulheres, a presente dissertação visa contribuir para ampliar o conhecimento sobre as mulheres que vivem em situação de violência, a partir da realização de um estudo sobre características de mulheres atendidas em um dos abrigos existentes na cidade de São Paulo. Tem-se em mente, a importância do papel desempenhado por este tipo de serviço como uma das modalidades de política pública de atendimento à violência contra a mulher e, os avanços que uma investigação dessa natureza podem trazer para a elaboração de novas estratégias no âmbito das políticas públicas.

2.5 SOBRE O *LÓCUS* DO ESTUDO, SEU HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

2.5.1 Histórico do abrigo onde foi realizado o estudo

A organização não-governamental que administra o abrigo para mulheres, Fundação Francisca Franco, é uma entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1954 com objetivo de atender a uma população carente e necessitada.

Atualmente, a Fundação mantém dois programas de atuação social: Programa de Proteção Integral e Programa de Educação Profissionalizante.

O Programa de Proteção Integral é formado por 04 projetos de abrigo que atendem a uma população mensal de 100 pessoas entre crianças, adolescentes, adolescentes gestantes e mães, e ainda, mulheres vítimas de violência doméstica que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social.

O Programa de Educação Profissionalizante é formado pelo Projeto “Fazendo Moda”, que tem como objetivo proporcionar a formação profissional na área de moda para jovens em situação de exclusão social.

Os projetos sociais desenvolvidos pela Fundação Francisca Franco são mantidos por meio de recursos oriundos de parcerias e/ou convênios estabelecidos com órgãos públicos, empresas e fundações da iniciativa privada e doações de pessoas físicas. Além das parcerias financeiras, contam com um grupo de colaboradores que realizam doação de mantimentos, bens e serviços que garantem a sustentabilidade do trabalho desenvolvido.

O abrigo para mulheres, aberto em 1986, é o projeto mais antigo da Fundação e inicialmente pretendia acolher mulheres e seus filhos em situação de desamparo. O fato de ser um atendimento dirigido às mães era uma intenção declarada, pois se entendia que nesta situação a mulher encontrava-se mais vulnerável.

O trabalho, em seu início, tinha um caráter mais assistencialista, no sentido de fornecer moradia, alimentação, vale-transporte e encaminhamentos diversos, como para escolas, serviços de saúde e lazer, ou seja, oferecer condições para a reestruturação da família.

A própria experiência e reflexão levaram o serviço a se especializar e se atualizar na questão da violência contra a mulher, optando em focar o atendimento exclusivamente para mulheres em situação de violência doméstica, pois estas apresentam demandas e características diferentes das mulheres em desabrigo, exigindo atendimentos específicos.

De 1999 para 2000, quando da renovação anual do convênio com a SAS (Secretaria de Assistência Social), da Prefeitura Municipal de São Paulo, a partir do amadurecimento da instituição sobre a questão da violência contra a mulher, favorecido entre outras coisas pela participação das profissionais no Fórum Paulista de Não Violência à Mulher¹, pela existência de um maior número de serviços para mulheres desabrigadas (albergues) do que para mulheres em situação de violência doméstica, optou-se por concentrar o atendimento nesta última modalidade.

Na realidade, em São Paulo, apenas o abrigo Comvida (Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica) estava em funcionamento, pois o abrigo Casa Helenira Rezende da Prefeitura de São Paulo, encontrava-se desativado como citado anteriormente.

Vale lembrar que a Casa Abrigo Regionalizada do ABC havia sido reativada há poucos anos e em 2001 a Casa Helenira Rezende também foi reinaugurada. São Paulo, finalmente, contava com três abrigos para mulheres em situação de violência. Posteriormente, outros abrigos passaram a receber também mulheres em situação de violência, mas não exclusivamente.

É, portanto, no contexto de aberturas e reativações dos abrigos pelo território brasileiro que a casa abrigo da Fundação Francisca Franco se reorganizou para atender exclusivamente mulheres em situação de violência doméstica e se beneficiou das discussões a este respeito

Dessa forma, o serviço foi gradativamente reestruturado em vários aspectos, tais como o funcionamento em 24 horas, adequação da equipe, adoção do sigilo, parceria com assistência jurídica e psicológica, compreensão da lei 9099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), realização de oficinas e grupos com as mulheres adotando a perspectiva de gênero.

¹ O Fórum Paulista de Não Violência às Mulheres é um espaço de diálogo e articulação entre os diversos profissionais que atendem mulheres em situação de violência.

A adoção da perspectiva de gênero referiu-se à compreensão obtida pelas profissionais a respeito da construção social dos papéis de homens e mulheres na sociedade e que tal construção legitimava a violência contra as mulheres

O formato do abrigo para mulheres em situação de violência doméstica da Fundação Francisca Franco, após as adequações, foi o seguinte:

- Equipe técnica: composta por coordenadora e técnica, com formação em Assistência Social e Psicologia
- Equipe operacional: seis educadoras de nível médio: quatro diurnas e duas noturnas; uma cozinheira
- Capacidade: 20 pessoas entre mães e filhos (mulheres maiores de 18 anos e filhos menores de 18)
- Tempo de permanência: seis meses
- Atendimento integral (infra-estrutura e atendimento técnico):

Infra-estrutura: oferecimento de moradia, alimentação, vales-transporte, produtos de higiene e limpeza

Atendimento técnico: encaminhamentos e acompanhamentos a recursos de saúde (públicos), assistência psicológica (ONG), assistência jurídica (universidade e voluntariado), ensino formal (público) e ensino profissionalizante (público e privado). Realização de oficinas profissionalizantes, grupos de reflexão (violência, saúde, questões de gênero, cidadania e temas sugeridos pelo grupo) e atividades de lazer.

O abrigo onde foi realizado este estudo localiza-se na cidade de São Paulo. Trata-se de um sobrado em uma rua tranqüila, com 5 (cinco) quartos no andar superior e áreas comuns (sala, copa, cozinha, quintal) no andar inferior. Sua localização exata e o nome do abrigo não serão revelados em respeito ao sigilo e segurança das usuárias. Vale ressaltar que nenhum tipo de estudo foi realizado nesta unidade.

2.5.2 Características do abrigamento

A entrada da mulher no abrigo se dá por meio de procura espontânea da mesma ou por meio de encaminhamentos de outros serviços. Em ambos os casos, realiza-se uma entrevista de triagem.

Normalmente, no momento desta entrevista, elas apresentam-se tensas, preocupadas com questões práticas de sobrevivência e acreditam que as coisas se tornarão mais fáceis quando estiverem abrigadas, mesmo quando são alertadas a respeito de todas as alterações que ocorrerão em suas vidas, ou seja, mudança na rotina própria e dos filhos, necessidade em romper temporariamente os contatos com familiares ou conhecidos que a possam pôr em risco, permitir que os contatos com os mesmos sejam feitos em conjunto com a equipe técnica, adoção do sigilo, adaptação e cumprimento às regras da casa, convivência em grupo, entre outros.

Uma vez abrigadas, as mulheres tornam-se responsáveis pela limpeza da casa e pelo preparo das refeições em forma de rodízio, definido pelo grupo e pela equipe. Além disso, são responsáveis pelos seus dormitórios e pertences pessoais.

Após um curto período de adaptação, iniciam-se os encaminhamentos aos recursos de saúde, regularização de documentação e inserção (ou solicitação de vaga) das crianças em escolas, creches, atividades de recreação e encaminhamento dos casos para assistência jurídica e psicológica.

Concomitantemente, a mulher sai à procura de colocação profissional e cursos profissionalizantes. Durante todo o processo, a mulher é orientada a realizar um fundo de reserva financeira como forma de se preparar para o desligamento da casa. É oferecido material de higiene e limpeza bem como vale-transporte para todas as saídas necessárias, mesmo quando a mulher passa a trabalhar.

Durante o processo de abrigamento, algumas situações podem ser observadas, tais como tentativa da mulher em transferir suas responsabilidades e decisões para a equipe do abrigo, intolerância na convivência em grupo e reprodução da violência entre o grupo, com os filhos, com a equipe.

Parece haver uma ilusão por parte da mulher em torno do abrigamento, como se a separação física do companheiro fosse suficiente para a mudança, acredita que as soluções surgirão rapidamente e que serão sempre positivas. Aos poucos, percebem que

a escolha feita implica em ganhos e perdas, deparam-se com muitas dificuldades: morosidade da justiça, as poucas vagas em escolas e creches, as dificuldades de encontrar emprego, de inserção em programas sociais, a convivência em grupo, o prazo de permanência, o sentimento de estarem presas, ambivalência, insegurança, dentre outras. Estas percepções e sentimentos podem fazê-las tanto retornar à antiga situação quanto fazê-las seguir adiante de forma mais realista.

De acordo com SILVEIRA (2006), a convivência dentro de um destes abrigos é uma das partes mais delicadas do gerenciamento do serviço. As mulheres, marcadas pelas experiências pessoais, desenvolvem estratégias que sugerem a reprodução dessa mesma violência em suas relações, ou usam mecanismos de manipulação como forma de se protegerem dela. As crianças vivenciaram que a violência é uma linguagem possível na solução de conflitos. Nesse sentido, as mulheres, técnicas e funcionárias do abrigo que tem um convívio cotidiano com as usuárias, são chamadas a participar desta dinâmica, o que torna o desenvolvimento de um trabalho eficaz nestes locais um grande desafio.

Neste contexto, o trabalho técnico é de grande importância, pois é a oportunidade para trabalhar tais questões e promover reflexões. Envolve oferecer um suporte individual e grupal às mulheres e assim trabalhar a auto-estima, discutir o significado da violência em suas vidas, a violência vivida na família de origem, o processo de responsabilização sobre a própria vida, a sensibilização para questões de gênero, oferecer informações sobre a saúde e a sexualidade, cidadania e direitos humanos, entre outros.

Além do trabalho técnico, há a necessidade de resolução de questões cotidianas - que são muitas - e fazem com que grande parte do tempo seja dedicada a resolver demandas administrativas como: escalas de limpeza, brigas entre usuárias, compras, manutenção, dentre outras.

No seminário “Construindo o diálogo sobre a Lei Maria da Penha”², realizado em junho de 2007, a teóloga Haidi Jarshell, ao falar sobre as casas abrigo para mulheres,

² Seminário organizado em conjunto pelo Fórum Paulista de Não Violência às Mulheres, Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e pelo Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dirigido a profissionais que atuam nos serviços de violência que compõe o Fórum Paulista e às assistentes sociais e psicólogas das Varas de São Paulo.

denominou o abrigo como uma “UTI do amor romântico”. Usou o termo “UTI” por se tratar de um serviço de grande complexidade, que lida com o risco de morte, é monitorado 24 horas por dia e consiste no último recurso entre os serviços que atendem mulheres em situação de violência. O termo “amor romântico” foi utilizado para fazer alusão ao fato de que a violência sofrida por estas mulheres ocorre no âmbito conjugal, na maioria dos casos. Ou seja, referem-se a relações afetivas altamente investidas pelas mulheres em nome do amor e da família que no entanto não deram certo.

Ressaltou ainda que este tipo de abrigo é um lugar de “alta tensão e pulsação”, pois as mulheres encontram-se emocionalmente abaladas e muitas vezes deprimidas. As crianças, nesse contexto, apresentam-se confusas e agressivas, por terem sido “arrancadas” de toda rede social e familiar em que viviam. Além disso, a vivência no abrigo oferece a todos que o ocupam uma experiência de fronteira, de ruptura externa com o passado, pois a interna é processada aos poucos.

Finalmente, conclui ressaltando que o abrigo é um serviço totalmente dependente de todos os outros serviços (saúde, educação, moradia, assistência jurídica e psicológica) para conseguir efetuar o desabrigo das mulheres. Este trabalho, portanto, pressupõe a existência de um trabalho em rede que é ainda precário em São Paulo e que, ainda que se tenha conquistado uma “política de abrigo”, ainda é necessário criar uma “política de desabrigo” para estas mulheres.

Assim, os motivos envolvidos na decisão da mulher sobre o destino que dará à sua vida, a partir da ida para o abrigo, são múltiplos e de diversas ordens. Por isso, longe de atribuir toda a responsabilidade a respeito de uma suposta mudança sob os ombros da mulher, vale lembrar que vivemos em uma realidade social carente de políticas públicas suficientes, eficientes e articuladas que ofereçam alternativas concretas, acessíveis e dignas para as mulheres. Dessa forma, não é difícil compreender porque algumas se decidem pelo retorno à antiga condição ou procurem a família de origem como fonte de apoio material e psicológico para (sobre)viver. Ressalta-se que as mulheres atendidas por este tipo de serviço público são, na maioria, advindas das camadas mais pobres e, portanto, a insuficiência e desarticulação de políticas públicas as afetam diretamente.

3 OBJETIVO

Descrever e analisar o perfil sociodemográfico e psicossocial de todas as mulheres atendidas em um dos abrigos especializados para mulheres em situação de violência doméstica da cidade de São Paulo, no período de 2001 a 2005.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

4.1 NATUREZA DA PESQUISA

A caracterização sociodemográfica e psicossocial foi obtida a partir de consulta a fonte documental - prontuários da referida instituição, que continham informações sociodemográficas e registros realizados por profissionais do serviço.

Tendo em vista o objetivo proposto e a natureza dos dados, a pesquisa se define como do tipo qualiquantitativa.

Esta forma de coleta dos dados foi escolhida devido ao fato de nunca ter sido realizado nenhum estudo neste serviço, de modo que tais registros não receberam nenhum tipo de tratamento anterior e consistem em rica fonte de informações, fato que aponta para as potencialidades dos mesmos, quando bem qualificados .

4.2 POPULAÇÃO DO ESTUDO E SUJEITOS DA PESQUISA

Optou-se por analisar os prontuários a partir de 2001 por ter sido a partir desta data que o atendimento exclusivo às mulheres em situação de violência passou a se realizar. Não foi possível analisar os casos atendidos em 2006 uma vez que as mulheres ainda se encontravam em atendimento no período em que a pesquisadora realizou a coleta dos dados.

Dessa forma, no período de 2001 a 2005, foram atendidas 72 mulheres, resultando num total de 72 prontuários analisados.

4.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E PSICOSSOCIAIS

Foi elaborada uma ficha de coleta de dados para registrar as informações dos prontuários. A pesquisadora freqüentou a instituição duas vezes por semana, de maio a agosto de 2006, para realizar a leitura dos prontuários e o registro dos dados em ficha de coleta. Vale ressaltar que a pesquisadora não freqüentou o abrigo, mas sim a sede administrativa do mesmo, que fica em outro local, pois os prontuários encontravam-se no arquivo morto da sede. Foi oferecido um espaço para a pesquisadora realizar a leitura dos prontuários e a coleta das informações.

Os registros contidos nos prontuários não estavam organizados de forma padronizada, assim, no decorrer dos anos tanto a forma, quanto o conteúdo dos mesmos foram se alterando, o que significa que os prontuários não apresentaram todas as informações que constam na ficha de coleta.

Os prontuários ficam arquivados numa espécie de almoxarifado, e foram organizados por ano. Os mais antigos (2001 e 2002) foram arquivados em envelopes onde eram guardados xerox de documentos de identificação da mãe e dos filhos, a ficha de triagem, o “termo de compromisso” (regras da casa) assinado pela mulher e o registro técnico propriamente dito, com o histórico mais ou menos detalhado sobre a mulher, os encaminhamentos realizados, informações sobre a sua permanência na casa abrigo e sobre seu desligamento. De acordo com o tempo de permanência da mulher no abrigo e do profissional que realizava os registros, estas informações estavam mais ou menos detalhadas ou aprofundadas.

A partir de 2003 os prontuários passaram a ser organizados em pastas e além dos instrumentais citados acima, alguns passaram a conter relatórios tanto emitidos pela própria instituição, quanto por outras, principalmente quando se tratava de transferências, e também relatórios de estágios que passaram a ocorrer. Acredita-se que a mudança de olhar sobre a mulher e sobre a violência também foi norteando os registros dos profissionais, que priorizavam alguns aspectos específicos sobre a situação da mulher. Nos prontuários, outro reflexo disso é o surgimento da cópia dos boletins de

ocorrência, que se mostraram valiosas fontes de informação, pois muitos dos dados constavam apenas nele.

A etapa de levantamento dos dados para a caracterização do perfil sociodemográfico e psicossocial foi realizada a partir do registro em uma folha protocolo (ANEXO 1) dos seguintes dados:

Dados sociodemográficos:

Idade da mulher e companheiro, cor da mulher e companheiro, procedência da mulher, órgão de encaminhamento, escolaridade da mulher e companheiro, profissão da mulher e companheiro, ocupação da mulher e companheiro, estado civil e tipo de união da mulher, tempo de união, nº de filhos, tamanho e tipo de família, com quem estavam os filhos da mulher.

Foi possível obter a maioria dos dados com relação à mulher, o que não ocorreu com as informações relativas aos homens, o que pode ser explicado pelo fato de se tratar de um serviço dirigido a mulheres e também por não haver esta preocupação por parte do serviço. Assim, quando algumas das informações relativas aos companheiros estavam presentes, as mesmas foram registradas, mas encontram-se em menor número.

A informação relativa ao quesito “cor” foi coletada também nos boletins de ocorrência. em virtude de a mesma ter sido registrada em poucos prontuários.

Dados sobre a violência:

Tipo de violência sofrida: física, sexual, psicológica (entendida como ameaças e agressões morais) e patrimonial; início das agressões; acompanhamento jurídico; tipo de acompanhamento: criminal, familiar ou outro; tipo de registro criminal (Boletim de Ocorrência ou Termo Circunstanciado); motivo da queixa policial, com representação ou não; tipo de processo familiar.

Dados sobre saúde:

Tipo de tratamento de saúde realizado pela mulher (psiquiátrico, psicológico ou outro); seguimento dos tratamentos; consumo e frequência de uso de álcool e drogas da mulher e companheiro.

Dados sobre o abrigo:

Tempo de permanência no abrigo; relacionamento interpessoal da mulher no abrigo; adesão da mulher à proposta do abrigo; realização de curso profissionalizante;

condições de desligamento; destino da mulher após abrigamento; observação quanto à ocorrência de violência no caso de retorno ao companheiro.

4.4 TRATAMENTO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados sobre as 72 mulheres que frequentaram o abrigo no período de 2001 a 2005 foram inseridos no programa Epi-Info, tendo em vista a criação de um banco de dados para elaboração de tabelas e gráficos.

Em seu texto sobre a avaliação de resultados de programas e serviços de violência doméstica, SULLIVAN (2001) coloca que apesar da consulta a registros ser uma metodologia adequada para ser usada em pesquisas sobre violência doméstica, recomenda que esta estratégia não seja usada isoladamente para evitar o risco em se coletar e analisar informações enviesadas, interpretadas pela pessoa que realizou o atendimento e o registro. Sugere que este método seja utilizado em conjunto com outras técnicas para a obtenção de dados mais fidedignos.

Ainda que esta possa, sob o ponto de vista da “neutralidade científica”, ser considerada uma limitação do estudo (a pesquisadora foi profissional do serviço), optou-se por esta metodologia, considerando-se a colocação de SULLIVAN (2001) como um “alerta” para o processo de análise. Além disso, este estudo consiste num primeiro panorama sobre algumas características das mulheres atendidas por este serviço, sendo possível a realização de outros estudos futuramente.

Vale, no entanto, considerar que na ótica das Ciências Sociais esse tipo de preocupação não se coloca, uma vez que o pressuposto básico é o da estreita relação dialógica entre sujeito-objeto no processo de conhecimento, o que afasta a exigência positivista de neutralidade como garantia do critério de cientificidade do conhecimento gerado.

No processo de interpretação dos resultados, os dados foram analisados à luz da literatura especializada sobre o tema com ênfase no enfoque de gênero.

5 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pela Fundação Francisca Franco, entidade responsável pela casa abrigo, tendo sido prontamente autorizada a sua realização (cópia da declaração de concordância da instituição - ANEXO 2).

Para a obtenção da referida autorização, o projeto foi apresentado à Presidência da entidade, para que conhecesse o objetivo do estudo, bem como a metodologia a ser empregada.

O levantamento de dados se circunscreveu somente aos aspectos voltados aos objetivos centrais do trabalho e o nome do abrigo não foi mencionado na dissertação, e não será mencionado nos trabalhos que vierem a ser publicados em revistas, como resultados da dissertação.

Além disso, para que as identidades das mulheres fossem totalmente preservadas, o COEP - Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP orientou que nem mesmo a pesquisadora tivesse acesso aos nomes das mesmas, medida que foi atendida (ANEXO 3).

6 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta a distribuição das mulheres atendidas segundo ano de entrada no abrigo. Como se pode observar, existe uma tendência de aumento progressivo no número de mulheres atendidas por este serviço, a partir do ano de 2002.

Tabela 1- Número de mulheres abrigadas segundo o ano

Ano	N	%
2001	14	19,4
2002	11	15,3
2003	13	18,1
2004	15	20,8
2005	19	26,4
Total	72	100,0

6.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA:

6.1.1 Procedência

A tabela 2, a seguir, apresenta a procedência das mulheres abrigadas no período de 2001 a 2005.

Tabela 2 - Mulheres abrigadas segundo a procedência

Região	N	%
Nordeste	23	32,3
Centro Oeste	1	1,4
Sudeste	40	56,3
Sul	4	5,6
Outro País (Bolívia)	3	4,2
Total *	71	100,0

* Total de casos que apresentavam esta informação

Como se pode observar, a maioria das mulheres é proveniente da região Sudeste (56,3%), o que indicaria que este tipo de serviço atende às necessidades, sobretudo das paulistanas, além de mulheres nordestinas (32,3%), cuja migração é característica da cidade de São Paulo.

Ao se considerar a questão da violência como um problema social, o pressuposto básico é o de que esta modalidade de serviço, pelas suas características, se apresenta como de relevância para a população feminina, a despeito do pequeno número que este tipo de serviço comporta, na medida em que implica em um atendimento especial e individualizado.

Isto porque, de acordo com SCHRAIBER et al. (2005), tanto nas grandes cidades quanto nos pequenos municípios de base mais rural, não só a violência contra a mulher é evento muito freqüente, como também encontra na forma da violência doméstica sua maior expressão.

6.1.2 Idade

A idade das mulheres que procuraram o abrigo, apresentada na tabela 3, a seguir, se distribui entre 17 e 46 anos.

Tabela 3 - Mulheres abrigadas segundo idade

Idade	N	%
17 a 19	2	2,8
20 a 24	11	15,3
25 a 29	17	23,6
30 a 34	21	29,2
35 a 40	13	18,1
41 a 46	8	11,1
Total	72	100,0

Embora os maiores valores encontrem-se nas faixas de 30 a 34 anos (29,2%) e na de 25 a 29 anos (23,6%), vale destacar o percentual de 18,1% de mulheres de 17 a 24 anos. As quatro primeiras faixas de idade (17 a 34 anos) perfazem um total de 70,8% das mulheres abrigadas.

Pela natureza do problema investigado, os dados apresentados na tabela 3 sugerem que a violência presente nas relações conjugais perpassa diferentes faixas etárias e momentos da vida da mulher.

Segundo o Estudo Multipaíses sobre Saúde e Violência Doméstica (OMS 2005), as mulheres mais jovens, principalmente entre 15 e 19 anos têm mais risco de sofrer

violência física, sexual ou ambas, causada pelo parceiro. Este fato pode significar que a violência de gênero pode começar cedo em muitas relações.

A seguir a tabela 4 apresenta a idade de 66,6% dos companheiros, uma vez que este dado não se encontrava disponível em todos os registros consultados. Apesar do menor número registrado, vale observar que 43,7% trata-se de homens jovens, e se acrescentarmos a faixa de 30 a 34 anos o valor chega a 54,1% dos homens. Este fato aponta a importância que a violência de gênero assume desde a juventude para homens e mulheres. Também cabe destaque a presença de 22,9% na faixa de 41 a 46 anos, indicador da presença ou continuidade da violência em tais idades.

Tabela 4 - Faixas de idades dos parceiros de mulheres abrigadas

Idade	N	%
21 a 24	5	10,4
25 a 29	16	33,3
30 a 34	5	10,4
35 a 40	9	18,8
41 a 46	11	22,9
47 a 59	2	4,2
Total	48	100,0

6.1.3 Escolaridade

A tabela 5 apresenta a distribuição da escolaridade de algumas das mulheres abrigadas. Esta informação, embora incompleta (50 casos), foi coletada tanto dos prontuários, quanto dos boletins de ocorrência. No caso dos homens, a informação quanto à escolaridade só foi encontrada em alguns boletins de ocorrência.

Tabela 5 - Escolaridade das mulheres abrigadas e companheiros

Escolaridade	Mulher		Homem	
	N	%	N	%
Analfabeta (o) e semi analfabeta (o)	5	10,0	2	6,1
Fundamental incompleto (- 8 anos)	19	38,0	20	60,6
Fundamental completo (8 anos)	12	24,0	8	24,2
Médio incompleto (- 11 anos)	5	10,0	-	-
Médio completo (11 anos)	8	16,0	3	9,1
Superior incompleto	1	2,0	-	-
Total	50	100,0	33	100

A predominância, tanto para as mulheres quanto para os homens, está nas categorias de escolaridades fundamental incompleto e completo, com 62% e 84,8% respectivamente.

Segundo dados da Fundação SEADE (2000) sobre educação, a média de anos de estudo da população geral no município de São Paulo no ano 2000 foi de 8,37 anos. Na região metropolitana foi de 7,96 anos e no estado de São Paulo 7,64 anos. Isso indica que a escolaridade média da população geral refere-se ao ensino fundamental, que concluído equivale a 8 anos de estudo³. Desse modo, os números apresentados na Tabela 5 estão de acordo, em termos de representação da distribuição da escolaridade para a população, com as informações encontradas na pesquisa da SEADE (2000).

Ao cruzar as informações sobre escolaridade e idade das mulheres, conforme a tabela 6, observa-se que a baixa escolaridade perpassa todas as faixas etárias.

Tabela 6 - Escolaridade das mulheres abrigadas segundo faixas de idade

Escolaridade mulher:	17-19	20-24	25-29	30-34	35-40	41-46	TOTAL
Analfabeta e semi				1	2	2	5
Linha %	-	-	-	20	40	40	100
Col %				8,3	20	40	10
Fundamental incompleto	1	1	6	5	4	2	19
Linha %	5,3	5,3	31,6	26,3	21,1	10,5	100
Col %	50	12,5	46,2	41,7	40	40	38
Fundamental completo	1	4	1	2	4		12
Linha %	8,3	33,3	8,3	16,7	33,3	-	100
Col %	50	50	7,7	16,7	40		24
Médio incompleto			3	2			5
Linha %	-	-	60	40	-	-	100
Col %			23,1	16,7			10
Médio completo		3	3	1		1	8
Linha %	-	37,5	37,5	12,5	-	12,5	100
Col %		37,5	23,1	8,3		20	16
Superior incompleto				1			1
Linha %	-	-	-	100	-	-	100
Col %				8,3			2
TOTAL*	2	8	13	12	10	5	50
Linha %	4	16	26	24	20	10	100
Col %	100						

* número de casos que apresentavam a informação

¹ A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, passando a abranger a Classe de Alfabetização (fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série).

Os dados indicam que as mulheres de até 34 anos apresentaram maiores níveis de escolaridade em relação às mulheres das faixas etárias mais elevadas. O estudo multipaíses da OMS (2005) sobre saúde e violência contra a mulher constatou que em muitas regiões, quanto maior o nível de escolaridade, menor o número de casos de violência, cuja tendência decresce a partir do ensino médio.

6.1.4 Cor

Em relação à cor vale uma observação, pois no período pesquisado, a instituição não tinha como prática usual registrar a cor de todas as mulheres, por isso esta informação foi coletada, em parte, nos prontuários e, em parte, nos boletins de ocorrência. No caso dos homens, só foi possível obter esta informação nos boletins de ocorrência. Dessa forma, não se sabe se a informação quanto à cor foi autodeclarada pelos sujeitos, conforme metodologia de coleta do quesito “cor” utilizada pelo IBGE⁴ ou se foi registrada a partir da percepção de quem realizou o registro. Estas diferentes modalidades de coleta da cor e a forma desconhecida de como os mesmos foram coletados apontam para dificuldades de comparação dos resultados e reservas quanto à qualidade dos mesmos.

A tabela 7, a seguir, apresenta os dados relativos à cor das mulheres abrigadas e seus companheiros.

Tabela 7 - Mulheres abrigadas e companheiros segundo a cor

Cor	Mulher		Homem	
	N	%	N	%
Branca	35	53,8	23	52,3
Parda	21	32,3	15	34,1
Preta	9	13,8	6	13,6
Total*	65	100	44	100

Total de casos que apresentavam a informação

⁴ O quesito de cor é coletado pelo IBGE através da auto-identificação ou autoclassificação do entrevistado, utilizando-se como categorias: branca, preta, amarela (incluindo aqueles que se declaram da raça amarela), parda (incluindo aqueles que se declaram mulatos, caboclos, cafuzos, mamelucos ou mestiços de pretos com pessoas de outras raças/cores) e indígena. Consideram-se negros aqueles que se consideram pardos ou pretos.

Tanto para os homens como para as mulheres, a predominância encontra-se na categoria “cor branca” com 53,8% e 52,3% respectivamente. Este valor se refere no caso das mulheres a 90,2% do total e no caso dos homens a 61,1% do total.

Para analisar os resultados obtidos relativos à cor, foram utilizados os Indicadores de Desigualdade Racial – IDR, da Fundação SEADE (2004), que fornecem informações básicas para traçar um perfil da população negra no Estado de São Paulo. O objetivo destes indicadores é dar visibilidade e tornar acessíveis informações sobre desigualdades raciais. Os IDRs são construídos para homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras por reconhecer que esses diferentes grupos de indivíduos não usufruem igualmente as oportunidades que permeiam a sociedade brasileira e apresentam vulnerabilidades distintas.

Tais indicadores apontam que a porcentagem de negros (pardos e pretos) na população total do Estado de São Paulo era, em 2004, de 28,3% e a porcentagem de brancos era de 70,5%.

Os números apresentados indicam que, no caso das mulheres abrigadas, houve proporcionalmente mais mulheres negras (pretas e pardas) e menos brancas utilizando o serviço no período pesquisado, em comparação a esta distribuição para o Estado.

Esta diferença pode ser entendida levando-se em conta que as mulheres negras são um grupo particularmente discriminado e socialmente vulnerável. De acordo com os indicadores de desigualdade racial da Fundação SEADE (2004), as mulheres negras têm mais filhos que as brancas ao longo da vida, morrem mais que as mulheres brancas por causas maternas, têm condições de moradia menos adequadas, as famílias chefiadas por mulheres negras com filhos são mais numerosas do que as brancas, apresentam um índice maior de analfabetismo, menor escolaridade e maior taxa de desemprego. Todos estes aspectos podem explicar o maior número de mulheres negras atendidas no serviço.

Segundo ASSIS (2006), para as mulheres negras, no que tange a violência de gênero, constata-se alguns agravantes na medida em que se articulam diferentes níveis de desigualdades, pois a violência a que são submetidas as mulheres negras extrapola o espaço privado e ocorre em grande proporção no espaço público, onde se realiza também a violência urbana. Assim, para as mulheres negras a violência intrafamiliar, doméstica e sexual navega entre estas fronteiras. Neste sentido, pensar sobre a mulher negra exige uma reflexão sobre esta ambigüidade.

A tabela 8 apresenta a relação entre a escolaridade e a cor das mulheres abrigadas.

Tabela 8 - Escolaridade das mulheres segundo cor

Escolaridade mulher:	Branca	Parda	Preta	TOTAL
Analfabeta e semi-analfabeta	3	1	1	5
Linha %	60,0	20,0	20,0	100,0
Col %	11,5	7,1	25,0	11,4
Fundamental incompleto	8	7	1	16
Linha %	50,0	43,8	6,3	100,0
Col %	30,8	50,0	25,0	36,4
Fundamental completo	8	3	1	12
Linha %	66,7	25,0	8,3	100,0
Col %	30,8	21,4	25,0	27,3
Médio incompleto	2	1		3
Linha %	66,7	33,3	-	100,0
Col %	7,7	7,1		6,8
Médio completo	4	2	1	7
Linha %	57,1	28,6	14,3	100,0
Col %	15,4	14,3	25,0	15,9
Superior incompleto	1			1
Linha %	100,0	-	-	100,0
Col %	3,8			2,3
TOTAL	26	14	4	44
Linha %	59,1	31,8	9,1	100,0
Col %	100,0	100,0	100,0	100,0

Apesar dos dados disponíveis com estas informações ser de apenas 61,1% do total, percebe-se que as mulheres brancas são mais escolarizadas, o que coincide com os Indicadores de Desigualdade Racial, da Fundação SEADE (2004).

Segundo a Fundação SEADE (2004), ao observar as médias de anos de estudo entre as mulheres negras (pardas e pretas) e brancas, na região metropolitana de São Paulo em 2004, verifica-se que as brancas têm um ano e meio a mais de estudo do que as mulheres não-brancas (8,3 anos e 6,7 anos respectivamente). Com relação ao nível de escolaridade, as mulheres negras apresentam menor escolaridade em todos os níveis de escolaridade, com maiores diferenças a partir do ensino médio, quando a escolaridade das brancas supera em duas vezes a das mulheres negras, sendo esta discrepância cada vez maior conforme aumenta o nível de escolaridade.

6.1.5 Ocupação

A ocupação foi registrada conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), que é um documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

Neste trabalho utilizou-se o código do subgrupo principal da CBO (2002) para registrar as ocupações das mulheres e homens. O mesmo refere-se a um agrupamento mais restrito que o grande grupo e configura, principalmente, as grandes linhas do mercado de trabalho. É representado pelos 2 primeiros números do código da família.

As tabelas 9, 10 e 11 apresentam os dados referentes à ocupação das mulheres quando de sua entrada no abrigo, de sua saída e a ocupação dos companheiros.

Tabela 9 - Ocupação das mulheres segundo CBO (2002) no momento da entrada no abrigo

Ocupação mulher quando da entrada do abrigo	N	%
Dona de Casa	29	40,3
Professora	1	1,4
Recepcionistas e atendimento ao público	1	1,4
Trabalhadoras dos serviços domésticos, de higiene, do comércio e ambulantes	19	26,4
Trabalhadoras artesanais e da confecção de vestuário	6	8,3
Trabalhadora na Produção	1	1,4
Beneficiária de Programa Social - Pensionista	2	2,8
Desempregada	13	18,1
Total	72	100,0

Tabela 10 - Ocupação das mulheres segundo CBO (2002) no momento da saída do abrigo

Ocupação mulher quando da saída do abrigo	N	%
Dona de Casa	2	2,8
Professora	2	2,8
Recepcionistas e atendimento ao público	3	4,2
Trabalhadoras dos serviços domésticos, de higiene, do comércio e ambulantes	33	45,8
Trabalhadoras artesanais e na confecção de vestuário	4	5,6
Auxiliar de Produção	1	1,4
Beneficiária de Programa Social - Pensionista	2	2,8
Desempregada	25	34,7
Total	72	100,0

Tabela 11 - Ocupação dos companheiros segundo CBO (2002)

Ocupação homem	N	%
Soldado	1	1,8
Comerciante	3	5,5
Pintor	1	1,8
Técnicos e Montadores de peças	3	5,5
Trabalhadores dos serviços de alimentação, de segurança, do comércio e ambulantes	13	23,6
Trabalhadores da construção civil, do transporte, da confecção de vestuário e operários	17	30,9
Pizzaiolo	1	1,8
Mecânico	1	1,8
Aposentado	1	1,8
Desempregado	14	25,5
Total *	55	100,0

* Total dos casos que apresentava a informação

Como apresentado nas respectivas tabelas, a informação sobre a ocupação das mulheres foi registrada nos momentos da entrada da mulher no abrigo e também na sua saída, com intuito de observar sua mobilidade no mercado de trabalho.

Ao compararmos as duas primeiras tabelas referentes aos dois momentos de vida das mulheres, podemos observar que, no momento da entrada no abrigo, a predominância é de mulheres ocupadas como donas de casa (40,3%) e, dentre as inscritas no mercado de trabalho, a predominância (26,4%) é de trabalhadoras dos serviços domésticos, de higiene, do comércio e ambulantes.

Este quadro, no entanto, modifica-se substancialmente quando da saída do abrigo, pois, conforme a tabela 10, observa-se a redução de mulheres “donas de casa”, de 40,3% para 2,8%, o que pode significar que as mesmas buscam, pela sua condição de mulheres separadas, sua inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, devido ao que parece relacionar-se à falta de qualificação, as mesmas passam a se inscrever na categoria das trabalhadoras dos serviços domésticos, de higiene, do comércio e ambulantes (45,8%).

Neste processo, a fragilidade da condição feminina se apresenta com o aumento substantivo de desempregadas, que passa de 18,1% por ocasião da sua entrada para 34,7% na sua saída do abrigo.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego/PED (SEADE 2006), a distribuição das mulheres ocupadas, segundo setor de atividade na região metropolitana de São Paulo 2005-2006, indica que a maioria das mulheres está inserida no setor de serviços, seguida pelos serviços domésticos, comércio e indústria. Com relação às mulheres pesquisadas, no entanto, a maior parte se encontra ocupada nos serviços domésticos e comércio informal.

Quanto à ocupação dos companheiros de 76,3% das mulheres investigadas, o maior valor concentra-se na categoria dos trabalhadores da construção civil, do transporte, da confecção de vestuário e operários (30,9%). Vale destacar o percentual de trabalhadores dos serviços de alimentação, segurança, comércio e ambulantes (23,6%), além do número de desempregados, que perfaz um total de 25,5%.

Segundo a Fundação SEADE (2006), a maioria dos homens ocupados no Estado de São Paulo encontra-se no setor de serviços, seguido pelo setor do comércio, indústria e construção civil.

No que se refere aos desempregados, de acordo com a taxa de desemprego total, por sexo, na região metropolitana de São Paulo em 2005, ainda segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego/PED (SEADE 2006) os números eram de 19,7% para as mulheres e 14,4% para os homens.

Assim, fato a destacar é que o número de desempregados entre os companheiros e ex-companheiro das mulheres (25,5%) é maior que o da média da região metropolitana de São Paulo (14,4%).

O aumento do desemprego masculino é um fato atual, assim como a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho. As tensões que esta mudança pode acarretar nas relações entre homens e mulheres podem estar relacionadas à violência contra as mulheres, de acordo com a idéia de que a violência se inscreve em fissuras abertas a partir das mudanças sociais e seus impactos nas relações de gênero (SCHRAIBER, 2005, DINIZ, 2006). O fato de este estudo ter mostrado um grande número de desempregados merece atenção e estudos posteriores.

O já citado Estudo Multipaíses sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica (OMS 2005), considera que a situação de trabalho do parceiro, entre outros, é um importante fator de risco para a ocorrência da violência contra a mulher.

Com relação às mulheres, os dados da Fundação SEADE (2006) sobre o desemprego (19,7%) sinalizam proximidade com os 18,1% de desempregadas encontradas no início do abrigamento. Porém, o número de desempregadas fica muito acima da média quando da saída das mesmas do abrigo (34,7%).

A respeito do possível questionamento sobre este ser um prejuízo decorrente da situação do abrigamento, e ainda, se este prejuízo vale a pena, perante os possíveis benefícios a serem alcançados, tendo em vista a importância do trabalho feminino para a sobrevivência das famílias, acredita-se que o desemprego nestes casos pode ser uma decorrência da necessidade de proteção, além de ser uma situação transitória.

Nestes casos, a inserção destas mulheres em um programa social do tipo renda e habitação, por exemplo, não as deixaria numa situação tão vulnerável, pessoal e socialmente. A inexistência deste tipo de apoio aponta para a insuficiência das políticas públicas para apoiar as mulheres em situações de violência.

A fim de compreender melhor este elevado número de mulheres desempregadas que se formou no momento de suas saídas do abrigo, investigou-se o tempo de permanência das mesmas, conforme tabela 12 a seguir.

Tabela 12 - Número de mulheres abrigadas desempregadas no início e na saída do abrigo segundo tempo de permanência

Tempo	Desempregadas no início		Desempregadas na saída	
	N	%	N	%
1 mês	2	15,4	12	48
2 meses	3	23	3	12
3 meses	-	-	2	8
4 meses	1	7,7	2	8
5 meses	1	7,7	1	4
6 meses	1	7,7	-	-
7 meses	2	15,4	2	8
8 meses	1	7,7	1	4
9 meses	1	7,7	2	8
+ 10 meses	1	7,7	-	-
Total	13	100	25	100

Destaca-se o grande número de desempregadas no primeiro mês de abrigamento, por ocasião da saída do abrigo, que passa de 15,4% na entrada para 48% na saída. Sobre as 13 mulheres que se encontravam desempregadas por ocasião do início do abrigamento, 8 mulheres continuaram desempregadas e 5 conseguiram colocação profissional. Das mulheres que se tornaram desempregadas, 12 eram donas de casa, apenas 3 exerciam trabalho remunerado e sobre as demais não havia informação.

Acredita-se, portanto, que estas mulheres são aquelas que foram identificadas como donas de casa na entrada do abrigo e que, por sua saída prematura do mesmo, perderam a antiga condição de donas de casa passando a ser desempregadas.

6.2 CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR, CIVIL E CONJUGAL DA MULHER:

6.2.1 Estado civil

A tabela 13, a seguir, apresenta o estado civil e o tipo de união conjugal das mulheres investigadas.

Tabela 13 - Estado civil e tipo de união conjugal das mulheres abrigadas

Estado civil e tipo de união da mulher:	N	%
Solteira com companheiro	25	34,7
Casada com companheiro	11	15,3
Separada vivendo só	23	31,9
Separada com companheiro	11	15,3
Viúva vivendo só	1	1,4
Viúva com companheiro	1	1,4
Total	72	100,0

Sobre as mulheres da categoria “separada vivendo só” é importante destacar que foram consideradas separadas também aquelas que vieram transferidas de outros abrigos e albergues, e não só as que já viviam sem os companheiros.

Os dados apresentam maior concentração de mulheres pertencentes à categoria “solteira com companheiro” com 34,7% seguida da categoria “separada vivendo só” com 31,9%.

Se somarmos todas as mulheres com companheiros temos um total de 66,6%, ou seja, a maioria das mulheres que procuraram o abrigo mantinha relacionamentos estáveis, o que aponta para a questão da maior incidência da violência contra a mulher ocorrer no espaço doméstico e conjugal.

Estes números, por um lado, apontam para uma variedade de relações conjugais existentes na sociedade, constitutivas de uma diversidade na organização das famílias em nosso meio. Por outro lado, apontam para a ocorrência da violência conjugal independentemente do estado civil e tipo de união das mulheres abrigadas.

Segundo SOIHET (2002), a união informal é historicamente característica das mulheres das classes populares, e suas organizações familiares assumiam uma multiplicidade de formas, o que se devia não apenas as dificuldades econômicas, mas a

normas e valores diversos, próprios da cultura popular. Ou seja, desde o Brasil colonial casais juntavam-se sem casar, tinham filhos sem registrá-los e separavam-se sem divórcio.

6.2.2 Tempo de união e sua relação com a idade e a escolaridade das mulheres abrigadas

Ao observarmos o tempo de união relativo às mulheres investigadas, podemos observar, pela tabela 14, que as mulheres abrigadas possuem desde uniões recentes até longas, ou seja, a ocorrência da violência independe do tempo de união.

Tabela 14 - Tempo da última união das mulheres abrigadas

Tempo de união	N	%
1 a 3 anos*	15	21,4
4 a 6 anos	14	20,0
7 a 9 anos	15	21,4
10 a 12 anos	10	14,3
13 a 15 anos	8	11,4
16 a 18 anos	3	4,3
19 a 23 anos	5	7,1
Total **	70	100,0

* Apenas um caso apresenta tempo de união menor que um ano.

** Total de casos que apresentavam esta informação.

Em 21,4% dos casos, a violência concentra-se no início das relações, valor que se mantém até 9 anos de união, com 20% para uniões de 4 a 6 anos, e de 21,4% para as uniões de 7 a 9 anos, resultando num total de 62,8%.

Embora a partir de 10 a 12 anos de união os números sejam decrescentes, cabe destacar que o número de 37,1% de mulheres que se mantém por mais de 10 anos em uma relação violenta aponta para a dificuldade da decisão de procurar ajuda, sobretudo quando se considera a elevada taxa de mulheres pertencentes à categoria das donas de casa. Todavia, não se sabe se as mesmas buscaram ajuda anteriormente e não encontraram.

O fato de algumas mulheres permanecerem mais tempo nos relacionamentos indica também relação com a questão da cronificação da situação de violência, que é característica da dinâmica da violência.

O modelo do ciclo da violência permite compreender a dificuldade de ruptura da relação abusiva, por meio de um padrão cíclico com três fases: período de tensão, explosão da violência e lua-de-mel. O período da lua-de-mel se refere ao momento após a explosão da violência, onde ocorrem os pedidos de desculpas, arrependimentos e promessas de fim da violência. As mulheres tenderiam a dar mais uma chance aos seus companheiros nesta fase. No entanto, após certo tempo, períodos de tensão voltam a ocorrer, seguidos da explosão da violência.

Segundo o POPULATION REPORTS (2006), apesar dos obstáculos, muitas mulheres acabam abandonando os parceiros violentos, mesmo que esperem muitos anos, depois que os filhos já estão adultos. Por exemplo, em León, Nicarágua, a probabilidade de que uma mulher agredida acabe deixando seu agressor é de 70%. O tempo médio que as mulheres permanecem em um relacionamento violento é de cinco anos. As mulheres mais jovens seriam mais propensas a abandonar estes relacionamentos mais cedo. No caso das mulheres pesquisadas, a média de tempo das relações foi de 8,6 anos e a mediana 7,5 anos.

A tabela 15, a seguir, permite observar a questão da violência em relação à idade das mulheres abrigadas e tempo da última união das mesmas.

Tabela 15 - Idade das mulheres segundo tempo da sua última união

Idade	1 a 3*anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 18 anos	19 a 23 anos	TOTAL
17 a 19	1	1						2
Lin %	50,0	50,0	-	-	-	-	-	100,0
Col %	6,7	7,1						2,9
20 a 24	5	5	1					11
Lin %	45,5	45,5	9,1	-	-	-	-	100,0
Col %	33,3	35,7	6,7					15,7
25 a 29	4	4	5	3	1			17
Lin %	23,5	23,5	29,4	17,6	5,9	-	-	100,0
Col %	26,7	28,6	33,3	30,0	12,5			24,3
30 a 34	1	3	4	5	4	1	1	19
Lin %	5,3	15,8	21,1	26,3	21,1	5,3	5,3	100,0
Col %	6,7	21,4	26,7	50,0	50,0	33,3	20,0	27,1
35 a 40	2	1	4	1	2	1	2	13
Lin %	15,4	7,7	30,8	7,7	15,4	7,7	15,4	100,0
Col %	13,3	7,1	26,7	10,0	25,0	33,3	40,0	18,6
41 a 46	2	0	1	1	1	1	2	8
Linha %	25,0	0,0	12,5	12,5	12,5	12,5	25,0	100,0
Col %	13,3	0,0	6,7	10,0	12,5	33,3	40,0	11,4
Total**	15	14	15	10	8	3	5	70
Lin %	21,4	20,0	21,4	14,3	11,4	4,3	7,1	100,0
Col %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Apenas um caso apresentava tempo de união inferior a 01 ano

** Total de casos que apresentavam a informação

Ao observar-se a idade das mulheres e o tempo da suas últimas uniões, na tabela 15 acima, constata-se que mulheres de todas as faixas etárias permaneceram em relações que duraram até 9 anos (62,8%). Já as mulheres que permaneceram mais que 10 anos na relação de violência eram mulheres com idade a partir de 25 anos, mas com maior expressividade a partir dos 30 anos de idade, compondo um total de 37,2%

Os dados indicam, portanto, que a maioria das mulheres, independente de suas idades, não esperou tanto tempo para procurar ajuda.

A tabela 16, a seguir, apresenta a relação entre a escolaridades das mulheres e o tempo de sua última união.

Tabela 16 - Escolaridade das mulheres abrigadas segundo tempo de união

Escolaridade mulher:	1-3	4-6	7-9	10-12	13-15	16-18	19-23	TOTAL
Analfabeta e semi	1	1	0	2	0	1	0	5
Linha %	20,0	20,0	0,0	40,0	0,0	20,0	0,0	100,0
Col %	10,0	9,1	0,0	28,6	0,0	33,3	0,0	10,2
Fundamental incompleto	2	5	5	2	1	2	2	19
Linha %	10,5	26,3	26,3	10,5	5,3	10,5	10,5	100
Col %	18,2	45,5	41,7	28,6	25	66,7	100	38
Fundamental completo	4	1	3	1	3			12
Linha %	33,3	8,3	25	8,3	25	-	-	100
Col %	36,4	9,1	25	14,3	75			24
Médio incompleto		2	2	1				5
Linha %	-	40	40	20	-	-	-	100
Col %		18,2	16,7	14,3				10
Médio completo	4	2	1	1				8
Linha %	50	25	12,5	12,5	-	-	-	100
Col %	36,4	18,2	8,3	14,3				16
Superior incompleto			1					1
Linha %	-	-	100	-	-	-	-	100
Col %			8,3					2
TOTAL*	11	11	12	7	4	3	2	50
Linha %	22	22	24	14	8	6	4	100
Col %	100	100	100	100	100	100	100	100

* número de casos que apresentavam a informação

Os dados da tabela 16 indicam que todas as mulheres que apresentaram nível de escolaridade a partir do ensino médio permaneceram até no máximo 12 anos em seus relacionamentos e que todas as mulheres com escolaridade até o ensino fundamental foram as que permaneceram mais que 13 anos em seus relacionamentos.

De acordo com o Estudo Multipaíses (OMS, 2005), em muitas regiões investigadas, quanto maior era o nível de escolaridade da mulher menor era o número de casos de violência. No Brasil, se observou que o efeito protetor da educação começa para a mulher a partir de escolaridades mais elevadas, entretanto, segundo o mesmo relatório, estudos anteriores já haviam sugerido que a educação tem um efeito protetor para a mulher independente de seus rendimentos e de sua idade.

6.2.3 Número de filhos e sua relação com a idade, escolaridade e cor das mulheres abrigadas

A tabela 17, a seguir, apresenta o número de filhos das mulheres abrigadas. Observa-se que 48,6% destas tem entre 1 e 2 filhos, e 34,7% tem entre 3 e 4 filhos, ou seja, 83,3% delas tem entre 1 e 4 filhos.

Tabela 17 - Número de filhos das mulheres abrigadas

Número de filho	N	%
1 a 2	35	48,6
3 a 4	25	34,7
5 a 6	9	12,5
7 a 9	3	4,2
Total	72	100,0

As mulheres do abrigo tiveram, em média, três filhos, um valor elevado se comparado às estatísticas brasileiras, pois segundo o IBGE (2006), a taxa de fecundidade total (número médio de filhos por mulher) é de 2,3 filhos.

Já com relação ao número de filhos por mulher na região metropolitana de São Paulo segundo a Fundação SEADE (2001), o mesmo é de 2,0.

Segundo SCHRAIBER et al. (2005), o declínio de fecundidade é influenciado por vários determinantes, entre eles a urbanização, o desenvolvimento de tecnologias na área da saúde reprodutiva e a difusão da anticoncepção. Para as famílias, esta tendência traz importantes mudanças, tanto na questão da diminuição do número de pessoas nos lares, quanto na forma de organização e vivência das relações entre os gêneros e as gerações.

No entanto, há que se considerar as diferenças nas características de estrutura e organização das famílias segundo as condições sociais.

Para as famílias brasileiras provenientes das classes populares, caso das mulheres investigadas, são as precárias condições de vida que informam sua estrutura e organização, sendo o contexto econômico e social muito influente nos arranjos realizáveis. Ou seja, entre as famílias de camadas pobres, a maneira como vão se

formando, expandindo e contraindo responde a um quadro de precariedade de condições de vida que orientam suas opções. (SCHRAIBER et al., 2005)

Com relação ao tipo característico de família das mulheres antes de irem para o abrigo, pode-se dizer que a maioria tinha companheiro (66,7%) e viviam em famílias do tipo nuclear (95,8%), ou seja, compostas pelo casal e filho(s).

Segundo a Fundação SEADE (2001) até o ano 2000/2001, o arranjo do tipo casal com filhos continuava predominando, seguido pela família monoparental chefiada por mulheres. A chefia feminina trata-se de um fenômeno de transição em dois sentidos: na trajetória de vida das mulheres, a situação pode se caracterizar como uma situação provisória até a formação de um novo par conjugal. Em termos históricos, significa uma transição para novas formas de famílias, diferentes do modelo nuclear.

No entanto, o aumento da chefia feminina entre as camadas populares parece responder às más condições de vida e suas influências na instabilidade das relações familiares e afetivo-conjugais. (SCHRAIBER et al. 2005)

Fato interessante a destacar, com relação às mulheres abrigadas e seus filhos, é o de que apenas 61,1% das mulheres que viviam em famílias nucleares moravam com todos os filhos, e que 36,1% viviam com parte dos filhos, estando os mesmos, na maioria dos casos, sob os cuidados dos avós (57,7%). Sobre os demais filhos que não residiam com as mães, 15,4% já eram adultos e apenas 7,7% moravam com os pais (homens).

O fato deste elevado número de mulheres ter deixado seus filhos sob os cuidados de familiares, no caso das mulheres abrigadas, apresentava relação com o contexto de violência vivido pela mulher, pelo fato do atual companheiro não aceitar a convivência com filhos que não eram seus, por maltratá-los, pela situação de pobreza ou por opção da própria mulher. Em alguns prontuários pesquisados, havia referência a estas situações.

Houve um único caso em que a mulher aparentemente abandonou os filhos no abrigo:

“V., 27 anos, 3 filhos, sofria violência física e psicológica do companheiro, que não queria aceitar a separação. Ao ser recebida no abrigo, informou estar grávida de outro homem e que não teria interesse em retornar para o companheiro, mas sim

constituir nova família. No dia seguinte, pediu para sair para procurar uma irmã que poderia ajudá-la e também solicitou deixar as crianças no abrigo para poder retornar mais rápido. No entanto, não retornou mais, nem fez contato com o abrigo, deixando as crianças sozinhas. Na madrugada do dia seguinte, o pai das crianças telefonou para o abrigo, solicitando o endereço para buscar os filhos. Explicou que V. avisara sua mãe sobre a situação e esta acionou o pai das crianças, que as retirou do abrigo e entrou com pedido de guarda dos mesmos.” (prontuário)

A seguir, observam-se três casos em que a questão da violência ou rejeição por parte dos companheiros é estendida aos filhos que não eram dos mesmos e fizeram com que as mulheres os deixassem sob os cuidados de outras pessoas ou sozinhos:

“D., 35 anos, doméstica, 3 filhos. O filho mais velho (14 anos) era de relacionamento anterior e consistia no principal motivo de conflito entre D. e o atual companheiro. A dificuldade de relacionamento entre ambos era tanta que D. alugava um outro cômodo para que este filho morasse sozinho, escondido do companheiro. No entanto esta situação não interrompeu a violência entre o casal e fez com que D. recorresse ao abrigo com este filho e deixasse os mais novos com o companheiro.” (prontuário)

“L., 26 anos, 2 filhos, grávida. Sofria violência física e psicológica de seu atual companheiro, pai de seu segundo filho e do que estava esperando. L. relatou que deixou seu filho mais velho com o avô (pai de L.), pois o atual companheiro o maltratava.” (prontuário)

“P., 25 anos, 3 filhos, grávida. Sofria violência física e psicológica do atual companheiro, pai do filho caçula e do que estava esperando. A primeira filha ficou na Bahia com a família do próprio pai, pois P. queria ir embora para São Paulo e não tinha condições de cuidar da mesma. A segunda filha era de outro companheiro que também era violento e do qual P. separou-se logo, para iniciar nova união. Este companheiro, no entanto, não aceitou que a criança morasse com eles e assim a mesma ficou sob os cuidados de uma irmã de P.”. (prontuário)

Já no caso a seguir, observa-se que a situação de violência era estendida não só aos filhos que não eram do companheiro, mas também ao seu próprio filho:

“M., 36 anos, 4 filhos, grávida. Os três primeiros filhos eram do primeiro companheiro, o caçula e o que estava esperando eram do atual companheiro, de quem a família toda sofria violência. O filho mais velho, de 12 anos, por não aceitar o relacionamento da mãe e a situação de violência, era o que tinha mais conflitos com o padrasto e por isso foi morar com a avó. A mulher foi encaminhada ao abrigo após uma briga entre o casal na qual a mulher teve a clavícula quebrada. A violência era estendida não só aos filhos que não eram dele, mas também ao seu, que aos 5 meses teve os bracinhos quebrados pelo pai.” (prontuário)

A respeito do “recasamento” das mulheres de classes populares, FONSECA (2006) observou que muitas mulheres do Brasil colonial resolviam a tensão entre padrasto *versus* enteado mandando seus filhos para serem criados junto de outra família:

“Visto sob este ângulo, o recasamento persistente das mulheres, tantas vezes interpretado como um apego ao modelo da família conjugal, representa, justamente, a negação desse modelo. Ao recasarem, os cônjuges tendem a abrir mão dos filhos tidos em uniões anteriores,” (p.526)

No caso das mulheres abrigadas, entretanto, a decisão em deixar os filhos parece estar mais relacionada à situação de violência do que a uma decisão autônoma da mulher, com exceção do primeiro caso apresentado.

A tabela 18, a seguir, apresenta a idade das mulheres segundo o número de filhos das mesmas.

Tabela 18 - Idade das mulheres abrigadas segundo número de filhos

Idade	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 9	TOTAL
17 a 24*	10	3			13
Linha %	76,9	23,1	-	-	100,0
Col %	28,6	12,0			18,1
25 a 29	7	8	2		17
Linha %	41,2	47,1	11,8	-	100,0
Col %	20,0	32,0	22,2		23,6
30 a 34	11	5	5		21
Linha %	52,4	23,8	23,8	-	100,0
Col %	31,4	20,0	55,6		29,2
35 a 40	3	8	1	1	13
Linha %	23,1	61,5	7,7	7,7	100,0
Col %	8,6	32,0	11,1	33,3	18,1
41 a 46	4	1	1	2	8
Linha %	50,0	12,5	12,5	25,0	100,0
Col %	11,4	4	11,1	66,7	11,1
Total*	35,0	25,0	9,0	3,0	72
Linha %	48,6	34,7	12,5	4,2	100,0
Col %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* apenas 2 mulheres têm entre 17 e 19 anos.

Observa-se que as jovens (17 a 24 anos) têm entre 1 e 4 filhos, e nas faixas etárias mais elevadas o número de filhos aumenta gradativamente, o que parece indicar, hipoteticamente, que as mulheres continuam tendo filhos, provavelmente por iniciarem novos relacionamentos no decorrer de suas vidas.

A tabela 19 permite visualizar a relação entre escolaridade das mulheres investigadas e o número de filhos das mesmas.

Tabela 19 - Escolaridade mulheres abrigadas segundo número de filhos

Escolaridade mulher:	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 9	TOTAL
Analfabeta e semi-analfabeta	2	2	0	1	5
Linha %	40,0	40,0	0,0	20,0	100,0
Col %	7,4	11,8	0,0	50,0	10,0
Fundamental incompleto	7	9	2	1	19
Linha %	36,8	47,4	10,5	5,3	100,0
Col %	25,9	52,9	50,0	50,0	38,0
Fundamental completo	8	3	1		12
Linha %	66,7	25,0	8,3	-	100,0
Col %	29,6	17,6	25,0		24,0
Médio incompleto	3	2			5
Linha %	60,0	40,0	-	-	100,0
Col %	11,1	11,8			10,0
Médio completo	6	1	1		8
Linha %	75,0	12,5	12,5	-	100,0
Col %	22,2	5,9	25,0		16,0
Superior incompleto	1				1
Linha %	100,0	-	-	-	100,0
Col %	3,7				2,0
Total*	27	17	4	2	50
Linha %	54,0	34,0	8,0	4,0	100,0
Col %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Total de casos que apresentavam a informação

Observa-se que quanto maior a escolaridade, menor o número de filhos das mesmas. Esse dado sugere que a educação, além de possibilitar o acesso à informação e aos métodos contraceptivos, pode representar maior autonomia.

Estes dados, embora referentes a um pequeno grupo, são coerentes com o IBGE, pois segundo seus dados, as mulheres menos instruídas têm mais filhos. As mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo (IBGE 2006).

A tabela 20, a seguir, apresenta a cor das mulheres segundo número de filhos das mesmas.

Tabela 20 - Cor das mulheres abrigadas segundo número de filhos

Cor mulher:	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 9	TOTAL
Branca	18	11	6		35
Linha %	51,4	31,4	17,1	-	100,0
Col %	56,3	50,0	66,7		53,8
Parda	10	8	2	1	21
Linha %	47,6	38,1	9,5	4,8	100,0
Col %	31,3	36,4	22,2	50,0	32,3
Preta	4	3	1	1	9
Linha %	44,4	33,3	11,1	11,1	100,0
Col %	12,5	13,6	11,1	50,0	13,8
TOTAL	32	22	9	2	65
Linha %	49,2	33,8	13,8	3,1	100,0
Col %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Ao somarmos as pardas com as pretas, teremos mais mulheres brancas com 1 a 2 filhos e somente pardas e pretas com um número mais elevado de filhos (7 a 9 filhos). Apesar do pequeno número de casos, os dados indicam que a questão da raça/etnia tem relação com o número de filhos das mesmas, pois de acordo com os Indicadores de Desigualdade Racial da Fundação SEADE (2004), a taxa de fecundidade das mulheres negras em 2000 era de 2,5 filhos por mulher e a taxa de fecundidade das brancas era de 1,9 filhos por mulher no mesmo ano.

Segundo IBGE (2006), ao considerar a cor ou raça são observados, invariavelmente, no segmento de mulheres brancas, níveis mais baixos de fecundidade que os de mulheres pretas e pardas. Em 2005 as taxas de fecundidade das mulheres brancas no Sudeste (1,7 filho por mulher), Sul (1,9) e Centro-Oeste (1,9) já estavam abaixo do nível de reposição (2,0 filhos por mulher), enquanto a das mulheres pretas e pardas da Região Norte foi estimada em 2,6 filhos por mulher. Tal fato sugere as estreitas relações entre raça/etnia, desigualdade social e fecundidade.

6.3 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E SUA TRAJETÓRIA NA VIDA DAS MULHERES

No que se refere aos tipos de violência sofridos pelas mulheres abrigadas, a tabela 21 a seguir apresenta sua ocorrência isoladamente e também de forma combinada.

Tabela 21 - Tipos de violência vivenciados pelas mulheres abrigadas segundo prontuários

Tipos de Violência	N	%
Psicológica	1	1,5
Física e Psicológica	47	65,2
Física, Sexual e Psicológica	12	16,6
Física, Patrimonial e Psicológica	5	7
Física, Sexual, Psicológica e Patrimonial	7	9,7
Total	72	100

A respeito dos dados apresentados, destaca-se a presença da violência física (socos, tapas, empurrões) em 98,6% dos casos e das três modalidades de violência mais conhecidas - física, psicológica e sexual em 25% dos casos.

Segundo o POPULATION REPORTS (2006), a violência física em relacionamentos íntimos quase sempre é acompanhada de abuso psicológico, sendo que um terço à metade dos casos envolvem abuso sexual. Este “padrão” pode ser verificado na situação das mulheres do abrigo.

O estudo multipaíses já citado (OMS 2005) oferece um dos primeiros exames entre culturas dos padrões de violência infligida pelo parceiro e, segundo seus dados, o padrão mais comum é que as mulheres sejam vítimas de violência física unicamente, ou de violência física e sexual. Na maioria das regiões pesquisadas (Brasil, Peru, Etiópia, Bangladesh, Samoa, Tailândia, Namíbia, Japão e outros) entre 30% e 56% das mulheres que haviam sido vítimas de algum tipo de violência cometida pelo parceiro, informou que se tratava tanto de violência física quanto sexual. Para as mulheres abrigadas,

entretanto, o mais relatado foi a ocorrência da violência física e psicológica em conjunto.

A respeito da violência psicológica, considerada pelo estudo multipaíses como insultos, humilhações, intimidações e ameaças, constatou-se que em todos os países investigados, entre 20% e 75% das mulheres havia experimentado no mínimo um destes atos. No Brasil, quase uma em cada quatro mulheres da zona urbana declararam já ter sido ameaçadas. (OMS, 2005).

A respeito da violência patrimonial, tentou-se verificar a existência do registro sobre sua ocorrência, mas por ser uma definição nova, é pouco reconhecida tanto pelas profissionais quanto pelas mulheres, apesar de as mulheres sofrerem grandes perdas materiais por ocasião da separação ou da ida para o abrigo, com o conseqüente abandono de seus bens. Desta forma, constatou-se o registro da ocorrência deste tipo de violência, associada aos outros tipos já citados em apenas 16,7% dos casos.

A violência patrimonial foi definida na lei 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha. Esta lei, conforme dispõe o seu artigo 1º, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do artigo 226(1) da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nesta lei a violência patrimonial foi definida como qualquer ação ou omissão que implica em dano, perda, subtração, destruição, retenção de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos destinados a satisfazer as necessidades de alguém.

Supõe-se que a violência patrimonial ocorra com mais freqüência do que é notificada ou percebida, pois é comum que as mulheres relatem estes tipos de danos por parte de seus companheiros em seus cotidianos.

No caso das mulheres estudadas, tais violências referiram-se a abandono material por parte do companheiro, mulheres que tiveram que deixar suas casas e seus pertences e a destruição de objetos pessoais e documentos pelo parceiro.

O caso apresentado a seguir exemplifica uma situação de violência patrimonial, mesmo após a mulher ter superado a situação de violência, o que indica que em alguns casos, a mera separação não é suficiente para interromper a violência:

“H., 28 anos, doméstica, 3 filhos. O companheiro nutria um ciúme doentio de H., a ponto de desconfiar da paternidade do filho caçula. Tal desconfiança o levou a ameaçar a vida da criança, o que fez H. denunciá-lo e ir para o primeiro abrigo, onde permaneceu dois meses. Retornou para o companheiro após este período apenas por uma semana, pois em uma audiência ele a agrediu e a ameaçou, o que a levou para o segundo abrigo, onde permaneceu 8 meses. Lá, realizou exame de DNA, confirmou a paternidade da criança e processou o companheiro. Refez sua vida, conseguiu trabalho, montou sua casa e viveu bem por um ano, até que o companheiro a encontrou, mudou-se para sua casa, continuou a ameaçá-la e a agredi-la por uma semana. H. conseguiu sair com a desculpa de levar a filha ao médico e foi direto para a DDM, que a encaminhou a um Centro de Referência e de lá foi novamente encaminhada para o terceiro abrigo”. (prontuário)

A tabela 22, a seguir, apresenta a situação em que se deu o início das agressões. O casamento revelou-se como situação privilegiada para a ocorrência da violência, sendo citado pelas mulheres em 59,3% dos casos. Este dado indica que a dinâmica da violência doméstica e conjugal se instaura principalmente a partir da convivência cotidiana entre os casais.

Tabela 22 - Início das agressões

Início das Agressões:	N	%
Namoro	1	1,7
Casamento	35	59,3
Gravidez	8	13,6
Nascimento do primeiro filho	5	8,5
Uso de álcool e drogas	3	5,1
Outros	7	11,8
Total *	59	100,0

* Total dos casos que apresentavam esta informação

A descrição abaixo ilustra uma situação registrada a respeito do início das agressões que viveu uma das mulheres:

“B., 44 anos, 2 filhos, comerciante, 20 anos de união, sofria agressão física e psicológica do companheiro. Localiza o início das agressões com o nascimento do primeiro filho, quando o companheiro ficou com ciúmes dos médicos lhe ‘apalpando’. Recorda que nesta época o companheiro havia sofrido uma grande frustração ao não conseguir eleger-se como vereador em sua cidade e ter gastado todas as economias da família na campanha. A partir disso, o consumo de álcool e o comportamento do companheiro pioraram muito, passou a descontar sua agressividade nela ao mesmo tempo em se iniciou o ciúme dos médicos que a examinaram após o parto.” (prontuário)

Na descrição a seguir podemos observar que além de o relacionamento ter iniciado com agressão, as relações entre violência e suas implicações para a saúde mental da mulher estão presentes:

“T., 40 anos, 5 filhos, costureira, casada há 23 anos com o companheiro de quem sofria agressão física, psicológica e sexual. A mesma refere que quando teve seu primeiro encontro com o companheiro, ele a enganou e estuprou, tendo engravidado de sua primeira filha nessa ocasião. Acredita ter ficado deprimida desde então. O companheiro passou a agredi-la por não cuidar adequadamente dos filhos devido ao seu comportamento depressivo e apático. Relatou ainda que todas as gravidezes posteriores aconteceram através de estupros.” (prontuário)

6.3.1 Acompanhamento Jurídico dos casos das mulheres abrigadas:

A maioria das mulheres (86,1%) recebeu orientação ou acompanhamento jurídico, criminal, familiar ou ambos. No entanto, ter recebido acompanhamento ou orientação não significa que o processo chegou ao final, ou que o mesmo teve um resultado satisfatório para a mulher. Mas apenas representa que foi feito o registro policial ou foi realizada a entrada em alguma questão jurídica pertinente ao caso.

A tabela 23, a seguir, apresenta o tipo de acompanhamento jurídico que as mulheres receberam.

Tabela 23 - Tipo de acompanhamento jurídico das mulheres abrigadas

Acompanhamento	N	%
Criminal	27	43,5
Familiar	3	5
Criminal e Familiar	29	46,5
Outro (moradia, ilegalidade no país)	3	5
Total	62	100

Durante o período pesquisado ainda vigorava a Lei 9099/95⁵ (Lei dos Juizados Especiais Criminais). Segundo SANTOS (2001), os Juizados Especiais Cíveis e Criminais foram criados com o objetivo de informalizar a justiça, tornando-a mais célere e eficiente graças à Lei nº 9.099/95. Os Juizados Especiais Criminais foram também idealizados para substituir penas repressivas por penas alternativas (compensações pecuniárias, serviços comunitários e conciliações), no caso de "infrações penais de menor potencial ofensivo". Consideram-se tais infrações os crimes e contravenções com pena inferior a um ano de detenção. Nesses casos, o inquérito policial foi substituído por um "Termo Circunstanciado", uma espécie de inquérito simplificado com um resumo da ocorrência, acompanhado do laudo pericial, quando necessário, devendo tal Termo ser remetido ao Juizado para realização de audiência de conciliação e julgamento.

De acordo com SANTOS (2001), os Juizados Especiais Criminais tiveram uma série de conseqüências sobre os distritos policiais e as delegacias da mulher. No primeiro caso, serviram para desafogar os distritos. No tocante às delegacias da mulher, retiraram destas o papel de mediação dos conflitos que compõem a maioria das queixas ali processadas, dando novo sentido a sua criminalização. Isto porque os delitos de lesão corporal de natureza leve e ameaça, cujas penas são inferiores a um ano, continuaram sendo os mais registrados nas delegacias da mulher.

Não foram todas as mulheres estudadas que efetuaram a queixa criminal, e das que a realizaram nem todos os prontuários apresentaram cópia das mesmas. Ainda

⁵ Em setembro de 2006 a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher passaram a ser enquadradas na lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria Penha.

assim pôde-se observar que a maioria das queixas foi registrada na forma de B.O. e não na forma de T.C., conforme mostra a tabela 24 abaixo.

Tabela 24 - Tipo de registro criminal

Tipo de registro	N	%
B.O.	31	55,4
T.C.	22	39,3
Não registrado	3	5,3
Total	56	100,0

No que se refere ao tipo de queixa criminal, encontrou-se 46,5% casos de ameaça, 18% casos de lesão corporal e 32% casos com ambas as formas de violência, conforme tabela 25 a seguir.

Tabela 25 - Tipo de queixa criminal segundo B.O. e T.C. das mulheres abrigadas

Queixa	N	%
Ameaça	26	46,5
Lesão corporal	10	18
Ameaça e lesão corporal	18	32
Outra (tentativa de homicídio, estupro)	2	3,5
Total	56	100

Segundo MACHADO (2002), a respeito da aplicação da lei 9099/95, as delegacias da mulher deviam proceder a escuta, decidir sobre seu enquadramento como crime ou contravenção, decidir se trata de penalidade leve ou não, no primeiro caso lavrar os Termos Circunstanciados e enviar a vítima para o Juizado Especial Criminal; no segundo, registrar o Boletim de Ocorrência e proceder ao inquérito e arrolamento de testemunhas, e envio para o judiciário tradicional.

No caso das mulheres abrigadas, mesmo não se tendo aprofundado na gravidade das lesões, o fato de a maioria dos casos se referirem a ameaças já seria suficiente para que se encontrassem mais registros na forma de T.C. do que de B.O., o que não ocorreu.

Uma explicação fornecida por uma delegada à própria pesquisadora, na época ainda técnica do abrigo, por ocasião de um acompanhamento a uma usuária em uma delegacia da mulher da cidade de São Paulo, o não-registro dos T.C.s se devia ao alto

número de desistência das mulheres frente à denúncia, que procuravam as delegacias para retirar a queixa. Como a retirada ou desistência era impossível pelo fato das mesmas serem enviadas direto aos Juizados para realização das audiências, as mulheres simplesmente não compareciam às mesmas.

Os Juizados passaram a cobrar as delegacias, que por sua vez reagiram com a diminuição do número de registros na forma de T.C. Ao registrarem B.O.s, as delegacias podiam retirar as queixas, e, infelizmente, neste processo, as mulheres que esperavam pela audiência e gostariam de processar o agressor ficavam prejudicadas.

É importante informar que os B.O.s expiram seu prazo para representação em 6 meses e, ao permanecerem nas delegacias, freqüentemente “caducavam”. Outras vezes, o T.C. era arquivado no próprio Juizado pela avaliação de que não havia provas ou fato a ser julgado, normalmente aqueles casos em que não haviam testemunhas nem marcas da agressão, apenas a palavra da mulher contra a do homem.

Segundo CAMPOS (2003), a lei 9099/95, elaborada para fixar a punição de delitos de menor potencial ofensivo, foi usada, majoritariamente, para julgar a violência conjugal. No entanto, sua operacionalização resultou na banalização da violência doméstica, no arquivamento dos processos e na insatisfação das vítimas, pois a simplicidade do procedimento não contemplou a complexidade do fenômeno.

Com relação aos casos investigados, de todos aqueles em que houve registro policial, em apenas 37,7% dos mesmos havia informação sobre representação contra o agressor por parte da mulher, ou seja, manifestação da vontade da mulher em processar o autor. Este fato remete à questão de que as mulheres, muitas vezes, desejam apenas realizar a denúncia, e não necessariamente processar ou punir criminalmente seus companheiros. Não se pode descartar, todavia, a falta de estímulo e informação por parte das delegadas e escrivãs das delegacias da mulher e das delegacias comuns em especial para que as mulheres realizem a representação, pois questões de cunho moral e estereótipos de gênero são ainda muito fortes na instituição policial.

A descrição a seguir apresenta a insatisfação de uma mulher com relação à aplicação da Lei 9099/95:

“F., 37 anos, 1 filha, desempregada, vivia há 7 anos com o companheiro do qual sofria violência física e psicológica. F. registrou um T.C. de lesão e ameaça, o motivo das agressões que constaram na denúncia deveu-se ao fato de F. ter saído sem

ter preparado o almoço. O companheiro encontrava-se alcoolizado no momento da briga. Após audiência criminal na qual ele recebeu como pena uma multa de R\$200,00 para o Hospital do Câncer, ele ainda a provocou dizendo que iria requerer a guarda da filha do casal. F. ficou aborrecida com o desfecho da audiência, disse que teve que sair de casa e mudar toda a sua vida, já o companheiro não havia sofrido nenhuma conseqüência e ainda zombava dela. Esta situação a revoltava e a fazia pensar em voltar a viver com ele, pois continuaria apanhando, mas teria conforto.” (prontuário)

A tabela 26, a seguir, apresenta os motivos para ocorrência da agressão. Vale ressaltar que esta informação estava presente no registro policial em apenas 54,1% dos casos. Ainda assim, pode-se perceber que os motivos mais frequentes, mencionados pela mulher, estão relacionados ao uso de álcool/drogas, ciúmes por parte dos parceiros, questões do âmbito doméstico e intenção de separação por parte da mulher, queixas estas contabilizando um total de 84,6% dos casos .

Tabela 26 - Motivos das agressões segundo registros criminais das mulheres abrigadas

Motivo da agressão:	N	%
Uso álcool/drogas	8	20,5
Ciúme	6	15,4
Questões domésticas	7	17,9
Sem motivo aparente	6	15,4
Separação	6	15,4
Denúncia (B.O./T.C.)	3	7,7
Questões financeiras	2	5,1
Não sabe	1	2,6
Total	39	100,0

De acordo com o POPULATION REPORTS (2006), estudos realizados em vários países permitiram identificar uma lista de eventos que provocam a violência, entre eles, não obedecer ao marido, responder ao marido, não ter a comida na hora certa, não cuidar adequadamente dos filhos ou da casa, questionar o marido sobre dinheiro ou possíveis namoradas, ir a qualquer lugar sem permissão, recusar-se a ter relações sexuais ou suspeitar da fidelidade do marido. Todos estes eventos constituem, segundo o referido trabalho, transgressão das normas que regem o relacionamento entre os sexos - questões de gênero, portanto - e estão entre os motivos que constavam nos boletins de ocorrência e termos circunstanciados consultados.

A descrição de um caso atendido no abrigo pode ilustrar a presença de tais “eventos” na ocorrência da violência:

“G., 25 anos, duas filhas, dona de casa, casada há nove anos com o companheiro de quem sofria violência física e psicológica. G. registrou um B.O. de lesão e ameaça, as lesões registradas no mesmo eram graves: socos no rosto, tentativa de enforcamento e chutes nas costas. A ameaça era de que ele iria matá-la e jogar seu corpo na represa. O motivo, registrado no B.O., que causou as agressões, foi o fato de que a mulher havia se recusado a arrumar a casa por estar com dor de dente.” (prontuário e B.O.)

A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2001) realizou uma pesquisa nacional com mulheres sobre os temas saúde, trabalho, sexualidade, violência, educação, trabalho doméstico, cultura política e lazer. Esta pesquisa encontrou, no que se refere às principais causas aparentes da violência, o “ciúme” e o “alcoolismo” ou “estar alcoolizado” no momento da agressão como as justificativas que mais se destacaram. Estes dados estão de acordo com os motivos mais citados nas denúncias das mulheres estudadas neste trabalho.

Com relação ao acompanhamento jurídico das questões familiares, 30 mulheres deram entrada em processos, conforme a tabela 27 a seguir. Destas, 16 requereram apenas a regularização da pensão alimentícia para os filhos. Em 5 casos foram abertos processos de pensão e separação e em 2 casos foram abertos processos de pensão e guarda dos filhos. Da mesma forma, apenas 2 casos abriram os três processos simultaneamente (guarda dos filhos, pensão, separação).

Tabela 27 - Acompanhamento jurídico-familiar das mulheres abrigadas

Modalidade	N
Pensão alimentícia	16
Guarda dos filhos	2
Pensão e separação	5
Pensão e guarda dos filhos	2
Pensão, Separação e Guarda	2
Outros (atentado violento ao pudor, Vara da criança e adolescente)	3
Total	30

Acredita-se que o pequeno número de separações judiciais e a maior parte dos casos se referir à regularização da pensão alimentícia se deve ao fato de a maioria das uniões ser informal. Os casos de guarda dos filhos tratavam-se de situações em que os companheiros a requeriam, como forma de vingança contra a mulher. Além disso, ressalta-se a morosidade na assistência jurídica gratuita em São Paulo, o que fazia muitas mulheres desistirem ou fazerem acordos informais com os parceiros.

Houve, no entanto, um caso exemplar no sentido de ter-se realizado todos os processos judiciais em tempo hábil e com resultados satisfatórios para a mulher. Este caso permite observar que a violência de gênero se estendia aos filhos, pois ele agredia somente a filha mulher, que saiu de casa por este motivo.

“J., 43 anos, dois filhos, casada há 21 anos, sofreu violência física, psicológica e patrimonial do companheiro. J. travou uma batalha judicial com o ex-companheiro: o processo criminal foi feito através de um T.C. de ameaça (motivo: ciúme doentio) com representação por parte dela e pena de cesta básica como condenação para ele. O advogado dele alegou que os fatos registrados sobre a ameaça de morte não eram verdadeiros, que a mulher estava sob forte “tensão nervosa” no momento do registro, pois tomava remédio contra depressão e que ainda, no referido dia, era a mulher quem havia agredido o marido e que o mesmo, para defender-se, segurou em seu braço. Por esse motivo – ter segurado o braço da esposa – de acordo com o advogado, a mulher havia saído de casa.

O advogado alegou ainda, que J. era pessoa muito agressiva e que os filhos não estavam comparecendo à escola devido à mulher ter saído de casa e ainda, que se os filhos perdessem o ano letivo a ‘culpa’ seria dela. Os processos familiares foram de guarda, separação, pensão, partilha dos bens e reintegração de posse. O companheiro ainda tentou requerer a guarda do filho homem, mas não conseguiu. Todos estes processos tiveram desfechos favoráveis à mulher: a guarda do filho ficou com ela, separou-se, houve divisão dos bens de maneira justa, conseguiu pensão alimentícia e reintegração de posse da casa que morava com ele.” (prontuário)

6.4 VIOLÊNCIA E SAÚDE

O estudo das implicações da violência para a saúde é um tema recente que está em crescimento. A violência tem sido compreendida como um fator de risco para ocorrência de eventos prejudiciais à saúde, pois além de provocar lesões físicas imediatas e sofrimento psicológico, a violência também aumenta o risco de prejuízos futuros à saúde da mulher. Vários estudos já demonstraram que as mulheres que sofreram abuso físico ou sexual, seja na infância ou na idade adulta, correm um risco mais elevado de ter problemas de saúde. (HEISE, 1994, OMS, 2005)

Estes problemas podem ser tanto imediatos quanto de longo prazo, podem ser físicos, mentais e também trazer implicações para a saúde reprodutiva. Além disso, a violência aumenta a incidência de comportamentos negativos tais como fumo e consumo de álcool e drogas. (POPULATIONS REPORTS, 2006)

Segundo a OMS (2005), ainda que uma investigação sobre uma amostra transversal de população não estabeleça se a violência causa algum problema de saúde específico (com exceção para as lesões), os resultados encontrados em seu estudo multipaíses coincidem com outros que tem encontrado um forte vínculo entre a violência e os sintomas físicos e mentais em precárias condições de saúde.

As repercussões na saúde das mulheres podem apresentar-se sob a forma de múltiplas queixas, dores de imprecisa localização no corpo ou que não possuem correspondência com patologias conhecidas, portanto dores “sem nome”.

A descrição abaixo, sobre uma mulher abrigada, pode ilustrar tal situação:

“D., 39 anos, dona de casa, casada há 20 anos, teve 3 filhos sendo duas meninas de 19 e 16 anos e um menino de 6 anos. Veio encaminhada de um posto de saúde que a atendia há algum tempo e que detectou a situação de violência. Profissionais do posto de saúde relataram que D. demonstrava receio quanto a ida para o abrigo, demorou meses para se decidir, mas acabou optando por ele. Passou no abrigo os primeiros dias deitada e fechada em seu quarto, o que foi entendido no início como uma reação quanto ao fato de ter saído de casa.. No entanto, com o passar do tempo, a situação não se alterou e D. continuou a passar os dias depressiva, deitada, sem ânimo, com muitas reclamações sobre sua saúde, dizia-se doente, com hemorragias devido à ‘menopausa precoce’, mas nenhuma doença era localizada ou diagnosticada, situação que foi

confirmada pelos profissionais do posto de saúde que já a conheciam. Ao questionada quanto ao que gostaria que acontecesse com ela, D. dizia querer que o companheiro alugasse uma casa para que ela pudesse viver em paz, o que ele se recusava a aceitar, pois não concordava com sua saída. D., por fim, desistiu do processo criminal e familiar e foi morar na casa do pai no interior de São Paulo.” (prontuário)

Como parte das conseqüências físicas da violência, danos como lesões traumáticas, hematomas ou manchas pelo corpo são os que mais se apresentam. Os ferimentos físicos não são os que geram maiores implicações em termos de danos à saúde física, mas sim os distúrbios do funcionamento do corpo, nem sempre com um diagnóstico bem definido.

Em termos da saúde reprodutiva, a violência pode levar à gravidez indesejada e a doenças sexualmente transmissíveis, inclusive Aids. Muitos destes problemas podem redundar em problemas ginecológicos e obstétricos crônicos. A violência na gravidez pode resultar em aborto, perdas fetais tardias, natimortos ou recém-nascidos de baixo peso, além de partos prematuros e lesões do bebê. (ELLSBERG e HEISE, 2995)

Um outro caso atendido no abrigo pode exemplificar uma situação típica de implicação presente e futura à saúde reprodutiva da mulher, no caso jovem, em função da situação de violência:

“A., 17 anos, atendida em caráter de exceção por ser menor de idade, tinha uma filha de 1 ano e estava grávida de 7 meses. Aos 7 anos foi estuprada pelo padrasto, foi abrigada assim que um hospital detectou o abuso. Ficou institucionalizada até os 15 anos, quando conheceu o companheiro, foi morar com ele, engravidou e logo passou a ser agredida pelo mesmo. Procurou sua mãe novamente, mas a mesma alegou não poder ajudá-la e a encaminhou ao Conselho Tutelar, que finalmente a trouxe para nosso abrigo. A mesma apresentava muita resistência para realizar as consultas de pré-natal, passava mal, chorava e arrumava desculpas para não ir, o que no início foi entendido como “coisa de criança”. Depois, ao tomar conhecimento sobre o histórico do caso, a equipe se organizou para que em todas as consultas a mesma fosse acompanhada de uma educadora, até o momento do parto, que ocorreu a termo. Em seguida, apesar do acolhimento e compreensão, a mesma desistiu de realizar o planejamento familiar, pois não conseguia se submeter aos exames ginecológicos necessários.” (prontuário)

Quanto à saúde mental, a violência se associa com idéias ou tentativas de suicídio, e sintomas como depressão, ansiedades, insônia, pesadelos e distúrbios do sono, bem como medos e pânico também estão presentes nas mulheres.

Um outro caso pode ilustrar tal situação:

“G., 33 anos, 2 filhos, dona de casa, 15 anos de união, chegou ao abrigo após ter sofrido uma tentativa de homicídio por parte do companheiro. O mesmo tinha amantes, fato que incomodava G., que por fim conseguiu colocá-lo para fora de casa na justiça. Ele reagiu lhe dando facadas, mas não a matou. Ela se recuperou aos poucos das lesões, mas o trauma psicológico e o terror entre a família já estava instaurado. G. precisou de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, ao lembrar do episódio ou falar com alguém conhecido sobre o passado, tinha recaídas, entrava em pânico, se desestruturava.” (prontuário)

Nesta investigação, com relação às informações contidas nos prontuários sobre a saúde das mulheres, haviam poucos dados registrados. A rotina do abrigo inclui o encaminhamento das mulheres aos serviços de saúde públicos da região. Nos casos em que havia alguma seqüela física recente decorrente da violência, devido à gravidade ou urgência, em geral procurava-se o atendimento mais rapidamente, como o caso citado acima.

No entanto, nos casos em que não havia um tratamento urgente, as mesmas eram encaminhadas às Unidades Básicas de Saúde da região para realizar consultas e exames de rotina tais como ginecologia, clínica geral, pediatria e odontologia e eram atendidas conforme a demanda própria dos serviços que integram o SUS (Sistema Único de Saúde).

Com relação ao atendimento psicológico, também era procedimento oferecê-lo a todas as mulheres, realizado na época por uma ONG parceira. No entanto, este atendimento não era obrigatório, e, mesmo quando as mulheres o requeriam, havia uma lista de espera. Muitas vezes, as mulheres iam embora antes de dar início à terapia, ou a interrompiam logo no seu início, por diversos motivos, entre eles, por terem conseguido trabalho e não conseguir horário compatível, por terem sido desabrigadas e não terem dinheiro, tempo ou com quem deixar os filhos para sair.

A natureza dos tratamentos de saúde realizados pelas mulheres no período em que estiveram abrigadas encontra-se na tabela 28 a seguir.

Tabela 28 - Tratamentos de saúde realizados pelas mulheres abrigadas, segundo especialidade médica

Especialidade	N	%
Cardiologia (hipertensão arterial)	2	4,4
Ginecologia (geral)	2	4,4
Obstetrícia	6	13
Psicologia	12	26
Psiquiatria	2	4,4
Odontologia	2	4,4
Ortopedia (coluna)	2	4,4
Alergologia	1	2,1
Dermatologia	1	2,1
Endocrinologia	1	2,1
Psicologia e Infectologia	1	2,1
Cardiologia e Odontologia	1	2,1
Odontologia, Dermatologia e Ginecologia	3	6,5
Psicologia, Ginecologia e Odontologia	8	17,5
Psicologia, Odontologia, Oftalmologia, Cardiologia	2	4,4
Total	46	100

Observa-se que 64% das mesmas submeteu-se a algum tipo de acompanhamento de saúde. No entanto, diante da escassa informação contida nos prontuários a respeito do cuidado à saúde das mulheres, acredita-se que provavelmente ocorra um maior uso dos serviços de saúde por parte das mesmas do que o valor encontrado nesta investigação.

Algumas autoras (HEISE, 1994, GIFFIN, 1994) sugerem que o serviço de saúde seria o *locus* privilegiado para identificar e referir as vítimas de violência, na medida em

que a violência repercute sobre a saúde da mulher em algum momento - ou vários - de suas vidas. Recomendam, neste sentido, que o setor saúde realize pesquisas sobre a violência de gênero e sugere o treinamento dos profissionais de saúde para evitar a revitimização pelos serviços.

Com relação ao acompanhamento psicológico realizado pelas mulheres abrigadas, observa-se que 23 mulheres o realizaram, o que indica a necessidade de escuta especializada destas mulheres. Com relação ao seguimento do atendimento psicológico, constatou-se que 6 mulheres desistiram do mesmo. Com relação às outras especialidades, consta que apenas uma mulher interrompeu o acompanhamento pré-natal, mas não especifica o motivo.

A respeito das gestantes, não se obteve informação quanto ao fato de as gravidezes terem sido desejadas ou não, mas a literatura revela que a violência pode ser fator de risco para gravidez indesejada, na medida em que o uso de práticas contraceptivas pode ser dificultado por medo de uma reação do parceiro violento.

De acordo com GIFFIN (1994), tal dificuldade é também previsível na tentativa de se proteger das DSTs/Aids pelo uso de preservativos, já que esta sugestão coloca em pauta dúvidas sobre a fidelidade da relação.

No caso da presente pesquisa, uma única mulher foi identificada como portadora do vírus HIV no período analisado:

“O primeiro filho do casal era negativo, mas a segunda filha nasceu portadora. A mãe não tomou nenhuma medida para evitar a transmissão, pois não sabia que ela própria era portadora, bem como seu companheiro. Foi só devido aos constantes adoecimentos da filha que se identificou, anos depois, o vírus na família. O companheiro, que já era agressor antes de saber da doença, ao se descobrir portador tornou-se ainda mais violento, a ponto de a mulher recorrer ao abrigo. Além disso, a família de origem da mulher recusou-se a acolhê-la devido ao preconceito quanto a doença.” (prontuário)

A tabela 29, a seguir, apresenta informações a respeito do consumo de álcool e drogas por parte das mulheres abrigadas e seus companheiros. Apesar das poucas informações, é possível realizar algumas reflexões.

Tabela 29 - Consumo de álcool e drogas das mulheres abrigadas e seus companheiros, segundo modalidade de uso

Uso de substâncias	Mulheres		Homens	
	Álcool	Drogas	Álcool	Drogas
	N	N	N	N
Eventual	7	-	3	4
Frequente	-	-	32	18
Ex-usuária (o)	2	5	-	-
Nenhum	12	21	-	6
Não registrado	51	46	37	44
Total	72	72	72	72

Com relação à informação sobre o consumo de álcool por parte das mulheres investigadas, observa-se que apenas 9,7% das mesmas faziam uso eventual e que 16,6%, delas não eram usuárias segundo depoimento. Apenas 2,7% delas relataram uso abusivo anterior.

A pouca informação pode se dever ao fato de esta ser uma questão pouco tratada com a equipe, e tal inferência é feita a partir da experiência, pois pudemos observar a partir das reuniões em grupo realizadas no abrigo que ao menos o uso eventual é feito por um número maior de mulheres, no entanto estes relatos não estavam registrados. Acredita-se, portanto, que esta informação foi subinformada no que se refere às mulheres.

Já o consumo por parte dos homens foi mais registrado: em 48,6% dos casos havia relato das mulheres sobre consumo de álcool por parte dos mesmos e, em 44,4% dos casos, este consumo era frequente, segundo relato das mesmas registrados nos prontuários.

Com relação a esta discrepância, pode-se pensar no consumo de álcool na sociedade de duas maneiras: uma como questão de gênero, na medida em que seu uso faz parte da socialização dos homens e, daí, o consumo ser mais incentivado e aceito entre eles. Outra possibilidade é a mulher usar esta informação para prejudicar/denegrir a imagem do homem tanto no registro policial, quanto na instituição. Além disso, faz

parte do imaginário popular que o álcool é um dos grandes culpados pela ocorrência da violência e as próprias mulheres podem reproduzir esta idéia em seus relatos.

No que se refere aos dados brasileiros sobre o uso de álcool e outras drogas, realizado pelo CEBRID (CARLINI et. al, 2002), por meio do I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas, o número de mulheres que fizeram uso de álcool na vida em média é de 60,6% e, destas, 5,7% tornam-se dependentes. No que diz respeito aos homens, 77,3% em média fizeram uso de álcool na vida e 17,1% tornaram-se dependentes.

Ou seja, de fato, os homens apresentam um consumo mais elevado do que as mulheres, mas a diferença entre ambos não é tão grande quanto a encontrada em nosso trabalho.

Segundo BLUME & ZILBERMAN (2004), as mulheres começam a beber mais tarde, bebem menos e menos freqüentemente, mas o risco de desenvolver dependência é maior.

O caso de uma mulher abrigada e sua relação com o álcool é descrito a seguir:

“A., 46 anos, 3 filhos do segundo companheiro, sofria violência do terceiro companheiro com quem não teve filhos. Estava com ele há 2 anos. A. identificava-se como alcoólatra em recuperação, assim como o último companheiro. A. alegou que começou a beber por causa do fim do relacionamento anterior, com o pai de seus filhos. Nenhum dos filhos encontrava-se com ela e o caçula (11 anos) estava abrigado devido ao alcoolismo da mãe. Este menino apresentava muitos problemas, fazia tratamento psiquiátrico e ficava bastante perturbado quando convivia com o casal (mãe e padrasto)”. (prontuário)

Quanto à relação entre o consumo de álcool/drogas e a ocorrência da violência, cabe um esclarecimento. Atualmente há um reconhecimento sobre o uso de álcool e drogas estar associado à ocorrência da violência, mas o mesmo não é identificado como sua causa. As substâncias teriam o papel de potencializar as atitudes do agressor, que fica menos contido e mais sujeito à ação, qualquer que ela seja.

Segundo JEWKES (2002), o consumo elevado de álcool pelo homem e freqüentemente pela mulher está associado com a violência conjugal. O álcool reduz inibições, atrapalha o julgamento e prejudica a capacidade de interpretação.

Entretanto, a ligação biológica entre uso de álcool e ocorrência da violência é complexa. De acordo com a autora, pesquisas antropológicas sugerem que a conexão entre violência, álcool e embriaguez não é universal. Alguns pesquisadores têm sugerido que o álcool pode servir de desculpa para comportamentos anti-sociais, assim, os homens seriam mais propensos a agir violentamente depois de beberem, pois, desta forma, eles não sentiriam a responsabilidade por seu comportamento desta forma. Em outros contextos, o homem pode usar o álcool de maneira premeditada para sentir-se capaz de agredir a mulher, pois acredita que esta é uma atitude socialmente mais aceita de sua parte.

A mesma autora também sugere que as drogas que reduzem a inibição devem apresentar relações semelhantes às causadas pelo álcool na ocorrência da violência conjugal, mas há pouca pesquisa sobre este tema.

Com relação ao uso de drogas por parte das mulheres investigadas, conforme tabela 29, observamos que 29,1% delas mencionaram não serem usuárias e que 6,9% se declararam ex-usuárias. Não havia informação sobre alguma mulher fazer uso eventual ou freqüente de drogas.

A este respeito, algumas observações podem ser feitas. Em primeiro lugar, nota-se que o número de mulheres que se declararam ex-usuárias de drogas é maior que as que relataram uso abusivo de álcool no passado. O que isto pode significar? Além disso, o fato de não haver informação sobre o uso atual se deve, provavelmente, as mesmas razões de não se falar sobre o consumo de álcool no ambiente institucional, levando-se em conta, neste caso, a ilegalidade das substâncias.

No que se refere ao uso de drogas por parte dos homens, de acordo com a tabela 29, houve um número maior de informação, como no caso do consumo de álcool. Em 22 casos houve alusão ao uso de drogas por parte dos mesmos e de que, destes, 18 fazia uso freqüente, ou seja, a maioria.

Dessa forma, nesta pesquisa os homens correspondem à maioria dos usuários de álcool e drogas e considera-se elevado o número de companheiros que faziam uso freqüente de drogas. Já o consumo de álcool de seus parceiros, revelados pelas mulheres nos registros consultados, apresentou-se abaixo da média apresentada pelo CEBRID (CARLINI et. al, 2002).

Segundo MINAYO E DESLANDES (1998), especialistas concordam que drogas e álcool frequentemente têm papel importante nas atividades violentas, mas seu papel específico não está claro. As autoras acreditam que a questão causal torna-se ainda mais complexa quando se trata de relações de gênero e tal complexidade sugere que a violência interpessoal, que ocorre sob efeito de substâncias é contextualizada, ou seja, acontece em locais específicos, sob normas e regras específicas de determinados grupos e diante de expectativas desses grupos. Assim, as evidências sugerem que as drogas e o álcool desempenham importante papel nos contextos de violência onde são usados, porém sua importância depende de fatores individuais, sociais e culturais.

6.5 SOBRE O ABRIGO, O COTIDIANO E O SENTIDO DA VIDA DAS MULHERES

A principal maneira de as mulheres chegarem até o abrigo se dá por meio de encaminhamentos recebidos de outras instituições ou, menos frequentemente, pela procura espontânea por parte da mulher. Com relação aos encaminhamentos, a tabela 30, a seguir, apresenta os serviços que encaminharam as mulheres para o abrigo no período pesquisado.

Tabela 30 - Órgãos de encaminhamento das mulheres abrigadas

Tipo de órgão	N	%
Abrigos e albergues	19	26,4
Centros de Referência	25	34,7
DDMs	9	12,5
Demais órgãos públicos	9	12,5
ONGs	4	5,6
Órgãos públicos específicos	5	6,9
Procura espontânea	1	1,4
Total	72	100,0

A definição e as atribuições dos serviços como os abrigos para mulheres em situação de violência, os centros de referência e delegacias da mulher encontram-se no item 2.1 p. 7.

Foram considerados abrigos e albergues tanto os abrigos especializados em violência contra a mulher, quanto aqueles serviços que acolhem as mulheres para pernoites ou morar por um período de tempo.

Os demais órgãos públicos referem-se aos Fóruns e aos Serviços de Saúde. Os órgãos públicos específicos referem-se às coordenadorias da mulher existentes na grande São Paulo. Quanto as ONGs, foram consideradas tanto as que atuam diretamente com questões da mulher, quanto com outras questões.

Pode-se observar, pelos dados da tabela 29 já apresentada, que os principais serviços que encaminham as mulheres para o abrigo são os centros de referência (34,7%) e os outros abrigos, tanto os especializados em violência quanto os abrigos e albergues comuns para desabrigados (26,4%).

No que se refere aos centros de referência, na maioria das vezes o encaminhamento para o abrigo ocorre quando a mulher solicita ou a profissional que realiza o acompanhamento do caso avalia uma situação de risco de vida e indica o abrigo como medida de proteção. Além disso, o fato de o maior número de encaminhamentos ter vindo dos centros de referência é um fato a se esperar, uma vez que este tipo de serviço lida apenas com a questão da violência contra a mulher e suas profissionais tem um olhar específico sobre esta questão.

No caso dos encaminhamentos entre abrigos especializados, a transferência pode ocorrer se a mulher foi encontrada pelo companheiro ou corre algum risco semelhante. No caso dos encaminhamentos dos abrigos comuns e albergues, os profissionais destes serviços podem reconhecer a situação de violência da mulher e encaminhá-la ao abrigo especializado. Este fato revela a importância da formação dos profissionais dos serviços em geral que atendem mulheres para que os encaminhamentos e atendimentos aconteçam adequadamente, para os serviços mais indicados.

A tabela 31, a seguir, apresenta o tempo de permanência das mulheres no abrigo.

Tabela 31 - Tempo de permanência das mulheres no abrigo

Meses	N	%
1 mês	22	30,6
2 meses	10	13,9
3 meses	9	12,5
4 meses	4	5,6
5 meses	5	6,9
6 meses	3	4,2
7 meses	3	4,2
8 meses	5	6,9
9 meses	9	12,5
+ 10 meses	2	2,8
Total	72	100,0

Observa-se, pela tabela mencionada, que apenas 4,3% permaneceu o período padrão oferecido pelo serviço (6 meses). Mais da metade das mulheres (57%) permaneceu até três meses, e 22,2% permaneceu mais que oito meses. O tempo médio de permanência das mulheres no abrigo foi de três meses e meio, ou seja, a maioria das mulheres permaneceu no mesmo por um período menor que o oferecido. A grande variedade de períodos de permanência sugere que o tempo necessário para resolver os casos é relativo e se refere às condições e situações específicas de cada mulher, o que torna difícil o estabelecimento de um prazo padrão.

Além disso, destaca-se o alto número de evasão de mulheres no primeiro mês do abrigamento. Tal situação causa estranheza, na medida em que se espera que a ida para o abrigo justifique-se devido a uma situação de risco para a mulher. Qual ou quais seriam os motivos para esta evasão? Para tentar compreender esta questão, procurou-se aprofundar em algumas características das mulheres que estiveram no abrigo neste primeiro mês, conforme dados da tabela 32, a seguir.

Tabela 32 - Destinos das mulheres que permaneceram até um mês no abrigo

Permanência no abrigo (semanas):	vida nova	família de origem	retorno comp.	fuga	transferência	TOTAL
0		1		1	1	3
Linha %	-	33,3	-	33,3	33,3	100,0
Col %		11,1		20,0	100,0	13,6
1		4	1			5
Linha %	-	80,0	20,0	-	-	100,0
Col %		44,4	16,7			22,7
2	1	1	1			3
Linha %	33,3	33,3	33,3	-	-	100,0
Col %	100,0	11,1	16,7			13,6
3		2	1	3		6
Linha %	-	33,3	16,7	50,0	-	100,0
Col %		22,2	16,7	60,0		27,3
4		1	3	1		5
Linha %	-	20,0	60,0	20,0	-	100,0
Col %		11,1	50,0	20,0		22,7
TOTAL	1	9	6	5	1	22
Linha %	4,5	40,9	27,3	22,7	4,5	100,0
Col %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Segundo dados da tabela 32, apenas uma destas mulheres deu início à vida nova, a maioria (40,9%) foi ao encontro de sua família de origem, 27,2% retornou para o companheiro e 22,7% fugiu ou foi embora sem informar seu destino.

Para entender melhor a evasão no primeiro mês, deve-se refletir sobre alguns aspectos relacionados ao abrigamento de mulheres em situação de violência. Um deles, diz respeito à porta de entrada para o abrigo, a triagem. Trata-se de uma entrevista com a mulher realizada por uma técnica do abrigo a fim de conhecer melhor sua história, verificar a necessidade do abrigamento e, no caso de perceber que há outras possibilidades para o caso, fornecer orientações e encaminhamentos.

O principal critério para justificar a ida das mulheres em situação de violência para o abrigo é o fato de ela correr risco de morte. Este risco pode ser percebido pela mulher, pela profissional que a atende, ou por ambas. É um critério de natureza subjetiva, pois é difícil determinar um limite seguro para acreditar ou não nas ameaças.

A própria polícia tem por princípio não duvidar de qualquer tipo de ameaça, dada a imprevisibilidade do ser humano e a complexidade das relações afetivas.

No entanto, é comum que na ocasião das entrevistas, as mulheres encontrem-se vulneráveis e demonstrem desejar muito o abrigo, confirmam sentir-se em risco, e se comportam como se o abrigo fosse a única solução para seus problemas. Este imaginário sobre o abrigo é compartilhado também por profissionais, pois muitas vezes a situação das mulheres é tão precária, para além da situação de violência vivida, que só um local que a assuma totalmente possibilita-lhe alguma estrutura. Isso se deve a situação de extrema miséria e exclusão que grande parte da população feminina vive em São Paulo e pela insuficiência das políticas públicas que oferecem algum tipo de retaguarda alternativa para a mulher, além de o trabalho em rede ser precário na cidade.

Assim, o abrigo para mulheres em situação de violência doméstica seria a última opção entre os serviços para as mulheres, e os profissionais dos serviços que as encaminham para o abrigo devem realizar o trabalho de estudar com a mulher quais as possibilidades para melhor resolver sua situação. Infelizmente, muitas mulheres chegam na triagem para o abrigo e até no próprio abrigo sem conhecer ou querer esta medida. Isso pode explicar em parte o alto número de evasão. O que também acontece é que no momento da triagem, quando a mulher quer ir para o abrigo ela ainda não consegue compreender o que tal decisão significa concretamente em sua vida e na de seus filhos.

Ir para o abrigo é ir morar numa instituição, e mesmo o melhor abrigo tem regras de convivência e uma equipe monitorando e acompanhando os passos da mulher e dos filhos, há muitas mudanças e adaptações para conseguir permanecer no mesmo, como a convivência em grupo, as mudanças de escola dos filhos, de região, perda do apoio da comunidade de origem, da convivência com a família, etc. Isso sem falar na vivência da separação e da saída do “lar”, que está acompanhando a mulher e os filhos durante todo este percurso.

Daí a afirmação de SILVEIRA (2006), de que os abrigos ainda se constituem como um “mal necessário”, diante das inconsistências das políticas públicas para mulheres. Muitas vezes servem apenas para encobrir a ineficiência do Estado em oferecer outras respostas às mulheres, numa perspectiva de proteção à sua vida e a seus direitos. Em grande número de situações que acabam nas casas-abrigo, uma série de

providências alternativas poderia ser tomada, na presença de uma política pública pertinente.

Nesse sentido, de acordo com a autora, seria desejável reduzir o número de casos encaminhados aos abrigos, considerando as perdas que representa para a mulher a saída de sua moradia em condições tão desfavoráveis.

“Esse prejuízo se refere à perda da moradia e de referências sociais importantes, perda mesmo que temporária do apoio familiar, bens materiais, e em alguns casos até o emprego precisa ser abandonado. A realidade da convivência cotidiana tensa, a perda de autonomia e da liberdade de ir e vir fazem com que, em pouco tempo, o abrigo deixe de ser a saída sonhada. As dificuldades para retomar a vida e a contabilização das perdas vão gerando uma enorme angústia diante do final do prazo de permanência.” (SILVEIRA, 2005, p.18).

Uma outra questão importante é a situação de miséria já mencionada que muitas famílias enfrentam. Em algumas vezes, as mulheres se esforçam para permanecer, pois sabem que não conseguiriam lugar apropriado para dormir e alimentar os filhos adequadamente, bem como não teriam com quem deixar as crianças para trabalhar, estudar ou procurar emprego, o que é possível no abrigo. A demanda de mulheres pobres com ou sem filhos que passam por alguma dificuldade como separação, desemprego, desentendimento com a família de origem é muito grande, porém, a situação das mulheres com filhos implica em maiores perdas para as mesmas, tendo em vista as restrições de autonomia que as mulheres-mães mais empobrecidas apresentam. Permanece, no entanto, como questão investigativa relevante, os motivos da saída precoce.

Para minimizar as dificuldades da mulher e auxiliar sua recolocação profissional, cursos profissionalizantes poderiam ser uma adequada opção. No entanto, com relação a esses cursos, apenas 12,5% das mulheres abrigadas realizou alguma modalidade, conforme tabela 33 a seguir.

Tabela 33 - Cursos profissionalizantes realizados pelas mulheres abrigadas

Curso	N
Alfabetização de adultos	1
Cabeleireira	1
Culinária e computação	1
Manicure	5
Tricô	1
Total	9

Acredita-se que este baixo número (9 casos) deve-se à quase inexistência deste tipo de serviço gratuito ou público voltado para as mulheres, e não à falta de interesse das mesmas para realizá-los. Esta pouca capacitação das mulheres pode ser notada nas tabelas 7 e 8 sobre as ocupações das mesmas, ao se observar os tipos de trabalhos que realizam.

Outra dificuldade relacionada aos cursos profissionalizantes para mulheres é a questão do tempo. Muitas vezes a mesma precisa escolher entre trabalhar ou se capacitar, na esmagadora maioria das vezes a questão da sobrevivência e do sustento familiar vem em primeiro lugar, deixando-a “presa” ao ciclo vicioso do subemprego e da baixa capacitação. A maioria dos cursos que aconteceram no abrigo se deveu a uma ocasião específica em que a referida ONG recebeu recursos para pagar cursos particulares para as mulheres.

A tabela 34, a seguir, apresenta o destino das mulheres após o desligamento do abrigo.

Tabela 34 - Destino das mulheres após saída do abrigo

Destino	N	%
Vida nova	20	27,8
Família de origem	17	23,6
Retorno para companheiro	20	27,8
Fuga	6	8,3
Transferência	9	12,5
Total	72	100,0

Observa-se que 27,9% das mulheres deram início à vida nova, o mesmo número de mulheres que retornaram para o companheiro. Porém, ao agrupar-se as mulheres que iniciaram vida nova com as que retornaram para as famílias de origem, obtém-se 51,4%, o que pode representar, em tese, a busca de autonomia em relação à situação de violência em que viviam. Este parece ser um resultado satisfatório, apesar de não haver informação sobre o tipo de vida das mulheres depois de decorrido certo tempo de sua saída para confirmar esta observação.

Procurou-se ainda observar nos registros da instituição as informações sobre o “*relacionamento interpessoal*” das mulheres durante o período em que estiveram abrigadas, a “*adesão*” das mesmas à proposta do abrigo e as “*condições de desligamento*” que elas apresentavam por ocasião de suas saídas do abrigo.

Considerou-se “*adesão à proposta do abrigo*” a pré-disposição da mulher a assumir novos compromissos e responsabilidades, realizar movimentos de autonomia e reflexão quanto a seu projeto de vida. Alguns comportamentos que podem ser indicativos da adesão são a manutenção do sigilo, a realização de psicoterapia, realização de curso profissionalizante, retorno aos estudos, participação nas atividades da casa, etc.

A respeito da questão do sigilo do endereço do abrigo, SILVEIRA (2005) aponta que a sua manutenção resulta em um grande problema para as mulheres e funcionárias do abrigo, pois acaba cerceando a liberdade das mulheres. E ainda coloca que, ao enfatizá-lo, tanto se pode confirmar a onipotência/onisciência que as mulheres atribuem ao seu agressor, quanto eximir do Estado a sua responsabilidade de garantir a segurança e o direito de ir e vir das mulheres. “*O paradoxo é que um serviço que deveria incentivar a autonomia acaba impedindo a mulher de transitar livremente.*” (p. 19)

Por “*condições de desligamento*” considerou-se que estas condições podiam ser tanto concretas, quanto psicológicas, como, por exemplo, a decisão tomada pela mulher estar de acordo com seu projeto de vida, satisfação da mesma com relação ao desenlace da situação, condições suficientes para realização da decisão (emprego, moradia, escola dos filhos, dentre outros).

Isto significa que nas situações em que a mulher retornou para o companheiro, mas procurou de alguma forma se prevenir com alguma medida que a protegesse ou não a colocasse em risco novamente (permanecer, por exemplo, com a assistência jurídica

ou com a terapia), a condição foi considerada “satisfatória”. Procurou-se registrar também, em caso de retorno ao companheiro, se houve reincidência da violência, quando a informação estava disponível.

As características observadas, “*relacionamento interpessoal*”, “*adesão à proposta do abrigo*” e “*condições de desligamento*” das mulheres, foram agrupadas em relação aos destinos das mesmas após o abrigamento: vida nova, família de origem, retorno para o companheiro, fuga ou transferência, conforme as tabelas 35, 36 e 37 a seguir.

Tabela 35 - Características das mulheres abrigadas que iniciaram “vida nova”, segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento

Relacionamento interpessoal	Adesão à proposta do abrigo	Condições de desligamento	N
Facilidade	sim	suficientes	13
Dificuldade	sim	suficientes	4
Facilidade	não	insuficientes	1
Dificuldade	não	suficientes	1
Dificuldade	não	insuficientes	1
Total	-	-	20

Sobre as mulheres que iniciaram vida nova, fato interessante a destacar é que a maioria das mesmas (65%) apresentava todas as características observadas como “satisfatórias”. Se somarmos aquelas que apresentavam apenas uma dificuldade no relacionamento, este número sobe para 85%, o que parece indicar que a adesão à proposta da casa, quando de acordo com o projeto de vida da mulher e as condições de desligamento, quando suficientes, são componentes importantes para um desfecho, ao que parece, “satisfatório” para a mulher em termos de sua autonomia.

Ao analisar tais casos, algumas situações destacaram-se, tais como o tempo de permanência das mesmas no abrigo ter sido, em mais da metade destes casos, superior aos 6 meses oferecido como prazo padrão. Além disso, algumas mulheres faziam parte de algum programa social de renda, outras foram atendidas em parceria com outras instituições, tiveram apoio da família de origem e outras ainda já haviam passado por

abrigos para mulheres. Tais aspectos poderiam sugerir a existência de um dado perfil para mulheres em situação de violência.

Como exemplo de algumas destas situações, apresentamos um caso que teve como desfecho o início de uma vida nova:

“L., 32 anos, desempregada, casada há 12 anos com o companheiro de quem sofria agressão física, psicológica, sexual e patrimonial. Tinha cinco filhos, o mais velho, de outro companheiro, morava com a avó. Os demais quatro filhos, entre 12 anos e 1 ano e 8 meses vieram com ela para o abrigo. No início a adaptação foi difícil, tinha uma tendência a ser agressiva com as crianças. Contou que o pai das crianças educava os meninos para bater, agredir, desrespeitar tudo o que era feminino, pois do contrário chamava de ‘viado’. Nunca havia ensinado os filhos a assumir seus erros, suas atitudes e sempre exigia que as irmãs reparassem as artes e erros dos irmãos. Incentivava os garotos a quebrar as bonecas das irmãs, dizendo que mulher se tratava na porrada”.

No entanto, L., com o tempo, estabeleceu uma relação muito boa com as funcionárias do abrigo, passou a refletir sobre a educação dos filhos e percebeu que ela também usava a agressão, mas não queria ser assim. Foi aprendendo a lidar com a sua raiva e ensinando os filhos a fazerem o mesmo. Conseguiu trabalho como copeira em um hospital, cuidou da saúde, da aparência e aprimorou-se em administrar a “tripla jornada - (trabalho, filhos, convivência e rotina do abrigo). Com a ajuda do serviço que a encaminhou, retomou contato com a família de origem e recebeu seu apoio. Organizou-se para morar em uma casa que alugara e, finalmente, oito meses e meio depois, ao ir embora, falou que ‘sentia-se tão feliz que doía’”. (prontuário)

Tal caso aponta para a importância que o abrigo pode ter quando contempla as múltiplas questões presentes nos casos de violência.

A tabela 36, a seguir, apresenta as características das mulheres que retornaram para “família de origem”.

Tabela 36 - Características das mulheres que retornaram para “família de origem”, segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento

Relacionamento interpessoal	Adesão à proposta do abrigo	Condições de desligamento	N
Facilidade	sim	suficientes	5
Dificuldade	sim	suficientes	1
Dificuldade	não	suficientes	2
Dificuldade	não	insuficientes	5
Não registrado	sim	suficientes	1
Não registrado	não	suficientes	2
Não registrado	não	insuficientes	1
Total	-	-	17

Com relação àquelas mulheres que retornaram para as famílias de origem e que apresentaram todas as características “satisfatórias”, somadas às que apresentavam apenas dificuldade no relacionamento (6 casos), pode-se supor que a ida para as famílias tenha relação com seus projetos de vida, e a ida para o abrigo favoreceu esta decisão. Aquelas que não “aderiram”, nem tinham condições para o desligamento do abrigo, precisaram do apoio material e emocional das suas famílias para se reorganizarem após suas saídas. Em sua diversidade, tal fato aponta para a complexidade que a própria política de abrigamento comporta na sua busca de “assistência” à mulher em situação de violência.

Pode-se supor, em termos de hipótese explicativa, que estas mulheres não tinham intenção de retornar ao companheiro e puderam contar, de alguma forma, com suas famílias, o que aponta para a importância que FONSECA (2002) refere à rede familiar.

Segundos relatos de tais prontuários, pode-se observar que a maioria das mulheres que retornaram para as famílias de origem ficou pouco tempo no abrigo, de poucos dias a no máximo 3 meses. Este pequeno período de tempo se referiu à espera

necessária para conseguir passagens para sair da cidade, o tempo para refazer os contatos com familiares ou realizar pequenas organizações. Apenas 2 casos ficaram 6 e 9 meses, respectivamente.

Como exemplo, apresentaremos dois casos de mulheres que retornaram para as famílias de origem, mas permaneceram períodos diferentes:

“M., 24 anos, um filho de quatro anos. O companheiro agressor era segurança (presidiário em liberdade condicional) e ela vendia cosméticos antes de ir para o abrigo. M. já havia tentado separar-se indo para a casa dos pais ou de conhecidos, mas o companheiro não deixava a família de M. em paz por conhecer o endereço. O pai dela queria resolver a situação mandando matar o genro, já a mãe, que segundo M, era religiosa, acabava dando notícias da filha e ela acabava voltando com ele. Daí a ida para o abrigo sigiloso. Porém, para M., o abrigo não se mostrou satisfatório, não queria ajudar nas escalas da casa, não queria deixar o filho com as educadoras e, ao compartilhar com os pais sua situação, os mesmos, penalizados com a situação da filha, acabaram mudando de endereço para que pudessem morar todos juntos. Este abrigamento durou um mês”. (prontuário)

“V., 24 anos, 4 filhas, uma com sua mãe, desempregada. A situação de violência de V. vinha desde sua infância, ao presenciar brigas entre os pais e ser agredida pela mãe. Saiu cedo de casa, havia sido vítima de violência do primeiro companheiro (pai das três filhas mais velhas) e também do segundo companheiro, pai da caçula. A família vivia em grande miséria antes de vir para o abrigo. A mulher sempre recorria à sua mãe por ocasião das separações dos companheiros, no entanto após certo tempo desentendiam-se e ela ia embora com as crianças. A principal reclamação da mãe é que ela não trabalhava e eram muitas ‘bocas’ para alimentar. V. permaneceu 6 meses na casa abrigo, conseguiu trabalho como auxiliar de limpeza e sua mãe lhe deu uma nova chance.”(prontuário)

A tabela 37, a seguir, apresenta as características das mulheres que retornaram para seus companheiros:

Tabela 37 - Características das mulheres abrigadas que retornaram para os companheiros segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento

Relacionamento interpessoal	Adesão à proposta do abrigo	Condições de desligamento	Violência no retorno	N
Facilidade	sim	suficientes	não registrado	1
Facilidade	sim	insuficientes	sim	1
Facilidade	sim	insuficientes	não registrado	2
Facilidade	não	suficientes	não registrado	3
Facilidade	não	insuficientes	não registrado	2
Dificuldade	não	suficientes	não registrado	1
Dificuldade	não	insuficientes	sim	3
Dificuldade	não	insuficientes	não registrado	5
Não registrado	não	suficientes	não registrado	1
Não registrado	não	insuficientes	não registrado	1
Total	-	-	-	20

Com relação àquelas mulheres que retornaram ao convívio com o companheiro, os números devem ser analisados com cautela, pois praticamente não havia informação com relação à ocorrência de violência, ou não, após o retorno das mesmas, principalmente pelo fato de não haver, na época do estudo, o trabalho de acompanhamento pós-abrigamento das mulheres desligadas do serviço⁶.

Procurou-se, todavia, registrar a informação de ocorrência de violência no relacionamento após o retorno da mulher para o mesmo companheiro, quando havia a informação. Nesse sentido, dos 20 casos de mulheres que retornaram para o parceiro, constatou-se que em 4 casos houve reincidência da violência no relacionamento. Sobre os demais casos, não havia registro sobre esta informação, conforme tabela 37.

⁶ Atualmente, o trabalho de acompanhamento pós-abrigamento está sendo implantado no serviço.

Houve apenas um caso, descrito a seguir, em que a mulher apresentava facilidade no relacionamento, adesão à proposta da casa, condições de desligamento e retornou para o companheiro, o que pode sugerir que o retorno foi uma decisão refletida por ela.

“Trata-se de uma mulher de 35 anos, doméstica, 3 filhos. O primeiro filho era de outro companheiro e os dois filhos mais novos do segundo companheiro, de quem vinha sofrendo agressões. O conflito entre o casal se dava principalmente pela dificuldade de relacionamento entre padrasto e enteado, o que levou a mulher a recorrer ao abrigo com este filho e deixar os caçulas com o pai. No entanto, a situação de viver separada de parte dos filhos e a afeição que continuava sentindo pelo companheiro a fez tomar a decisão de propor ao mesmo que morassem em casas separadas.” (prontuário)

Ao analisar os demais 19 casos de retorno aos mesmos parceiros, destacaram-se algumas situações que apontam para a complexidade do entendimento da questão de violência contra a mulher, que podem ter levado as mulheres a optar pelo retorno aos companheiros.

Além de três delas encontrarem-se grávidas, algumas nutriam sentimentos de injustiça por terem que sair de suas casas, outras sentiam amor e pena dos companheiros, preocupação com os filhos, arrependimento por terem saído de casa, culpa pela ocorrência da violência e outras ainda acreditavam em um ideal de “família unida”, mesmo com sacrifícios de sua parte. Tais motivos, determinantes do retorno, estão relacionados a uma determinada concepção de feminilidade que marca a subjetividade das mulheres e podem favorecer, entre outros aspectos, a permanência em uma relação violenta.

A narrativa a seguir, apresenta um caso em que se pode observar algumas destas situações. Não se teve informação sobre reincidência de violência após o retorno para o companheiro com relação a este caso:

“E., 32 anos, 3 filhos, vendedora de Yakult, casada há 20 anos (união formal), evangélica. O marido não suportava que ela trabalhasse fora e tinha muito ciúme dos filhos homens, principalmente, o mais velho, adolescente. Num dos episódios de violência, o companheiro a empurrou escada abaixo, ela foi para o hospital e omitiu a causa das lesões. O marido a socorreu e prometeu que iria se tratar, mas parou o

tratamento semanas depois. O filho mais velho a pressionou a tomar uma atitude e quando o marido descobriu que a mulher pretendia separar-se dele, trancou a família, ateou fogo em casa e alegou que ele mesmo iria resolver a situação a seu modo. Em seguida a família foi encaminhada para o abrigo, onde a mulher continuou a trabalhar, mas não quis começar uma freguesia nova nas imediações do abrigo e ia vender os Yakults perto de sua casa. Passado um período curto, E. fez contato com o companheiro e passou a dizer que queria resolver as coisas com conversa, não com leis, pois não tinha paciência para esperar os processos. O próprio filho que a motivou a sair passou a sentir saudade da namorada, dos amigos, etc. E. queria uma garantia para voltar para o companheiro, que alguém lhe desse cobertura e procurou os pastores da Igreja, mas ninguém assumiu esta responsabilidade. Acabou arriscando e voltando sem a ‘garantia’ procurada. (prontuário)

No referido prontuário constava ainda a seguinte interpretação do caso, pelo técnico do abrigo:

“Parece haver uma ‘culpa’ que a prende aos estereótipos de mulher como mãe e dona de casa, mas que ela não se encaixa completamente, pois tem um enorme potencial como vendedora. Parece ter pouco em comum com o marido e reconhece estas diferenças, mas não consegue resolver este impasse.” (relato técnico do prontuário)

Com relação aos casos das mulheres que retornaram para o companheiro e soube-se da reincidência da violência, segue um exemplo:

“N., 35 anos, 3 filhos pequenos, todos do mesmo companheiro. Além da situação de violência entre o casal, a família vivia em situação precária, a mulher não trabalhava o companheiro era usuário de drogas e estava desempregado. A ida para o abrigo proporcionou certa estrutura para a família e rapidamente ela conseguiu um trabalho no Grupo Pão de Açúcar, tinha uma irmã que trabalhava lá e a assistente social do Grupo passou a acompanhar o caso. N. foi registrada como auxiliar de limpeza e teve direito a benefícios como seguro saúde, vale alimentação, etc. No entanto, os sentimentos de ambivalência com relação ao companheiro nunca a abandonaram e ela colocava isto com muita clareza, sempre falava que pensava em fazer contato com ele. Tinha algumas dificuldades para se enquadrar nas regras da casa, e freqüentemente falava que a proposta da casa era boa, mas achava uma pena

que não funcionasse. Talvez ela dissesse isto por não estar segura quanto à separação. Se percebia nas crianças qualquer dificuldade de adaptação ao abrigo já pensava em desistir, isto demonstra sua própria insegurança com relação à sua decisão. Finalmente, acabou fazendo contato com o companheiro, fizeram um passeio no parque com as crianças e reataram. Combinaram que ela iria trabalhar e ele iria cuidar das crianças”.

No prontuário, havia ainda o seguinte parecer: “Consideramos sua atitude impulsiva e arriscada, com grandes chances de reincidência, na medida em que ela aceitou retornar para a mesma situação sem nenhum tipo de acordo como um tratamento para dependência química ou algo semelhante, que inclusive o Grupo Pão de Açúcar oferece para familiares de funcionários. Ainda colocará os filhos em risco ao deixá-los sob a responsabilidade do pai usuário de drogas”.

Passado poucos meses, N. fez contato com o abrigo e informou que a situação de violência havia se reinstalado. (relato técnico do prontuário)

As tabelas 38 e 39, a seguir, apresentam as características das mulheres que abandonaram o abrigo e que foram transferidas do mesmo, respectivamente.

Tabela 38 - Características das mulheres abrigadas que abandonaram o abrigo segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento

Relacionamento interpessoal	Adesão à proposta do abrigo	Condições de desligamento	N
Facilidade	não	insuficientes	2
Dificuldade	sim	suficientes	1
Dificuldade	não	insuficientes	2
Não registrado	não	insuficientes	1
Total	-	-	6

Pode-se observar que as mulheres que abandonaram o abrigo, na maioria não havia aderido à proposta do mesmo, o que pode estar relacionado à desadaptação ou

percepção de que o mesmo não atendia as suas necessidades. De qualquer forma, foram mulheres que não puderam por alguma razão, discutir a própria situação com a equipe.

O único caso em que houve adesão e condições de desligamento com o desfecho de fuga se deveu ao caso de uma mulher, descrito a seguir:

“Z., 40 anos, 2 filhos, manicure. Já havia saído da situação de violência com o ex-companheiro e já havia se reorganizado, tendo deixado seus filhos com a sua mãe. Tinha sido abrigada anteriormente com os filhos em outro serviço e desta vez não queria trazê-los para o abrigo, pois não achou que a experiência foi boa para eles. Teve que retornar mais uma vez ao serviço, pois o ex-companheiro a havia encontrado e passou a persegui-la, pedia dinheiro e se ela não desse, batia nela. Ela pagou algumas vezes, mas como ele não a deixava em paz, parou de pagar e levou uma surra. Foi direto para a delegacia e de lá para o abrigo. Um dia, saiu supostamente para fazer uma visita aos filhos e não retornou mais à casa abrigo”. (prontuário)

Tabela 39 - Características das mulheres abrigadas que foram transferidas, segundo relacionamento interpessoal, adesão à proposta do abrigo e condições de desligamento:

Relacionamento interpessoal	Adesão à proposta do abrigo	Condições de desligamento	N
Facilidade	sim	insuficientes	3
Facilidade	não	insuficientes	2
Dificuldade	não	insuficientes	3
Não registrado	não	insuficientes	1
Total	-	-	9

As mulheres foram transferidas devido a alguma necessidade específica relativa ao seu caso. Entre os motivos para as transferências terem ocorrido constava: a mulher ter sido encontrada pelo companheiro, ter solicitado retornar à instituição anterior ou ter rompido com alguma regra do abrigo (briga).

O caso a seguir, pode exemplificar uma situação de transferência:

“C., 30 anos, 2 filhos, artesã, veio encaminhada de outro abrigo, pois o companheiro havia a encontrado lá. Sofria violência física e psicológica do

companheiro, pai de seus filhos, com quem vivia há seis anos. C. começou a desenvolver seu artesanato, foi encaminhada à psicoterapia e as crianças estavam bem. No entanto, um dia uma das educadoras do abrigo, que por coincidência havia visto fotos do companheiro de C. viu um homem muito parecido com ele na padaria próxima à casa. A equipe técnica conversou com C. sobre a possibilidade de ser o companheiro e imediatamente a mulher solicitou sua transferência, que foi realizada rapidamente. De fato, dias depois, o companheiro chegou até o abrigo portando fotos das crianças, dizendo ter sido abandonado pela mulher e que a mesma o estava privando da convivência com os filhos. Os serviços envolvidos com este caso trabalharam em conjunto no que se refere ao acompanhamento jurídico do caso, elaborando relatórios e como testemunhas da mulher. O companheiro entrou na justiça pedindo visitas às crianças, não pagava a pensão alimentícia e ainda, por ocasião de uma das audiências, chegou a agredir C. dentro do Fórum. Após regularização da situação jurídica, C. não foi mais encontrada pelo mesmo e refez sua vida em outra cidade”

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos limites que a realização de uma análise com base nos registros de prontuários comporta, os dados encontrados, além de não permitir fazer generalizações quantitativas, sinalizam para a complexidade da violência e sugerem que as mulheres abrigadas vivenciam sentimentos de ambigüidade e muitas dificuldades ao passarem pelo abrigo.

O fato de as mulheres que iniciaram vida nova apresentarem características diversas das que retornaram para seus companheiros, sugerem a existência de condições facilitadoras e dificultadoras de diferentes ordens, envolvidas no processo de decisão quanto ao destino a ser seguido. No entanto, tal questão merece ser mais bem esclarecida e aprofundada em pesquisas posteriores.

Algumas questões ainda apresentam-se como relevantes no que se refere às mulheres em situação de violência abrigadas. Entre elas, o tempo médio de permanência das mesmas no abrigo ter sido menor que o tempo oferecido e a existência de situações de fuga ou abandono do mesmo, podem sugerir a necessidade de uma maior flexibilização no atendimento, que contemple as necessidades das mulheres envolvidas na trama da violência de gênero. Tais pontos também necessitam de mais estudos.

Também é fundamental que os serviços de abrigo para as mulheres em situação de violência, realizem o acompanhamento pós-abrigamento das mesmas, para conhecer e avaliar a efetividade e a capacidade de resolução de suas ações. Tal acompanhamento ainda tornaria possível obter informações quanto à reincidência da violência nos casos de retorno aos companheiros, pois o retorno ao mesmo ainda tem sido encarado como retorno à violência, o que não é necessariamente verdadeiro.

“O fato é que pouco se sabe sobre o efeito concreto das políticas públicas nas vidas das mulheres. Não sabemos se, como e quanto o atendimento nos serviços (insuficientes e mal-distribuídos) ajuda as mulheres a superar a situação de violência”.

DINIZ (2006) (p.12)

É importante considerar, ainda, a questão sobre o tipo e natureza das relações entre mulheres abrigadas e profissionais de abrigos.

Os profissionais podem - e devem - ter um projeto assistencial para a mulher, um ideal sobre o atendimento a ser oferecido, mas não devem ignorar qual é o projeto da mesma para a sua própria vida. Esta perspectiva vem ao encontro de alguns estudos que já mencionaram o fato de que algumas mulheres desejam uma mudança na relação, o fim da violência e não o fim do relacionamento, sendo esta compreensão uma dificuldade para muitos profissionais que as atendem, principalmente em um serviço como o abrigo, que concretiza a separação do casal. Esta proximidade “física” entre profissionais e usuárias, no entanto, não significa nem garante a compreensão sobre a mulher atendida, dada a multiplicidade de dimensões da vida da mulher relacionadas ao problema da violência.

A este respeito, MIRIM (2006) teceu algumas reflexões que possibilitam um olhar diferenciado sobre esta questão.

Quanto ao sentimento da profissional, a autora aponta que a mesma pode, muitas vezes, sentir-se imobilizada frente à situação, pois cabe a ela oferecer um espaço de mobilidade no qual a mulher possa reconstruir seus vínculos e sua confiança em uma sociedade que tem pouco a oferecer. Essa paralisia que a profissional sente coloca-a numa situação similar a da mulher - ela tem poucos recursos a oferecer - da mesma forma que a mulher sente que tem poucos recursos para lidar com a própria situação.

Segundo pesquisa realizada pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde “Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher - alcances e limites” (2006) , além do entendimento de que os profissionais não conseguem oferecer muitos recursos, foi unânime a percepção dentro dos serviços de que a violência mobiliza muitas angústias que não são trabalhadas.

Ao resgatar o modelo do ciclo da violência e compará-lo ao movimento da instituição, a autora sugere que as instituições oferecem o período da “lua-de-mel”. Ou seja, oferece-se à outra um modelo de relacionamento novo sem questionar o antigo. Muitas vezes a assistência projeta uma ilusão de que existe um lugar perfeito, onde todas as lacunas foram tampadas, sem conflitos (que eram vivenciados com o companheiro), ou seja, os serviços tentam excluir as perdas e oferecem um relacionamento artificial e difícil de sustentar por muito tempo.

O resultado é um alto custo emocional para os profissionais envolvidos no atendimento e um limite na capacidade de resolver casos. Também fica limitado o

avanço na direção de promover a segurança das mulheres, garantir seus direitos e oferecer possibilidades reais de autonomia. Isto porque, a questão da violência conjugal transcende a dimensão da relação de gênero.

PEDUZZI (2001), em seu artigo sobre o trabalho em equipe multiprofissional de saúde coloca que os profissionais baseiam-se em um modelo hegemônico de atendimento, como se um único tipo de atenção fosse possível. Ao se aterem exclusivamente a um único modelo, poderíamos dizer - padrão, os profissionais não compartilham outros valores que poderiam cunhar outros modelos e deixam de investir na formação conjunta de outro projeto assistencial que abarque a complexidade e a multidimensionalidade das necessidades de saúde.

Da mesma forma, no atendimento à violência contra a mulher, os serviços e as equipes podem estar utilizando as estratégias de atendimento já conhecidas, não compartilhando de outros valores e assim não abrindo espaço para novas formas de lidar com o fenômeno - também complexo e multidimensional - da violência.

Nesse sentido, a estratégia da supervisão para as equipes, sob a perspectiva de gênero, vem se apresentando como uma eficiente alternativa que permite a reflexão e intervenção dos casos de violência contra a mulher de maneira adequada. Isto porque, além de a supervisão ser um espaço para a reflexão - e, portanto, de cuidado para o profissional - esta prática favorece a compreensão de aspectos pessoais que os casos suscitam e pode orientar seu manejo de forma produtiva, além de funcionar como um espaço de formação.

Este aspecto é particularmente importante na medida em que as profissionais que atendem as mulheres são, na grande maioria, também mulheres. Esta relação implica ambigüidades de gênero que se cruzam em diferentes níveis. Daí a importância destas profissionais estarem capacitadas para o atendimento a esta população.

Nesse sentido coloca-se, igualmente, a importância de se investigar estes vários sujeitos em relação, buscando os discursos de profissionais e mulheres sobre o projeto do abrigo e os projetos de vida que pensam para si próprias.

Finalizando, o que pode se depreender é que a proposta do abrigo, a despeito do pequeno número de instituições, é relevante nas atuais condições em que a violência encontra-se em nosso País e na cidade de São Paulo.

A questão a se colocar é que, na medida em que ele não se encontra inserido numa política pública de assistência integral aos direitos da mulher, sua ação acaba sendo paliativa, tanto por atender a um pequeno número de mulheres, quanto por não responder na sua totalidade, às necessidades de busca de autonomia das mesmas.

Sua ação limita-se a atender a mulher em situação de violência em episódio pontual de sua necessidade presente e, freqüentemente, não vai ao encontro a um projeto de vida que ela possa dar continuidade de forma autônoma. Para que o abrigo contemplasse esta questão, seria importante que suas atividades dessem conta das diversidades de condições psicossociais, culturais e econômicas de cada uma das mulheres e contar com políticas públicas articuladas e intersetoriais para oferecer alternativas de vida às mesmas.

Pelo fato de o serviço público atender a população de classe mais baixa, é essencial que as políticas para mulheres direcionem seu foco na situação de pobreza das mesmas. Nesse sentido, a adoção de medidas como o aluguel social e prioridade nos programas sociais seriam essenciais. Também se coloca como relevante, nesse sentido, investigar como as mulheres de classes mais favorecidas resolvem esta questão.

A violência contra a mulher é um tema que está na ordem do dia, considerando os avanços e desafios que a Lei da Maria da Penha trouxe, por meio de uma série de inovações no combate à violência doméstica e intrafamiliar. Esta lei, se de fato aplicada, pode contribuir de maneira substantiva para mudar o quadro de violência, porque garante e valida o direito à vida da mulher, tem um caráter preventivo, de orientação, estabelece ações de assistência e também de medidas punitivas do agressor. Enfim, esta lei representa uma conquista e uma busca, em termos de políticas públicas, para a equidade de gênero.

8 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. **O conceito de risco na área materno-infantil: considerações teóricas, metodológicas e de aplicação.** Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento Práticas de Saúde Materno Infantil, São Paulo, 1984.

ALVARENGA, A. T. **Risco gravídico e risco perinatal: implicações metodológicas, teóricas e técnicas, das propostas de mensuração.** Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, IV (2), 41-48, 1994.

ALVES, A. M. e COURA-FILHO, P. **Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998.** Ciência e saúde coletiva, 2001, vol.6, Nº1, p.243-257. ISSN 1413-8123.

ASSIS, M. I. Entre a invisibilidade e o silêncio, a organização e o movimento: uma reflexão sobre a violência de gênero nas interfaces com a questão étnico/racial e classe social. In **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): Alcances e Limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em: <www.mulheres.org.br> Acesso em 2006.

BARSTED, L. A. L. Violência Contra a Mulher e Cidadania: uma avaliação das políticas públicas. **Cadernos Cépia**, 1:7-61, Rio de Janeiro, 1994.

BARSTED, L. A. L. Violência Contra a Mulher na perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos Cépia**, 5:93-104, Rio de Janeiro, 2002.

BLUME, S. B. & ZILBERMAN M.L. In **The American Psychiatric Press Textbook of Substance Abuse.** Galanter M., Kleber H.D, 3rd Edition, 2004:539-546.

CAMARGO, M. & AQUINO, S. Redes de Cidadania e Parcerias - enfrentando a rota crítica. In BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher - Plano Nacional: Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero: construindo Políticas para as Mulheres.** Brasília: A Secretaria, 2003.

CAMPOS, C. H. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Revistas de Estudos Feministas**, Jan./Jun. 2003, vol.11, nº 1, p.155.

CASTRO, R. & RIQUER, F. La investigación sobre violencia contra las mujeres en America Latina: entre el empirismo ciego y la teoria sin datos. **Cadernos de Saúde Pública**, 19 (1): 135-146, 2003.

CARLINI, E. A. et al. **I Levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país: 2001** / CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas. UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/levantamento_brasil/parte_1.pdf> Acesso em maio 2007.

CLADEM Manual para elaboração de relatórios perante os comitês monitores a partir de uma perspectiva de gênero. Março de 2003, São Paulo, Brasil.

DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): Alcances e Limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em <www.mulheres.org.br> Acesso em 2006.

DINIZ, S.G. A violência contra as mulheres como questão de saúde no Brasil. In **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): Alcances e Limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em <www.mulheres.org.br> Acesso em 2006.

ELLSBERG, M. and HEISE, L. **Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researches and Activists.** Washington DC, United States: World Health Organization, PATH; 2005.

FONSECA, C. L. W. Concepção de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Revista Saúde e Sociedade**, ESP-USP, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In **História das Mulheres no Brasil.** Del Priore, M. (org.) 8ª edição – São Paulo: Contexto, 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO **Mulher 2001.** Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=730>> acesso em abril 2007.

FUNDAÇÃO SEADE **Perfil Municipal de São Paulo 2000.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>> Acesso em março 2007

FUNDAÇÃO SEADE **Indicadores Selecionados 2004.** Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/idr/principal_ind2.php> Acesso em março 2007

FUNDAÇÃO SEADE **Mulher e Trabalho 2006.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php?bole=17&tip=03>> Acesso em março 2007

FUNDAÇÃO SEADE **Perfil das Famílias 2001.** Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/index.php?bole=10&tip=01>> Acesso em março 2007

GARCIA-MORENO, C. La Violencia contra la Mujer: un problema de equidad de género. In RAMOS, S. e GUTIÉRREZ, M.A. (eds) **Nuevos desafíos de la responsabilidad política - Violencia sobre la Mujer, VIH/sida, embarazo no deseado.** Foro de la Sociedad Civil en las Américas, Cuadernos del Foro, ano 4, nº5, 2002.

GIFFIN, K. Violência de Gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública.** 10 (supl. 1): 146-155, 1994

GREGORI, M. F. **Violência contra a mulher: a prática do SOS mulher (SP), queixas e cenas.** Tese de mestrado apresentada a Universidade de São Paulo. São Paulo, s.c.p., 1988, 225 p.

GREGORI, M.F. Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In DEBERT, G.G., GREGORI, M.F., PISCITELLI A. (orgs.) **Gênero e Distribuição da Justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças.** Campinas - SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2006

GROSSI, M.P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In PEDRO, J.M. e GROSSI, M.P. (orgs.) **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

HEISE, Lori. **Gender-Based Abuse: The Global Epidemic.** Cadernos de Saúde Pública, v. 10 (supl. 1), p. 135-145, 1994.

IBGE **Estatísticas do registro civil 2004.** Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=512&id_pagina=1> Acesso em: março de 2007.

IBGE **Síntese de indicadores sociais 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774> Acesso em: março de 2007.

JELIN, E. Família e Gênero: notas para o debate. **Estudos feministas.** ano 3, nº 2, 2º semestre de 1995, pp. 394-413.

JEWKES, R. Intimate partner violence: causes and prevention. **The Lancet.** Vol 359, april 20, 2002, pp. 1423-1429.

KRUG, E. G. et al. (eds.) Violência Perpetrada por parceiros íntimos. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. cap. 4, Genebra, OMS, 2002.

LOURO, G.L. Nas Redes do Conceito de Gênero. In LOPES, M.J., MEYER, D. & EALDOW, V.R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

LOURO, G. L. - Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade** 20 (2): 101-132, 1995.

MACHADO, L. Z. **Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das Delegacias da Mulher**. Série Antropologia, nº 319, Brasília, 2002. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie319empdf.pdf>> Acesso em: 2007.

MAZONI, L. et al. Termo de Referência para Implementação de Casas Abrigo. CNDM. Ministério da Justiça, Brasil, 1997.

MENEGHEL, Stela Nazareth, CAMARGO, Márcia, FASOLO, Lúcia R. *et al.* **Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. *Cad. Saúde Pública*, jul./set. 2000, vol.16, no.3, p.747-757. ISSN 0102-311X.

MINAYO & DESLANDES **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**, *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 14(1):35-42, jan-mar, 1998.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. In **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, ABRASCO, volume 4, nº1, 1999.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA E. R. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília; Ministério da Saúde; 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO **Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) 2002**. Disponível em: <www.ministeriodotrabalho.org.br> Acesso em: 2006.

MIRIM, L. A. Balanço do enfrentamento da violência contra a mulher na perspectiva da saúde mental. In **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em: <www.mulheres.org.br> Acesso em: 2006

PEDUZZI, M. **Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia**. *Revista de Saúde Pública* 2001; 35(1): 103-9

PITANGUY, J. Violência de gênero e saúde - interseções. In BERQUÓ, E. (org.) **Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

POPULATION REPORTS: Johns Hopkins School of Public Health. **Como Acabar com a Violência Contra as Mulheres.** Disponível em: <<http://www.bibliomed.com.br/lib/ShowCat.cfm?LibCatID=200231&ReturnCatID=11529>> Acesso em 2006.

SANTOS, C. M. **Delegacias da Mulher em São Paulo: percursos e percalços**, 2001. Disponível em: <www.patriciagalvão.org.br,> Acesso em: abril de 2007

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando Gênero e Classe Social In: COSTA, A de O & BRUSCHINI, C - **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992: 183-215.

SAFFIOTI, H.I.B., ALMEIDA, S.S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, GECEM/NIPAS - UFRJ, 1995.

SAFFIOTI, H.I.B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, H.I. & MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F: UNICEF, 1994: 271-283.

SAFFIOTI, H.I.B. Violência contra a mulher e Violência doméstica. In BRUSCHINI, C. & UNBERHAUM, S.G. (orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed.34, 2002: 321-338.

SCHRAIBER, L. B. [et al.]. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos** - São Paulo: Editora UNESP, 2005. - (Saúde e Cidadania)

SCHRAIBER, L.B., D'OLIVEIRA, A.F.L.P. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde, **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.3, n.5, 1999.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. De DABAT, L. & ÁVILA, M.B. Recife: SOS-CORPO, 20 (2): 71-99, 1995.

SCOTT, J. - Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: Cidadania e feminismo. **Debate feminista** s/ ed. p. 203-222, 1999.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em <www.mulheres.org.br> Acesso em 2006.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In **História das Mulheres no Brasil**. Del Priore, M. (org.) 8º edição – São Paulo: Contexto, 2006.

SUÁREZ, M., BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In BRUSCHINI, C. & UNBENHAUN, S. G. (orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed.34, 2002: 321-338.

SUÁREZ, M., MACHADO, L.Z., BANDEIRA, L.M. Violência, Sexualidade e Saúde Reprodutiva. In GALVÃO, L. & DÍAZ, J. (orgs.) **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil: Dilemas e Desafios**. São Paulo: Hucitec; Populations Council, 1999.

SULLIVAN, C. **Evaluating the Outcomes of Domestic Violence Service Programs: Some Practical Considerations and Strategies**. VAWnet - National Resource Center on Domestic Violence, Michigan State University, February, 2001.

TAVARES, D. M. C. **Violência doméstica: uma questão de saúde pública**. Tese de mestrado apresentada a Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento Prática de Saúde Pública, São Paulo; s.n.; 2000.

VILLELA, W.V. e ARILHA, M. Sexualidade, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In BERQUÓ, E. (org.) **Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

WHO. **Multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's response**. Geneva, World Health Organization, 2005.

ANEXO 1

Projeto de pesquisa: Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

FICHA DE COLETA DE DADOS- nº de ordem: _____ / ano _____

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

1) **Idade** mulher: _____ 2) **idade** companheiro: _____

3) **Procedência:** cidade _____ estado _____ país _____

4) **Órgão que encaminhou:** _____

5) **Escolaridade** mulher: ()analf. ()semi ()fund. inc. ()fund. comp. ()méd. inc.
()méd. comp. ()sup. inc. ()sup. comp. () ã reg.

6) **Escolaridade** comp: ()analf. ()semi ()fund. inc. ()fund. comp. ()méd. inc.
()méd. comp. ()sup. inc. ()sup. comp. () ã reg.

7) **Profissão** mulher: _____

8) **Profissão** comp.: _____

9) **Ocupação** mulher:

não se aplica: ()desempregada ()dona de casa ()outra: _____

10) **Ocupação** companheiro:

não se aplica: ()desempregado ()outra _____

11) **Estado civil e tipo de união** mulher: ()solt. vivendo só ()solteira c/ comp.
()casada vivendo só ()casada c/ comp.
()separada vivendo só ()separada c/ comp.
()divorc. vivendo só ()divorc. c/ comp.
()viúva vivendo só ()viúva c/ comp.

12) **Tempo de união (últ. parceiro):** _____ 13) **nº total de parceiros:** _____

14) **Nº total de filhos:** _____ c/ respect. parceiros: 1º: _____ 2º _____ 3º _____

15) **Tamanho da família:** (nº) _____

16) **Tipo de família** (membros):

17) **Filhos com quem?** _____

DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO:

19) **Tipo de violência** sofrida: (obs: categorias não excludentes)

() física () sexual () psicológica () moral () patrimonial () outra _____

20) **Início das agressões:** () namoro () casa/to () gravidez () 1º filho () outro () ã reg.
Especificar motivo:

() nada consta

21) **Histórico de violência** na família de origem da mulher: () sim () não () ã consta

Descrição:

22) **Histórico de violência** na família de origem do homem: () sim () não () ã consta

Descrição:

23) **Acompanhamento jurídico:** () sim () não

tipo: () criminal () familiar () outro _____

24) Criminal: _____ 25) Motivo: _____ 26) c/ representação? _____

27) Familiar (tipo) : _____

DADOS SOBRE SAÚDE

28) tratamento médico relacionado á violência: () sim () não

Tipo: () psiquiátrico () psicológico () outro: _____

Motivo: _____

29) Tratamento médico não relacionado à violência: () sim () não

Tipo: _____

30) **consumo álcool** - mulher: () não () sim - freqüência _____

31) **consumo álcool** - comp.: () não () sim - freqüência _____

32) **consumo drogas** mulher: () não () sim-qual? _____ freq. _____

33) **consumo drogas** comp.: () não () sim-qual? _____ freq. _____

DADOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO

34) tempo de permanência no abrigo: _____

32) relacionamento interpessoal no abrigo: () facilidade () dificuldade

descrever: _____

35) adesão da mulher à proposta do abrigo: () sim () não

descrever: _____

36) condições de desligamento (observar projeto de vida, busca de autonomia, etc.)

37) destino pós abrigamento: () vida nova () família de origem () retorno para comp. () fuga

ANEXO 2

ANEXO 3

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)